

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO/DOUTORADO  
POLÍTICA E IMAGINÁRIO**

**LAMPIÃO DA ESQUINA: LUTAS FEMINISTAS NAS PÁGINAS DO “JORNAL  
GAY”, LUZES EM TEMPOS SOMBRIOS (BRASIL, 1978-1981)**

**DANIEL HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA**

**UBERLÂNDIA – 2016**

**DANIEL HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA**

**LAMPIÃO DA ESQUINA: LUTAS FEMINISTAS NAS PÁGINAS DO “JORNAL  
GAY”, LUZES EM TEMPOS SOMBRIOS (BRASIL, 1978-1981)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Política e Imaginário.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro.

**UBERLÂNDIA – 2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S586L Silva, Daniel Henrique de Oliveira, 1990-  
2016      Lampião da esquina : lutas feministas nas páginas do "Jornal Gay",  
          luzes em tempos sombrios (Brasil, 1978-1981) / Daniel Henrique de  
          Oliveira Silva. - 2016.  
          155 f. : il.

Orientadora: Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em História.  
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Feminismo - Brasil - História - Séc. XX -  
Teses. 3. Mulheres - Brasil - Periódicos - Teses. 4. Brasil - História -  
1964-1985 - Teses. I. Carneiro, Maria Elizabeth Ribeiro, 1923-. II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
História. III. Título.

---

CDU: 930

**BANCA EXAMINADORA**

**LAMPIÃO DA ESQUINA: LUTAS FEMINISTAS NAS PÁGINAS DO “JORNAL GAY”, LUZES EM TEMPOS SOMBRIOS (BRASIL, 1978-1981)**

Uberlândia, 26 de fevereiro de 2015.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro – PPGHI/UFU

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lucia Puga – PPGHI/UFU

---

Prof. Dr. Thiago Fernando Sant'anna e Silva (UFG)

## **AGRADECIMENTOS**

Quando se conclui um trabalho tão complexo, fruto de esforço ímpar, decorrente dessa árdua e prazerosa jornada do mestrado, não se pode esquecer aquelas pessoas que contribuíram das mais variadas formas para a conclusão dessa dissertação. Hoje, me sinto realizado pelo simples fato de ter concluído essa pesquisa. Um ano inexplicável, recheado de situações adversas, tornou esse trabalho consideravelmente mais complexo.

Agradeço primeiramente a minha querida orientadora, Maria Elizabeth, pelas correções, contribuições, reflexões e acima de tudo, por ter sido uma amiga compreendendo os períodos de dificuldades. Elizabeth, obrigado por ter me acolhido na graduação, acreditado em mim, e me instigado a seguir pelos estudos de gênero. Espelho-me em você, tentando ter toda essa dedicação, disposição e paixão incansável pela pesquisa e os estudos de gênero.

A professora Vera Puga, fonte de inspiração, exemplo de garra e determinação. Obrigado pelas leituras, pelo incentivo e ensinamentos. Essa proximidade, possibilidade de aprendizado e trocas, fruto das suas aulas de mestrado, das reuniões do Núcleo de Estudos de Gênero – NEGUEM, do compartilhamento de congressos, da sua composição nas minhas bancas de monografia, qualificação e agora mestrado, foram essenciais para minhas reflexões e amadurecimentos referentes à vida e a pesquisa.

As minhas amigas, companheiras de graduação, Flávia e Talita. Obrigado pelos debates, discussões e apoio emocional.

A minha mãe, Marli, ao meu pai Carlos, pelo imprescindível apoio financeiro, sem o qual não seria possível aprofundar conhecimentos, expor meu trabalho e participar de tantos congressos. Obrigado pelo exemplo, e exigências, que contribuíram para que eu me tornasse uma pessoa dedicada e preocupada com a pesquisa, e minha formação. Parabéns pelo doutorado, que defenderá no próximo mês (pai), parabéns pela dedicação por 30 anos em dar aulas em escolas públicas de periferia de Patos de Minas (mãe).

Aos meus irmãos, Hugo e Jr, pelo companheirismo e apoio nessa jornada.

A minha madrinha, Darli, meu padrinho Waguinho, minhas amigas - irmãs Paula e Mona, pelo carinho, apoio emocional em um ano cheio de conturbações, em que precisei do apoio de vocês. Minha eterna gratidão.

Agradeço imensamente a Moni, realmente não consigo descrever o quão importante você é na minha vida, principalmente neste último ano. Só posso dizer mais uma vez, Obrigado Moni.

Aos amigos do Major, pelas diversões, conversas e festas. De Brasília, Antônio, pelo companheirismo e atenção nessa reta final de tensões, nervosismos e aflições. De Uberlândia, Sayonara, travesti, professora da rede estadual, referência na luta LGBT nacional, sou grato pelos nossos debates, viagens e vivências, por me permitir conhecer melhor as especificidades de uma população tão vulnerável, parabênizo pelo seu incansável esforço e luta pelas travestis do Brasil, estamos juntos nessa batalha. Laís, amiga, fonte de conhecimento e experiência de vida, viveu as dores de um governo repressor na ditadura militar, sofreu violências das mais variadas formas, vendo a vida em outro país como alternativa para sobrevivência. Agradeço pelos ensinamentos e pelas longas conversas que atravessavam madrugadas. Duda, uma pessoa que gosto tanto, obrigado pela sensibilidade e preocupação nessa difícil fase do mestrado. De Belo Horizonte, Agradeço a você Caio, pelo apoio, por ter me recebido em sua casa durante congressos, e pelo enorme esforço em contribuir com a conclusão dessa pesquisa. Da Paraíba, meus queridíssimos amigos Marcelo, homossexual assumido, foi vítima de uma sociedade homofóbica e conservadora, entretanto, vencendo contratempos, se tornou diretor de campus da UEPB, excelente professor pesquisador em estudos de gênero e literatura, um grande exemplo de dedicação ao outro. Ramon, doutorando em educação sou grato pela nossa amizade, por me receber em sua casa nos Congressos de Gênero e Sexualidades, pelas festas de São João. Patrício, outro pesquisador sobre mulheres, concluindo o doutorado em literatura. Paty, obrigado pelas discussões, risadas e divertimentos, Campina Grande não seria a mesma sem você. Por fim, aos meus grandes amigo paraguaio, Josh, por me receberem em sua casa em Assunção quando pensava em desistir de tudo, vocês foram essenciais para seguir nessa jornada.

Em suma, talvez tenha esquecido de inúmeras pessoas importantes, sintam-se agradecidas caso achem que deveriam constar aqui. É muita gratidão e talvez fique extenso demais para esse momento.

Agradeço a CAPES, pela bolsa de mestrado.

A banca pela aceitação em participar dessa defesa de dissertação.

Por fim, penso, assim como Carlos Drummond, que “de tudo fica um pouco”, de cada experiência vivida, levamos algo, deixamos um pouco. Experiências que nos marcam positivamente e/ou negativamente, entretanto, não por acaso, servem para crescimento, amadurecimento e constituição do que somos.

## **RESUMO**

Quais as representações do feminino construídas e veiculadas nas páginas de um jornal escrito por editores gays? Tal questionamento orienta uma pesquisa que busca entender como homossexuais masculinos, sujeitos inferiorizados e estigmatizados socialmente, deram visibilidade para outro grupo marginalizado, nesse caso as mulheres, nas páginas de um jornal considerado marginal, o Lampião da Esquina, que surgiu em 1978, anos finais da ditadura civil – militar. Nessa pesquisa, buscou-se contextualizar seu surgimento e diálogo com outros movimentos, tentando entender essa relação com os movimentos feministas dos anos finais da ditadura civil – militar, por meio das matérias publicadas ao longo das páginas do jornal.

Palavras-chave: Sexo. Gênero. Representações. Feminino. Ditadura civil-militar. Lampião da Esquina.

## **ABSTRACT**

What are the feminine representations built and disseminated in the pages of a newspaper written by gay editors? This question directs research that seeks to understand how gay men, inferior and stigmatized socially subject, gave visibility to another marginalized group, in this case women, the pages of a considered marginal newspaper, the lantern corner, which appeared in 1978, the final years civil dictatorship - military. in this research, we sought to contextualize its appearance and dialogue with other movements, trying to understand this relationship with the feminist movements of the final years of civil dictatorship - military, through the stories published over the pages of the newspaper.

keywords: sex. gender. representations. feminism. civil-military dictatorship. Lampião da Esquina.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO 1. Um <i>Lampião</i> entre as sombras e as esquinas do discurso social</b>	
1.1 Trajetórias do “lâmpião da Esquina”: movimentos sociais e cenário político brasileiro.....	17
1.2 Primeiras páginas: acendendo as luzes do <i>Lampião</i> .....	24
1.3 Jornais alternativos, diálogos e farpas: entre críticas, subversões e censura.....	34
1.4 Espaços do jornal, lugares de pensamento: alianças construídas nas margens.....	51
<b>CAPÍTULO 2. Presença das mulheres e desconstrução de padrões.</b>	
2.1 Mulheres cobram presença no jornal ou o Jornal cobra a presença das mulheres?...57	
2.2 Representações: reflexões sobre a normatização dos corpos.....	64
2.3 Outras experiências de mulheres: reflexões sobre a inferiorização do corpo feminino.....	79
<b>CAPÍTULO 3 Movimentos de mulheres nas páginas do <i>Lampião</i></b>	
3.1 Mulheres em movimento, corpos que lutam.....	92
3.2 II Congresso da Mulher Paulista e outros encontros.....	112
3.3 O direito ao corpo: tornando visíveis outros discursos, outros corpos e outras identidades sociais/ sexuais.....	130
3.4 “Genitalização” do prazer feminino, ou efeitos em corpos de uma sociedade falocêntrica.....	140
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	145
<b>FONTE</b> .....	150
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	153

## INTRODUÇÃO

São raros os estudos históricos que têm como objeto de estudo a homossexualidade, ainda poucos os que discutem sobre o *Lampião da Esquina*, um importante jornal de grande circulação durante anos sombrios (ditadura civil-militar).

Em um levantamento bibliográfico referente a produção de monografias, dissertações e teses, verifiquei quão escassos são os trabalhos que tem como fonte o jornal *Lampião da Esquina*. Nesse sentido, na tentativa de produzir um trabalho que buscasse pensar o jornal por outros vieses, ainda não discutidos, pensei na possibilidade de tentar entender a perspectiva de alguns homossexuais, aqueles que são editores do *Lampião da Esquina*, sobre os movimentos de mulheres e/ou feministas representados nas páginas do jornal.

O interesse inicial pelos estudos de gênero ocorreu em 2009 após uma palestra com a Professora Doutora Vera Lúcia Puga onde pude perceber as construções sociais que designam lugares aos sujeitos promovendo hierarquias e inferiorizando determinados grupos. Após esse despertar do interesse, foram desenvolvidos estudos referentes às representações da homossexualidade nas páginas do jornal *Lampião da Esquina*, na monografia. Nesse processo de pesquisa, vivências e debates, havia algo que instigava a pesquisar e tentar entender como os movimentos sociais dialogavam ou tratavam o outro também inferiorizado.

Não por acaso, ao perceber na atualidade, muitos grupos sendo discriminados, inferiorizados, alinhando-se com o discurso hegemônico que reproduz e inferioriza outros grupos também marginalizados, tive o interesse em tentar entender esse jogo de reprodução, contestação e sensibilidade ou não com o outro. Nesse sentido, percebendo no *Lampião da Esquina*, um jornal escrito por editores gays, um importante meio de reflexão sobre essa relação entre eles, gays, sujeitos marginalizados e estigmatizados na sociedade, com outro grupo também inferiorizado socialmente, as mulheres e suas organizações.

Sendo assim, neste trabalho, buscar-se-á pensar e problematizar essa relação entre os editores, escritores e colaboradores do jornal, em sua maioria homossexuais

masculinos, com os movimentos feministas e as representações do feminino visibilizados em suas páginas.

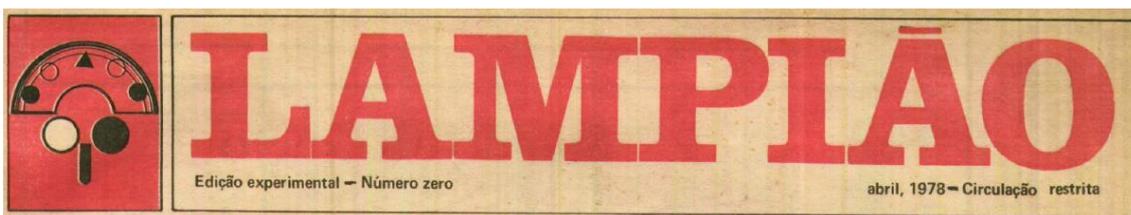
O jornal *Lampião da Esquina*, periódico criado e mantido como veículo voltado ao público homossexual brasileiro, com uma tiragem média de 25 mil exemplares mensais, com aproximadamente 20 páginas por edição, iniciou sua circulação em abril de 1978 e teve sua última edição em julho de 1981. Consideramos importante perceber sua emergência na sociedade brasileira, especialmente na década de 1970, marcada pela atuação de novos movimentos sociais que lutavam contra a opressão e em busca de liberdade de expressão. O cenário era o de declínio ou esgarçamento político do regime militar que assumiu o poder em 1964, após um golpe de Estado, e que foi responsável pelo cerceamento dos canais de comunicação social e particularmente pela censura à imprensa após o AI-5, “decretado em 13 de dezembro de 1968, (que) acabou com esse ensaio de emancipação que mal tinha sido desencadeado. A repressão, a censura, o medo, as violências, a cassação de direitos e o poder policial, marcaram tal episódio”<sup>1</sup>.

A abertura política nos anos finais da década de 1970 se dá num momento de conflitos resultante de pressões internas e externas de setores da sociedade civil que demandavam espaços de participação e representação democrática, portanto, não por acaso, trata-se de um processo que ficou reconhecido também como aquele que dá início da abertura política. Neste contexto, foi criado o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), primeiro órgão de imprensa a abordar a homossexualidade de maneira explícita por um viés político, além de trazer à tona o debate em torno da sexualidade e levantar a bandeira de outros temas polêmicos.

O jornal foi chamado apenas de *Lampião* na edição de número Zero, mudando o nome para *Lampião da Esquina* já no número 1, perdurando até a última edição, a de nº 37. A imagem do Lampião cangaceiro em forma de logotipo é apresentada em todas as edições. Apresentar essa imagem como capa de um jornal homossexual, sendo o cangaceiro conhecido por sua coragem e talvez símbolo do machismo, foi, possivelmente, um meio para se contestar as estruturas normativas vigentes. *Lampião* tem esse duplo sentido de forma intencional, além do caráter contestatório, ele coloca-se como uma luz, uma ideia a ser semeada em uma sociedade marcada pelas sombras; pela repressão à exposição de ideias.

---

<sup>1</sup> GREEN, James.; QUINALHA, Renan. (org.) Ditadura e Homossexualidades. REPRESSÃO, RESISTÊNCIA E A BUSCA DA VERDADE. São Carlos: EdUfSCar, 2014, p. 21.



Nesse sentido, no primeiro capítulo, intitulado: **Um *Lampião* entre as sombras e as esquinas do discurso social**, tentei localizar o leitor dessa dissertação sobre o jornal, sua constituição no espaço e no tempo, explicitando o que significava ser um jornal marginal naquele momento de ditadura civil-militar<sup>2</sup>. Não por acaso, traçar a trajetória do *Lampião*, pensando sua formação, os processos sofridos durante os anos de existência, repressão, meios de divulgação, seus escritores, seus colaboradores, imaginar seu público leitor, suas relações e diálogos com outros movimentos sociais foi um meio para perceber em aspectos gerais o objeto de pesquisa. Como apoio para contextualização do jornal *Lampião da Esquina*, foi utilizado Green e Quinalha, que fazem uma importante pesquisa sobre as homossexualidades durante o período ditatorial. Em acréscimo, Miguel Rodrigues de Souza Neto que, em sua tese de doutorado; “Homoerotismo no Brasil contemporâneo: representações, ambiguidades e paradoxos”<sup>3</sup> no capítulo IV intitulado; “O movimento gay em movimento: a Imprensa gay”, discute a questão da relação homossexualidade e imprensa. Na última parte desse capítulo, o pesquisador traça uma trajetória do movimento gay internacional, cujos acontecimentos influenciaram no desenvolvimento de um jornal com essa temática aqui

<sup>2</sup> Utiliza-se a expressão ditadura civil-militar por indícios de participação/ apoio da sociedade civil ao golpe: classe média, empresários, latifundiários e igreja.

<sup>3</sup> SOUSA NETO, Miguel Rodrigues de. *Homoerotismo no Brasil contemporâneo: representações, ambigüidades e paradoxos*. 2011. 260 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

no Brasil. Em relação ao movimento brasileiro, ele ressalta a leve e controlada abertura política, o retorno de alguns militantes do exílio e o início de alguns agrupamentos. Junto a isso destaca a trajetória do *Lampião da Esquina*, discutindo a imprensa alternativa no Brasil, e finaliza analisando especificamente algumas seções do jornal. Sua contribuição foi de suma importância para entender sob que ambiente surgiu o *Lampião da Esquina*, e quais fatores contribuíram para sua existência. Outro importante pesquisador que teve como foco o jornal foi Victor Hugo da Silva Gomes Mariusso<sup>4</sup> que em sua dissertação de mestrado discute a violência homossexual no Brasil por meio de matérias publicadas nas páginas do jornal. Já Almerindo Cardoso Simões Júnior<sup>5</sup> publica um artigo debatendo sobre a seção “cartas na mesa”, espaço dedicado a publicações de diálogos com os leitores. Claudio Roberto da Silva<sup>6</sup>, discute o papel da imprensa alternativa na sociedade de 1978 a 1981, realizando também entrevistas com editores e colaboradores do jornal no ano de 1998. Esses autores contribuíram para entender a constituição do jornal e para reflexões sobre suas publicações. Alguns autores que discutem sobre a ditadura civil - militar em específico como o Cardeal Arns, foram importantes para tentar entender sobre o contexto de surgimento do jornal pesquisado, no sentido da historiografia do período, Arns contribui ao permitir perceber a intensa repressão de um governo militar nos anos finais da década de 1970, período de surgimento do *Lampião da Esquina*. Junto a ele, Carlos Teixeira da Silva, foi essencial para que se compreenda melhor o período militar, marcado por intensas disputas, em que surge o objeto de pesquisa.

Estudar o *Lampião* permite pensar sua posição naquele território de sentido e, portanto, seu papel como questionador não só da sexualidade, mas também de um regime opressor e outros segmentos conservadores. O jornal tinha como foco matérias com temáticas relacionados à homossexualidade, mas também trazia reportagens sobre as chamadas “minorias”, que como o próprio jornal afirma, eram assim denominadas

---

<sup>4</sup>MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. *Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)*. Uberlândia - MG, 2015, 209fls. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

<sup>5</sup>SIMÕES JR., Almerindo Cardoso. Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Representatividade homossexual em tempos de ditadura: algumas reflexões sobre o jornal *Lampião de Esquina*.p. 279-298. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. FERREIRA, Lucia Maria Alves. (orgs). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro. Mauad X, 2007.

<sup>6</sup>SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho: Historia Oral de Vida Política e Homossexualidade no Brasil Contemporâneo*. 1998. 199 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

não por serem minoritários numericamente, mas por serem cerceados de direitos, não terem amplo acesso a eles que deveriam ser garantidos a todos e todas. Sendo assim, considero relevante trazer outros discursos também presentes no periódico, como das outras ditas “minorias”, o que permite perceber a importância desse jornal como um meio de dar voz a grupos marginalizados.

No segundo e terceiro capítulos, respectivamente, **Presença das mulheres e desconstrução de padrões e Movimentos de mulheres nas páginas do *Lampião***, as teorias de gênero são utilizadas com maior profundidade, justamente por me ajudarem a perceber de que maneira um jornal escrito por gays discute ou visibiliza os movimentos feministas ou pautas defendidas por elas, tentando perceber de que forma esses debates se apresentam nas matérias publicadas ao longo do jornal, e como são veiculadas as representações do feminino. Os movimentos feministas, plurais que são, defendiam desde o direito ao corpo, gozo e prazer, a creches, salários iguais, até o direito ao aborto. Essas reivindicações, suas organizações e encontros, são frutos de reportagens apresentadas ao longo do *Lampião da Esquina*, as quais foram eleitas como objeto de pesquisa, tentando perceber justamente esse processo de construção de sujeito e/ou do assujeitamento de mulheres por um discurso falocêntrico, que talvez pode ser percebida sua reprodução em um grupo também marginalizado, nesse caso os homossexuais masculinos.

Para reflexões sobre o *Lampião da Esquina*, foram articulados textos de autores(as) que percebem e analisam o funcionamento da linguagem, do discurso, como aparato regulador da sociedade e que contribuem para perceber esse processo de reprodução e/ou contestação e/ou alinhamento ou não com um discurso normativo. Como proposta teórica para análise das representações da sexualidade em *Lampião da Esquina*, busquei referências fundamentado nas reflexões que Michel Foucault, filósofo francês, trouxe à tona, por meio do livro: “História da Sexualidade 1: A vontade de saber”<sup>7</sup>. Questões sobre a “hipótese repressiva”, enunciado que expõe seu questionamento sobre se a sociedade capitalista realmente foi calada a respeito do sexo. Foucault nega essa hipótese repressiva, afirmando que desde meados do século XIX, com a tentativa de regulação do sexo, por meio da igreja, da escola, da família e da

---

<sup>7</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

medicina, há uma incitação do discurso sobre o sexo. Para ele, o sexo é “um tema que faz parte da própria mecânica”<sup>8</sup> das incitações discursivas.

Assim, a partir do século XVI,

[...]a colocação do sexo em discurso, em vez de sofrer um processo de restrição, foi, ao contrário, submetida a um mecanismo de crescente incitação; que as técnicas de poder exercidas sobre o sexo não obedeceram a um princípio de seleção rigorosa mas, ao contrário, de disseminação e implantação das sexualidades polimorfos e que a vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevogável, mas se obstinou – sem dúvida através de muitos erros – em constituir uma ciência da sexualidade<sup>9</sup>.

Trata-se, sobretudo, de uma forma de analisar os discursos da imprensa sobre a homossexualidade que, para além do caráter repressivo de poder, procura pensá-los com “tecnologias positivas de poder”<sup>10</sup>, ou seja, objetos/objetivações e sujeitos/subjetividades que se designam nos discursos sob novos procedimentos de poder que

[...]funcionam, não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei mas pela normalização, não pelo castigo mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravazam do Estado e de seus aparelhos<sup>11</sup>.

Pensar as relações históricas entre o poder e o discurso sobre o sexo, é uma forma de observar o funcionamento de um “dispositivo da sexualidade”, isto é, a presença de uma tecnologia complexa “e, sobretudo mais positiva do que o efeito excludente de uma proibição”, assumindo outra “teoria de poder” e outra “chave de interpretação histórica”<sup>12</sup>.

Sobre isso, cabe pensar quais as relações de poder mais imediatas, que estão em jogo nos discursos do *Lampião da Esquina*?

O pensamento de Judith Butler foi contribuição importante para me auxiliar a perceber os efeitos desse “dispositivo da sexualidade” que produz discursos de verdade. Nesse sentido, Butler questiona esse discurso que tenta designar formas de agir e pensar.

---

<sup>8</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1988, p. 17–18.

<sup>9</sup> Idem, ibidem, p. 36.

<sup>10</sup> Idem, ibidem, p. 80.

<sup>11</sup> Idem, ibidem, p. 86.

<sup>12</sup> Idem, ibidem, p. 87.

Como um efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritual, o sexo adquire seu efeito naturalizado e, contudo, é também, em virtude dessa reiteração, que fossos e fissuras são abertos, fossos e fissuras que podem ser vistos como as instabilidades constitutivas dessas construções, como aquilo que escapa ou excede a norma, como aquilo que não pode ser totalmente definido ou fixado pelo trabalho repetitivo daquela norma. Esta instabilidade é a possibilidade desconstitutiva no próprio processo de repetição, o poder que desfaz os próprios efeitos pelos quais o “sexo” é estabilizado, a possibilidade de colocar a consolidação das normas do “sexo” em uma crise potencialmente produtiva<sup>13</sup>.

Nesse sentido, Butler nos permite refletir sobre esse aparato reiterativo que não se consolida nem é estático, apesar de criar tal efeito. Esse efeito são as identidades, que são pensadas também partir das ideias de Stuart Hall, que percebe justamente a erosão dessa fixidez a elas impostas. O pensador afirma que

Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. [...] Assim, em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento<sup>14</sup>.

Sobre isso, tal como discutido em Hall, essa identidade fixa e monolítica é ilusória, mas é tão reificada que a percebemos enquanto real, sem se dar conta de que nossas identidades são múltiplas, plurais e estão em constantes processos de construção e desconstrução.

Swain afirma que é justamente a percepção da ilusão da fixidez que permite subverter o discurso heteronormativo falocêntrico imposto sobre os corpos. Nesse sentido, percebe-se a pulverização identitária,

Num mundo de representações sociais, onde os seres se definem pelo corpo sexuado e pelas práticas sexuais, uma identidade nômade desfaz as polaridades e as hierarquias, solapa as bases do sistema de sexo/gênero, desvelando a tragédia e a triste comicidade do assujeitamento ao “verdadeiro sexo”, às essências humanas instituídas e narradas em história<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup>BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’. In: LOURO, Guacira. L. O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 163 – 164.

<sup>14</sup>HALL, Stuart. A identidade cultural na pós modernidade. [S.I.]: Lamparina, 2014, p.24.

<sup>15</sup>SWAIN, Tania Navarro (org.). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 Feminismos: Teorias e Perspectivas, pp. 47-85, 2000, p.77.

Assim, percebendo que “uma identidade em construção não visa um desenho final, o que importa é o movimento”<sup>16</sup>, que se permitirá desestabilizar as estruturas normativas sobre o sexo.

Guacira Louro foi diálogo importante para as reflexões referentes à percepção sobre os movimentos feministas, por compreender as construções sobre os corpos femininos e a constituição de um ideal de mulher pelo discurso normativo. Para isso ela, além de constatar tal representação, nos permite apontar meio para a desconstrução de tal aparato regulador e norteador de formas de agir e pensar. Ela mesma afirma que

A heteronormatividade justifica tais arranjos sociais; justifica conhecimentos, práticas, jogos de saber/poder. Portanto, desconstruir sua lógica, demonstrar a fabricação histórica de tal processo e as manobras constantemente empreendidas para reiterá-lo pode contribuir para desmontá-lo<sup>17</sup>.

Embasado por historiadores que tratam o período, por teóricos de gênero, busquei contextualizar o jornal estudado, *Lampião da Esquina*, e refletir sobre as matérias publicadas no jornal, referente aos movimentos feministas e suas pautas. Por isso, a pesquisa proposta se destaca ao tomar como objeto de análise um veículo de imprensa pouco estudado, representante de um segmento populacional silenciado e/ou excluído da história, tratando de outro movimento social também estigmatizado, e, ainda, por querer pensar, por meio de matérias selecionadas independente de seções, questões relevantes para a História política contemporânea no país, sobretudo no que se refere à construção de representações sociais e de identidades construídas e marcadas por discursos normativos, hierarquizações sociais e binarismos.

---

<sup>16</sup>SWAIN, Tania Navarro (org.). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 Feminismos: Teorias e Perspectivas, pp. 47-85, 2000, p.77.

<sup>17</sup>LOURO, Guacira Lopes. O “estranhamento” queer. In: ANAIS do Seminário do Fazendo Gênero VII. Florianópolis, 2006, p. 144.

## Capítulo 1 Um *LAMPIÃO* ENTRE AS SOMBRAS E AS ESQUINAS DO DISCURSO SOCIAL

### 1.1 TRAJETÓRIAS DO “LAMPIÃO DA ESQUINA”: MOVIMENTOS SOCIAIS E CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

O *Lampião da Esquina* surgiu em abril de 1978, anos finais da ditadura civil-militar no Brasil, período de leve abertura, mas ainda sob forte repressão aos meios de comunicação.

O processo político da ditadura civil-militar<sup>18</sup> teve início em 1964, quando o então presidente João Goulart foi derrubado do poder por meio de um golpe, fruto de “três anos de conspiração civil e militar, os tanques são postos nas ruas para derrubar João Goulart”<sup>19</sup>. Trata-se de um período que vem sendo muito estudado pela historiografia contemporânea a fim de se buscar entender as forças que se articularam naquele golpe de Estado e as composições que se sucederam em seguida.

Segundo Green e Quinalha, é importante observar a participação significativa de segmentos da sociedade civil naquele processo. Para eles,

Apesar do fato de o golpe de estado ter sido planejado por um número limitado de militares de alta patente, em especial coronéis e generais do Exército, a verdade é que as Forças Armadas tomaram o poder no Primeiro de Abril de 1964 com amplo apoio de setores das classes

---

<sup>18</sup> O termo utilizado Ditadura civil – militar, é defendido por Reis por afirmar ser notável a participação da população no golpe. “É inútil esconder a participação de amplos segmentos da população no golpe que instaurou a ditadura, em 1964. É como tapar o sol com a peneira. As marchas da Família com Deus e pela Liberdade mobilizaram dezenas de milhões de pessoas, de todas as classes sociais, contra o governo João Goulart. A primeira marcha realizou-se em São Paulo, em 19 de março de 1964, reunindo meio milhão de pessoas. Foi convocada em reação ao Comício pelas Reformas que teve lugar uma semana antes, no Rio de Janeiro, com 350 mil pessoas. Depois houve a Marcha da Vitória, para comemorar o triunfo do golpe, no Rio de Janeiro, em 2 de abril. Estiveram ali, no mínimo, a mesma quantidade de pessoas que em São Paulo. Sucederam-se marchas nas capitais dos estados e em cidades menores. Até setembro de 1964, marchou-se sem descanso. Mesmo descontentada a tendência humana a aderir à Ordem, trata-se de um impressionante movimento de massas. Nas marchas desaguaram sentimentos disseminados, entre os quais, e principalmente, o medo, um grande medo. De que as gentes que marcharam tinham medo? Tinham medo das anunciadas reformas, que prometiam acabar com o latifúndio e os capitais estrangeiros, conceder o voto aos analfabetos e aos soldados, proteger os assalariados e os inquilinos, mudar os padrões de ensino e aprendizado, expropriar o sistema bancário, estimular a cultura nacional. Se aplicadas, as reformas revolucionariam o país. Por isto entusiasmavam tanto. Mas também metiam medo. Iriam abalar tradições, questionar hierarquias de saber e de poder. E se o país mergulhasse no caos, na negação da religião? Viria o comunismo? O Brasil viraria uma grande Cuba? O espectro do comunismo. Para muitos, a palavra era associada à miséria, à destruição da família e dos valores éticos”. Cf. Reis, Aarão Daniel. A ditadura civil – militar. In: <<http://www.oabrij.org.br/artigo/2975-a-ditadura-civil-militar---daniel-aarao-reis>>

<sup>19</sup>50 anos do golpe: a ditadura militar no Brasil. São Paulo: Abril, 2014, p. 26.

médias, da igreja católica, do empresariado, dos latifundiários e do governo norte-americano. Os golpistas utilizaram um discurso democrático para implementar um regime autoritário que revogou direitos civis e restringiu liberdades públicas. Eles prometiam uma intervenção pontual e temporária, apenas para “colocar ordem na casa” e retornar, em seguida, para as casernas de onde saíram. No entanto, contrariando o discurso que embalaram de início, eles terminaram por manter o controle direto do Palácio do Planalto e de outras instâncias de governo em diversos níveis federativos durante mais de duas décadas<sup>20</sup>.

Em um mundo polarizado, pode-se perceber que a ditadura civil-militar pautou-se, entre outros aspectos, no medo de uma ameaça comunista em que setores privilegiados da sociedade, tais como empresários e classe média, temiam ter privilégios perdidos, caso o Brasil aprofundasse os vínculos com os países de orientação comunista e abrisse maior espaço para as reformas de base pretendidas por setores da esquerda brasileira. Como afirmado no livro *Brasil Nunca Mais*, “os anos de 1962, 1963 e 1964 foram marcados pelo rápido crescimento das lutas populares”<sup>21</sup>, estando aí localizada uma possível justificativa para o apoio de parcela da população ao golpe. Ainda segundo os autores,

Praticamente toda a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos estavam ganhos pela propaganda anticomunista. Seus principais veículos foram os organismos financiados pelos Estados Unidos, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e a Igreja Católica, especialmente sua hierarquia, que se une à agitação contra o governo, amparada pela grande imprensa, e enseja as célebres “marchas da família, com Deus, pela liberdade”<sup>22</sup>.

Em meio às tensões que se ampliavam e aprofundavam no período, “em 1º de abril de 1964, é vitoriosa a ação golpista”<sup>23</sup>. Segundo Nilson Borges,

[...] as Forças Armadas assumiram a função de partido da burguesia, manobrando a sociedade civil, através da censura, da repressão e do terrorismo estatal, para promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face do social. Enquanto o aparelho militar fortalecia o Estado, neutralizando as pressões sociais e buscando atingir elevado crescimento econômico, as Forças

---

<sup>20</sup>GREEN, James. QUINALHA, Renan. (org.) Ditadura e Homossexualidades. Repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUfSCar, 2014, p. 18.

<sup>21</sup>CARDEAL ARNS, D. Paulo Evaristo. Brasil: nunca mais. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986, p. 57.

<sup>22</sup>Idem, ibidem, p. 59.

<sup>23</sup> Idem, ibidem, p. 59.

Armadas atingiam um alto grau de autonomia institucional<sup>24</sup>.

Como já afirmado anteriormente, o regime militar recebia apoio de diferentes setores da sociedade, e também apoio internacional do “governo americano”<sup>25</sup>, que temia uma possível revolução social, apoiada em ideais comunistas.

Quinalha e Green<sup>26</sup> afirmam, ainda, que:

Curiosamente, é também neste momento que se verificam mudanças importantes nas sociabilidades LGBT no Brasil. Do ponto de vista da diversão e do entretenimento, surgiram boates e casas noturnas, no Rio de Janeiro e em São Paulo, dirigidas especialmente para um público homossexual. Passou a haver maior visibilidade dos espaços públicos freqüentados por gays e lésbicas nos principais centros urbanos<sup>27</sup>.

Talvez não exatamente como uma curiosidade, mas significativamente, estavam explícitas algumas das diferenças que, não por acaso, evidenciavam conflitos que emergem na sociedade e nos jornais do período. Como explicitado por Clóvis Marques nas páginas da edição de número zero do *Lampião da Esquina*, “no caso dos homossexuais (detidos, por exemplo, por atentado aos bons costumes, segundo um dos eufemismos da lei brasileira), não se pode esperar para breve um socorro mais concreto”. Marques denuncia justamente esse aparato de perseguição aos homossexuais durante o período militar, em que sob a alegação de “atentado aos bons costumes”, se justificava suas apreensões. Sobre isso, ele ainda destaca que “a realidade dos homossexuais” no Brasil, era a de serem “violentados pela polícia” principalmente nos locais tidos como redutos gays, “em cinemas e becos da cidade”<sup>28</sup>.

Sobre isso, a partir dos indícios e argumentações construídas por Green, Quinalha e Marques, é importante pensar que, não por acaso, em um período de intensa repressão às liberdades de expressão e também da sexualidade, os meios de diversão e sociabilidade LGBTs proliferaram. A repressão à sexualidade era frequente e corriqueira e, no imaginário do período, não era incomum observar a censura aos

---

<sup>24</sup> BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: Jorge Ferreira (org.) Lucilia de Almeida Neves Delgado (org.) O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 13 – 42, p. 21.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, p. 21.

<sup>26</sup> James N. Green é professor de História do Brasil em Brown University, e especialista em História da Homossexualidade no Brasil e Renan Quinalha, advogado e assessor da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.

<sup>27</sup> GREEN, James. QUINALHA, Renan. (org.) Ditadura e Homossexualidades. Repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUfSCar, 2014, p. 18. p. 19.

<sup>28</sup> MARQUES, Clóvis. Com o tímido apoio da Anistia. *Lampião da Esquina*. n.º 0, abril de 1978, p. 5.

discursos e comportamentos “subversivos” ou “desviantes” como expressões que feriam a “moral e os bons costumes”. Ao determinar esses guetos gays, essa parcela da população estaria sob o olhar dos militares e também de setores da sociedade civil, como ainda hoje, e em caso de reconhecidos por estes setores como excessos ou subversão da moral e dos bons costumes, tais sujeitos eram perseguidos por esses órgãos repressores.

Conforme leitura de Carlos Fico, as práticas “indesejáveis” e os discursos desviantes dos “bons costumes” costumavam andar juntos. Ele observa que

A articulação entre “desvio moral” e “subversão” hoje nos parece cômico, mas decorreria da paranóia anticomunista e da grande preocupação com a chamada “revolução de costumes”. Drogas, liberdade sexual e até mesmo *rock* seriam portas de entrada para o comunismo, perigo a que estariam sujeitos [...]. Para os órgãos de informações, haveria “um círculo vicioso de prostituição, de vício e da prática sexual aberta que, fatalmente, levam à indiferença, abrindo caminho à própria subversão”<sup>29</sup>.

Drogas, sexo e *rock* eram práticas consideradas “viciosas”, sobretudo por segmentos conservadores que viam nelas os caminhos que levavam à rebeldia, à desordem e à subversão. A questão da proliferação dos ambientes gays, os famosos guetos que vão ser explorados pelo *Lampião*, serão os locais que possibilitam viver a sexualidade fora da norma naquele momento. A multiplicação desses lugares e conseqüentemente a visibilidade dada a eles pode ser vista como um meio de controle dessa sexualidade considerada pelo regime como subversiva.

Foucault, em sua análise sobre as sexualidades periféricas, nos permite fazer analogia com as perseguições aos grupos que tinham suas práticas consideradas viciosas:

[...] atribuía às menores oscilações da sexualidade uma dinastia imaginária de males fadados a repercutirem sobre as gerações; afirmou perigosos à sociedade inteira os hábitos furtivos dos tímidos e as pequenas e mais solitárias manias; no final dos prazeres insólitos colocou nada menos do que a morte: a dos indivíduos, a das gerações, a da espécie<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> FICO, Carlos. Prefácio. In: GREEN, James. QUINALHA, Renan. (org.) Ditadura e Homossexualidades. Repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUfSCar, 2014, p. 16.

<sup>30</sup> FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2011, p. 62.

Aglomerar e determinar os locais frequentados por esses grupos pode ser pensado como a forma encontrada pelas autoridades de possibilitar uma mais fácil investigação, fiscalização e controle. Como aponta Foucault, uma sociedade normatizadora “não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma”<sup>31</sup>. E é esse controle da sociedade no período ditatorial, designando espaços específicos aos homossexuais para as práticas consideradas desviantes, que podem ser pensados sob a ótica de Butler,

[...] o abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito<sup>32</sup>.

Não é difícil observar na grande imprensa e na historiografia sobre o período que, apesar e por conta da forte repressão, eram constantes as manifestações e lutas contra o governo e em busca de liberdades: liberdade de imprensa, sexual, de expressão e movimentos pró-democracia política. Os textos de estudiosos e jornalistas parecem ser unânimes ao demarcarem o ano de 1968 como um divisor de águas naquele processo social em que se vivia entre as possibilidades de mudanças profundas e muitos conflitos. De acordo com Green e Quinalha

O ano de 1968 marcou a passagem para outra fase da história do regime militar. Como é amplamente sabido, este ano foi um momento de efervescência social, cultural e política no Brasil e no resto do mundo. No interior das mobilizações contra o endurecimento da ditadura, nas mudanças culturais que refletiam a sociedade em movimento, no tropicalismo e em outras manifestações do período, abriu-se um novo espaço para imaginar uma articulação política que contestasse a repressão aos homossexuais, o que se nota nas novas publicações que surgiram neste momento. Porém, a edição do AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968, acabou com esse ensaio de emancipação que mal tinha sido desencadeado. A repressão, a censura, o medo, as violências, a cassação de direitos e o poder policial, que aumentou neste momento, acabaram com qualquer sonho de uma organização LGBT<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup>FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2011, p. 157.

<sup>32</sup> BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’. In: LOURO, Guacira. L. O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 155.

<sup>33</sup> GREEN, James. QUINALHA, Renan. (org.) Ditadura e Homossexualidades. REPRESSÃO, RESISTÊNCIA E A BUSCA DA VERDADE. São Carlos: EdUfSCar, 2014, p. 21.

Assim como Green e Quinalha, o Cardeal Arns também relata sobre esse endurecimento da ditadura civil - militar, que por meio de decretos tornou ainda mais severos seus mecanismos de perseguição a grupos de contestação ao regime:

Costa e Silva baixa o AI-5 no dia 13 de dezembro de 1968. [...] Ao contrário dos atos anteriores, no entanto, o AI-5 não vinha com vigência de prazo. Era a ditadura sem disfarces. [...] O resultado de todo esse arsenal de Atos, decretos, cassações e proibições foi a paralisação quase completa do movimento popular de denúncia, resistência e reivindicação, restando praticamente uma única força de oposição, a clandestina<sup>34</sup>.

Após o AI-5, enquanto a sociedade se movimentava e os grupos buscavam organizarem-se, as forças da repressão avançavam e impediam a articulação política de diversos segmentos considerados ameaçadores. Durante vários anos, percebe-se pelas discussões que a ideia da criação ou organização de um grupo que levantasse a bandeira LGBT parecia existir, mas a censura e a perseguição a esses grupos acarretaram muitas vezes na sua inviabilidade, e também, na sua invisibilidade e silenciamento.

Nos anos finais da ditadura civil-militar, o regime ditatorial vai perdendo força internamente e externamente, isso devido a alguns fatores, entre eles, como afirma Francisco Carlos Teixeira da Silva,

Os Estados Unidos sinalizavam, desta forma, que o longo histórico de apoio às ditaduras militares latino-americanas havia se encerrado. Tais governos deveriam, sinceramente, empenhar-se em reformas em direção à redemocratização – no falar político do continente, era o momento das *aberturas* -, capazes de estabelecer regimes democráticos estáveis<sup>35</sup>.

Junto a essas questões e a inúmeras tentativas de organização de uma resistência ao regime, o Cardeal Arns descreve que “a partir de fevereiro de 1978, começam a proliferar, em todo o país, Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) que lançam uma campanha por Anistia ampla, geral e irrestrita”<sup>36</sup>.

Percebendo a ação internacional como um apêndice dos movimentos internos pró-democracia, principais responsáveis pelos avanços no sentido de uma possível abertura, “uma sociedade civil extremamente organizada, com os sindicatos, a Igreja, a

---

<sup>34</sup> CARDEAL ARNS, D. Paulo Evaristo. Brasil nunca mais. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986, p. 62.

<sup>35</sup>SILVA, Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política. In: Jorge Ferreira (org.) Lucilia de Almeida Neves Delgado (org.) O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 243-282, p. 252.

<sup>36</sup>CARDEAL ARNS, D. Paulo Evaristo. Op.cit., p. 67.

imprensa, os artistas e a universidade desempenhando um importante papel de crítica ao regime”<sup>37</sup> possibilitou que essas lutas avançassem.

É possível perceber uma nova articulação em finais da década de setenta, expressão das duras conquistas de uma sociedade que havia sido silenciada, reprimida e calada e que, também por meio da imprensa, entre outras resistências políticas, gradativamente, retomava caminhos para a abertura democrática.

Em relação à importância dos movimentos operários e estudantis, e também da imprensa alternativa, Green e Quinalha constroem uma reflexão sobre o processo, ao avaliarem que

[...] as mobilizações estudantis que aconteceram em São Paulo em 1977 e que, em seguida, espalharam-se pelo país foram fundamentais para criar uma impressão de que havia margem de ação para contestar a ditadura militar. Era possível sair à rua e questionar o regime autoritário. As greves de 1978 nas zonas industriais da Grande São Paulo também mostraram que novos setores sociais poderiam enfrentar a política econômica da ditadura. A abertura cultural que acompanha esse reflorescimento das lutas sociais, a resistência do jornal *Pasquim* contra a censura ao longo dos anos 1970 e o crescimento dos veículos da imprensa alternativa – como os jornais *Opinião*, *Movimento*, *Versus*, entre muitos outros- também criaram um espaço para o jornal *Lampião da Esquina*<sup>38</sup>.

O *Lampião da Esquina*, resultante de um histórico de lutas sociais antes de sua criação, surge em abril de 1978, justamente no período em que no Brasil as lutas contra a censura se intensificavam. São Paulo e Rio de Janeiro eram ambientes onde se percebia as inúmeras manifestações pró-liberdades e pela democracia. Não por acaso, Teixeira da Silva vai perceber essa mobilização de forças contra esse regime ditatorial, ao sublinhar aquela cultura de resistência encenada em diferentes nichos da sociedade. Ele registra que

Uma ampla frente de artistas e intelectuais produz uma verdadeira cultura da resistência, em que o teatro, a música popular, [...] a

---

<sup>37</sup>SILVA, Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política. In: Jorge Ferreira (org.) Lucília de Almeida Neves Delgado (org.) O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 243-282, p. 255.

<sup>38</sup>GREEN, James. QUINALHA, Renan. (org.) Ditadura e homossexualidades. Repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUfSCar, 2014, p. 23-24.

literatura, somados à ação dos professores e estudantes, isolam a ditadura e seus apoios populares iniciais<sup>39</sup>.

Frente a essas intensas lutas e constantes mobilizações é que se pode considerar uma relativa abertura e leve abrandamento da repressão, e a publicação do periódico em questão exprime tal processo.

## 1.2 Primeiras páginas: acendendo as luzes do Lampião

Na edição Zero, experimental, lançada em abril de 1978, os editores do jornal *Lampião da Esquina* noticiam sobre uma possível abertura,

Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia, uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma “abertura” do discurso brasileiro<sup>40</sup>.

Aguinaldo Silva, na Edição 09 de fevereiro de 1979, vai falar novamente sobre a abertura do jornal:

[...] temos notícias, no Brasil, de uma onda de liberalização. Dela viemos colhendo, desde o fim da primeira metade de 1978, sinais evidentes. E nela, LAMPIÃO – como outros órgãos da imprensa progressista, dos quais somos necessariamente afins – tem, obrigatoriamente, o seu lugar<sup>41</sup>.

Acredita-se que a abertura não deve ser pensada entre as benesses concedidas pelo Estado autoritário ou por um governo em específico, mas no bojo das lutas sociais e políticas do período. Portanto, juntamente a esse processo de redemocratização, fruto de lutas sociais, estava “a revogação parcial da censura à imprensa”<sup>42</sup>, processo que possibilitou a articulação de um jornal que discutiu a sexualidade, os direitos das mulheres e o racismo de forma incisiva. Em face das lutas da população em vários

---

<sup>39</sup>SILVA, Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política. In: Jorge Ferreira (org.) Lucília de Almeida Neves Delgado (org.) O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 243-282, p. 257.

<sup>40</sup> CONSELHO Editorial. Saindo do Gueto. *Lampião da Esquina*. n° 0, abril de 1978, p. 2.

<sup>41</sup> SILVA, Aguinaldo. Para o Brasil do ano 2000, os “bons costumes” do século XIX. *Lampião da Esquina*. n° 09, fevereiro de 1979, p. 5.

<sup>42</sup>KINZO, Maria D’Alva G. A Democratização Brasileira um balanço do processo político desde a transição. EDUSP. São Paulo, p. 5. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10367.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2013.

setores e da pressão da sociedade civil em diferentes regiões do país é que podemos entender a opção das autoridades governamentais por uma gradual e lenta abertura do governo Geisel, pressionadas que estavam em meio às articulações de grupos populacionais, tais como os idealizadores do jornal *Lampião de Esquina*, que investem, por exemplo, na mobilização social em torno de certas agendas políticas.

É preciso considerar também que, entre os múltiplos fatores que contribuíram, ainda que indiretamente para o surgimento do jornal *Lampião de Esquina*, o primeiro periódico de temática homossexual com circulação nacional, além das questões internas, está o episódio estadunidense de *Stonewall Inn*, que ocorreu quase 10 anos antes do lançamento do periódico. Esse movimento teria se organizado e fortalecido a partir de uma certa “batalha”, em 1969, cujos ecos se espalharam por diferentes lugares e temporalidades:

Na noite de 28 de junho de 1969, policiais tentaram como ocorria, intermitentemente, fechar o bar alegando o descumprimento das leis sobre a venda de bebidas alcoólicas. Com a desculpa de que o local era propriedade da máfia italiana instalada na cidade, o bar vinha sofrendo várias invasões da polícia que, aleatoriamente, prendia e agredia seus frequentadores. Desta vez os homossexuais que ali estavam não se intimidaram, e atacaram os policiais com garrafas e pedras, forçando-os a chamar reforços. Gritando frases como “Poder Gay” e “Sou bicha e me orgulho disso”, os homossexuais e demais residentes do bairro acabaram chamando a atenção da imprensa e a cidade parou para ver o desfecho da situação. A batalha se transformou em um marco da luta homossexual, prolongando-se por cinco dias, sendo resolvida apenas com a intervenção do prefeito John V. Lindsay (Republicano), que ordenou o fim da violência policial.<sup>43</sup>

O episódio é rememorado em muitos textos. Entre eles, Oliviero Toscani em seu livro, *Gay Pride Orgullo Gay: La Historia*, em que descreve o acontecimento de *Stonewall Inn* :

Una semana más tarde, Craig Rodwell, ya fundador de la primera librería gay neoyorquina. Montó el Frente de Libertación Gay. Esta asociación marcó el inicio de los movimientos de defensa de la comunidad. El 28 de junio de 1970, se organizó el primer Gay Pride en Nueva York para conmemorar los sucesos de Stonewall [...]<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup>NUNAN, Adriana. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansaraí, 2003, p. 104. Apud MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. *Da invisibilidade ao Mercado: movimento LGBTTTT e consumo no Brasil Contemporâneo*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Turismo) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2013, p.20.

<sup>44</sup> TOSCANI, Oliviero. *Gay pride orgullo gay: la historia*. Barcelona: Corbis, 2005, p. 23.

Importante lembrar o *Stonewall Inn*, ato ocorrido em Nova Iorque, Estado Unidos, por ser considerado ainda hoje um marco do movimento homossexual no mundo, um momento em que LGBTs se unem para dizer basta à violência e aos preconceitos sofridos por anos. Em consequência dele, muitos foram encorajados à intensificação de movimentos homossexuais por diversos países e, além disso, o episódio possibilitou a organização de paradas LGBTs e a construção de grupos que lutavam por tais direitos. De acordo com Mariusso, *Stonewall Inn* pautava-se nas

[...] ideias liberais, como a liberdade sexual, do corpo, do desejo, do afeto, sem que isso seja objeto de violência ou tratado como anormalidade, vício ou com qualquer outro pejo, o movimento centrou suas atenções nos direitos dos indivíduos de terem uma (homo) sexualidade. Assim, para o movimento homossexual, o direito à privacidade (e à homossexualidade) deveria ser conquistado na esfera pública: nas leis, na mídia e na opinião pública. A partir daquele momento, o número de grupos homossexuais aumentou no mundo inteiro. Identificando-se abertamente como homossexuais, os novos ativistas mostravam uma autoconfiança raramente vista nos grupos mais antigos. Por meio de protestos, demonstrações e paradas, homossexuais assumidos passaram a confrontar a sociedade mais ampla, seus estereótipos e seus preconceitos.<sup>45</sup>

Apesar desse movimento ter sido considerado de grande importância para constituição e crescimento de outros, tenho clareza de que antes dele existiram organizações homossexuais que lutavam por direitos, mas não obtiveram visibilidade como o movimento que ganhou notoriedade como *Stonewall Inn*, por isso passou a ser ele considerado um marco das lutas LGBTs.

É notória a importância desse movimento na constituição de espaços de manifestação e diálogos com a sociedade e também é plausível afirmar que *Stonewall Inn* contribuiu para o surgimento de uma imprensa homossexual no Brasil.

Conforme a dissertação de Almerindo Cardoso Simões Júnior, o surgimento do *Lampião da Esquina* ocorreu após

[...] entrevista com Winston Leyland, editor do *Gay Sunshine*, publicação americana dirigida a homossexuais, foi o ponto embrionário do surgimento do jornal. João Antônio Mascarenhas, na época colunista do *Pasquim*, decide fazer uma entrevista com Leyland, que viera ao Brasil a fim de organizar uma antologia da

---

<sup>45</sup>MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. Da invisibilidade ao Mercado: movimento LGBTTTT e consumo no Brasil Contemporâneo. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Turismo) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2013, p.21.

literatura gay latino-americana. O encontro com Leyland deixa, não só Mascarenhas mas outros jornalistas por ele convidados tão empolgados que os mesmos decidem lançar uma publicação que tratasse “de forma séria o homo em seu contexto social”(MacRae, 1990). Pouco tempo depois, uma reunião na casa do pintor Darcy penteado em São Paulo marcou o nascimento do projeto *Lampião*. Os onze criadores passaram a integrar assim o Conselho Editorial, apresentado no número 0<sup>46</sup>.

Nessa reunião, portanto, nasce o projeto do jornal, cujos integrantes do Conselho Editorial eram Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteado, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry. A coordenação da edição estava sob a responsabilidade de Aguinaldo Silva. Os editores eram; Darcy Penteado, João Silvério Trevisan, Francisco Bittencourt, Clóvis Marques, Adão Acosta, João Antônio Mascarenhas e Gasparino Damata. Os colaboradores eram Agildo Guimarães, Frederico Jorge Dantas, Alceste Pinheiro, Laponi Araújo, Billy Aciolly, Luis Canabrava (Rio), José Pires Barroso Filho, Paulo Augusto (Niterói), Amylton Almeida(Vitória), Glauco de Carvalho (Fortaleza) e Caio Fernando Abreu (Porto Alegre). Responsáveis pela Arte; Ivan Joaquim Mem de Sá<sup>47</sup>.

Os editores desse jornal se apresentam na Edição de número 0, na página 2, registrando uma breve nota biográfica, que ajuda a perceber suas respectivas áreas de atuação profissional e política, e que é reproduzida abaixo:

Aguinaldo Silva\_ Jornalista especializado em assuntos policiais, escritor (tem dez livros publicados), tem uma longa experiência na imprensa alternativa: colaborou com Opinião desde os primeiros números, e é um dos fundadores de Movimento.

Antônio Chrysóstomo – Jornalista, especializado em música popular, escreveu, produziu e dirigiu vários shows. É um dos mais polêmicos críticos musicais do país.

Clóvis Marques – Jornalista e tradutor, faz crítica e cinema. Sub-editor do Guia de Filmes publicado pela Embrafilme, é correspondente, no Brasil, de Film Dope, de Londres.

Darcy Penteado – Artista plástico e escritor. Uma das figuras mais importantes do front cultural paulista, foi o primeiro intelectual brasileiro a defraudar publicamente a bandeira de luta contra a

---

<sup>46</sup> SIMÕES JUNIOR, Almerindo Cardoso. “... E havia um lampião na esquina” – Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura. (1978 – 1980). 2006. 184f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de pós-graduação em Memória Social. . Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2006, p. 27.

<sup>47</sup>LAMPIÃO da Esquina, n° 0, abril de 1978. p. 2.

discriminação e o preconceito em relação aos homossexuais. Seu primeiro livro *A Meta*, com história que abordavam esse tema, foi um dos maiores sucessos editoriais do ano passado.

Francisco Bittencourt – Poeta, crítico de arte e jornalista, publicou dois livros de poemas. É membro da Associação Internacional de Críticos de Arte (seção do Brasil), e colabora como crítico em vários jornais.

Gasparino Damata – Jornalista e escritor com passagens pela diplomacia. Organizou duas antologias – *Histórias do amor Maldito* e *Poemas do Amor maldito* – que tinham o homossexualismo como tema.

Jean- Claude Bernardet – Crítico de cinema, um dos teóricos do Cinema Novo, possui também uma longa experiência na imprensa alternativa. Um dos colaboradores mais ativos do *Opinião*, é um dos fundadores de *Movimento*.

João Antônio Mascarenhas – Advogado, jornalista e tradutor, abandonou a burocracia dos Ministérios da Educação e da Agricultura para formar a cadeia de “gente boa” que resultou na idéia de se publicar *LAMPIÃO*.

João Silvério Trevisan – Cineasta e escritor, é autor de um dos livros de contos mais elogiados do ano passado – *Testamento de Jônatas a Davi*. Está escrevendo um romance destinado ao público juvenil, fruto de suas andanças pela América Latina.

Peter Fry – Nasceu em Liverpool, Inglaterra, e formou-se em Cambridge. Após um período como antropólogo na Rodésia, voltou à Inglaterra, onde fez doutorado na Universidade de Londres, que o contratou depois como professor. Em 1970 veio para o Brasil, contratado pela Universidade de Campinas, onde está até hoje. Tem pesquisado sobre as religiões afro-brasileiras e pretende escrever sobre a sexualidade no Brasil<sup>48</sup>.

Dar visibilidade aos editores do jornal e suas áreas de atuação social é uma forma de identificar quem orientava o projeto e quem escrevia, localizando e refletindo sobre sua criação, mais que isso, percebendo quais seus objetivos e qual a inserção desses editores na sociedade brasileira de 1978.

Em relação aos objetivos, o editorial da edição de número zero anuncia, na segunda página seu propósito de desconstruir a imagem estigmatizada do homossexual, uma imagem calcada em bases hierarquizadas, em que ela é construída para dar lugar a um sujeito inferiorizado, subjugado e considerado abjeto social.

---

<sup>48</sup> SENHORES do Conselho. *Lampião da Esquina*, n° 0, abril de 1978, p. 2.

Mas um jornal homossexual, pra quê? A resposta mais fácil é aquela que nos mostrará empunhando uma bandeira exótica ou “compreensível” cavando fundo as muralhas do gueto, endossando – ao “assumir” – a posição isolada que a Grande Consciência Homossexual reservou aos que não rezam pela sua cartilha, e que convém à perpetuação e ao seu funcionamento<sup>49</sup>.

O jornal, em sua primeira edição, apresentou a linha editorial que deveria nortear as edições seguintes e, ao questionar os padrões estabelecidos e impostos da sexualidade, ele se propõe a discutir os caminhos trilhados por homossexuais e minorias para romper com esses estigmas e a inferiorização produzida, buscando por meio da expressão e veiculação, contribuir para que os questionamentos tenham visibilidade social. É possível apontar alguns objetivos a partir do editorial de nº zero:

Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo o qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos e que sempre esbarra em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, nesse fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter<sup>50</sup>.

Junto a isso, tentam discutir sobre a estigmatização que permeia tal grupo. Como também é apresentado na edição nove, de fevereiro de 1979, o *Lampião*, por meio da matéria de Aguinaldo Silva se apresenta como um jornal que desde seu início pretende desmoralizar as representações do homossexual calcadas na perversão, ou como seres sempre dispostos a se corromperem, que vivem nas sombras. Sobre isso, reitera a necessidade de desconstrução de tais imposições não naturais<sup>51</sup>.

Para acabar com essa imagem padrão, LAMPIÃO não pretende soluçar a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não-reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz. A essa minoria, não interessam posições como as dos que, aderindo ao sistema – do qual se tornam apenas “bobos da corte” – declaram-se por ledoo engano, livres de toda discriminação e com acesso a amplas oportunidades: o que LAMPIÃO reivindica em nome dessa minoria é não apenas assumir e ser aceito – o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes

---

<sup>49</sup>SENHORES do Conselho. *Lampião da Esquina*, nº 0, abril de 1978, p. 2.

<sup>50</sup>Idem, *ibidem*, p. 2.

<sup>51</sup>SILVA, Aguinaldo. Para o Brasil do ano 2000, os “bons costumes” do século XIX. *Lampião da Esquina*, nº 09, fevereiro de 1979, p. 5.

negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal<sup>52</sup>.

Buscando dar voz a tantos outros grupos também discriminados, sendo eles negros, índios, mulheres, ou que sofram qualquer tipo de preconceito e, nesse sentido, eliminar, as estruturas de um sistema normativo estigmatizante.

Para isso, estaremos mensalmente em todas as bancas do País, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias<sup>53</sup>.

Sobre esse editorial, caberia pensar e analisar se os deslocamentos propostos nele não estariam pautados na conquista do *status quo*, ou seja, na inserção e aceitação de sujeitos excluídos em meio à sociedade heteronormativa, sem desconstrução de algo maior, um aparato heteronormativo, produtor de hierarquizações, em que os homossexuais foram designados a margem. E uma possível não subversão, tais grupos acabariam permanecendo regidos pelas mesmas normas que antes os inferiorizavam, dando talvez subsistência para esse processo de inferiorizações. Para tal, Guacira Lopes Louro é um importante meio de discutir esse padrão normativo:

Uma matriz heterossexual delimita os padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões. É em referência a ela que se fazem não apenas os corpos que se conformam às regras de gênero e sexuais, mas também os corpos que as subvertem. Eventualmente, em vez de serem repetidas, as normas são deslocadas, desestabilizadas, derivadas, proliferadas. Aventureiros ou desviantes, seduzidos ou empurrados por quaisquer razões, há aqueles e aquelas que se desviam das regras e da direção planejada. Deixam de se conformar ao “sistema de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada”(Salih, 2002). Desencaminham-se, desgarram-se, inventam alternativas. Ficam à deriva [...]<sup>54</sup>.

Seriam os editores e colaboradores do *Lampião da Esquina* “aventureiros ou desviantes, seduzidos ou empurrados por quaisquer razões”<sup>55</sup>, aqueles que “se desviam

---

<sup>52</sup>SENHORES do Conselho. *Lampião da Esquina*. n° 0, abril de 1978. p. 2.

<sup>53</sup>Idem, *ibidem*, p. 2.

<sup>54</sup> LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 17-18.

<sup>55</sup> LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, 19.

das regras e da direção planejada”<sup>56</sup>. Estariam dialogando com desencaminhados, desgarrados ou inventando alternativas, à deriva? Estariam suas questões na “pauta de transgressões”<sup>57</sup> prevista pela matriz heterossexual? Nesse sentido, romper com o sistema norteador de caminhos a serem seguidos seria possivelmente a maneira de construir uma sociedade não pautada na hierarquização da sexualidade e dos corpos. Louro aponta que

[...] toda e qualquer diferença é sempre atribuída no interior de uma dada cultura; que determinadas características podem ser valorizadas como distintivas e fundamentais numa determinada sociedade e não terem o mesmo significado em outra sociedade; e, ainda, que a nomeação da diferença é, ao mesmo tempo e sempre, a demarcação de uma fronteira [...]<sup>58</sup>

É importante perceber que inserir-se nesse padrão normativo, apenas para ser aceito, atingindo o *status quo*, como apresenta o *Lampião*, não os livra da discriminação. Essa “amenização” seguramente contribui para a manutenção de um sistema opressor calcado em bases sexistas. Sendo assim, percebe-se que no discurso do corpo editorial do jornal, há pelo menos uma tentativa em quebrar com o padrão heteronormativo, rompendo com a hierarquização sexo-gênero, ao buscar retirar “o homossexual das sombras”<sup>59</sup>.

Com efeito, o *Lampião da Esquina* ressalta em suas páginas os estigmas imputados aos homossexuais, frutos de um padrão normativo binário baseado no sistema sexo/gênero, masculino/feminino. Padrão que é tido como dominante gerador de hierarquizações. Ainda, segundo Louro,

Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião, etc.) [...] apresentam como padrão sua própria estética, sua ética em relação ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos. Por tudo isso, podemos afirmar que as identidades sociais e culturais são políticas. As formas como elas se representam ou são representadas, os significados que atribuem às suas experiências e práticas é, sempre, atravessado e marcado por relações de poder. [...] Esses mecanismos operam, fortemente, no campo da sexualidade. Aqui, uma forma de

---

<sup>56</sup> LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, 19.

<sup>57</sup> Idem, ibidem, p. 19.

<sup>58</sup> LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: refletindo sobre o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: *Labrys. Estudos Feministas*, 1-2:7, jul./dez., 2002. Disponível em [www.unb.br/ih/his/gefem/labrys](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys) Acesso em: 05 março 2015.

<sup>59</sup> Senhores do Conselho. *Lampião da Esquina*, nº 0, abril de 1978, p. 2.

sexualidade é generalizada e naturalizada e funciona como referência para todo o campo e para todos os sujeitos. A heterossexualidade é concebida como “natural” e também como universal e normal<sup>60</sup>.

Ao lutar para sair das sombras, o editorial do *Lampião* estaria construindo um espaço político, ou procurando investir contra o posicionamento binário que naturaliza e hierarquiza a demarcação política das identidades culturais, particularmente as de sexo-gênero? As normas identitárias que designam os sujeitos contornam limites e caminhos a serem seguidos, caminhos que funcionam como balizas ou referentes, e que ao desviar-se dessas rotas já estabelecidas, esses sujeitos costumam ser julgados, punidos e constantemente interpelados, tal norma apesar de sua coercividade pode ser quebrada, rompida e desconstruída. Ainda sobre esses sujeitos, quando ultrapassam a barreira da normatividade, tornam-se desviantes, e conseqüentemente são inferiorizados. O periódico buscou romper com a imagem negativa estereotipada e estigmatizada de homossexual, que o associa a um indivíduo “doente”, com desvios de caráter e insanidade psicológica, questionando os padrões machistas. Conforme suas intenções, explicitadas no editorial de número zero, na matéria de data abril de 1978.

Falando da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos também soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador, tentar apontá-la para questões que desembocam todas nesta realidade muito concreta: a vida de (possivelmente) milhões de pessoas. Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais; que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter, LAMPIÃO deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos<sup>61</sup>.

Lauretis, ao discutir a teoria repressiva de Foucault, problematiza o funcionamento desse aparato opressor que inferioriza sujeitos sociais, ou os mecanismos da/cultura que seriam as “tecnologias sexuais”:

---

<sup>60</sup>LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 16.

<sup>61</sup>Senhores do Conselho. *Lampião da Esquina*. n° 0, abril de 1978. p. 2.

[...] criadas e desenvolvidas pela burguesia a partir do final do século XVIII para assegurar a sobrevivência da classe e a continuação da hegemonia. Tais técnicas envolviam a elaboração de discursos (classificação, mensuração, avaliação etc.) sobre quatro “figuras” ou objetos privilegiados do conhecimento: a sexualização das crianças e do corpo feminino, o controle da procriação, e a psiquiatrização do comportamento sexual anômalo como perversão. Esses discursos, implementados pela pedagogia, medicina, demografia e economia, se ancoram ou se apoiam nas instituições do Estado e se consolidaram especialmente na família: serviram para disseminar e “implantar”, empregando o sugestivo termo de Foucault, aquelas figuras e modos de conhecimento em cada indivíduo, família e instituição<sup>62</sup>.

Lauretis nos ajuda perceber a operação do aparato discursivo norteador de um padrão constantemente reiterado. Quando o conselho editorial do *Lampião da Esquina*, na edição de número zero se propõe a ir às bancas com esse discurso, eles se propõem a romper com a imagem estigmatizada que se refere às experiências de homossexuais e tirá-la da obscuridade, tirar dos guetos - banheiros, saunas e boates - os homossexuais, advertindo que esses ambientes são aqueles lugares inferiores e abjetos que foram relegados a essa parcela da sociedade que “ousa viver sua sexualidade desviante”. Nota-se como essa “tecnologia sexual” opera na sociedade produzindo desiguais e contribuindo para a manutenção do discurso hegemônico.

Outro olhar sob essa perspectiva, do ponto de vista da análise teórica, seria apreender a sexualidade no contexto histórico de sua produção, ou seja, como um dispositivo político, tal como adverte Michel Foucault:

A sexualidade, afirma Foucault, é um “dispositivo histórico” (1988). Em outras palavras, ela é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam que instauram saberes, que produzem “verdades”<sup>63</sup>.

Como afirma Foucault, a sexualidade é a construção desse aparato regulatório que cria normas e delimita o normal/aceito e o não aceito, construindo hierarquias e designando a inferioridades aqueles que não se integram a norma, ou aos discursos de verdade.

---

<sup>62</sup> LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque. Tendências e Impasses. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 226.

<sup>63</sup> LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 11-12.

### 1.3 Jornais alternativos, diálogos e farpas: entre críticas, subversões e censura

Em ressonância ao pensamento foucaultiano, na sessão Esquina, da Edição de número zero, o jornal abre espaço para o criador do folhetim *Eros* falar sobre a imprensa homossexual e sobre sua “missão” em defender a sociedade em relação a essas verdades construídas e conscientizar a comunidade homossexual sobre as imposições machistas.

A tentativa exercida pelo chamado jornalismo *underground* homossexual, no sentido de informar aos nossos irmãos sobre necessidades primárias, que vão desde o modo de encararmos o problema até onde e como devemos nos impor [...], visando com isto à formação de um grupo consciente e interessado no que mais tarde poderá vir a ser o Movimento de Libertação Homossexual. [...]<sup>64</sup>.

O que seria um “jornalismo underground homossexual”<sup>65</sup>? Será possível pensar uma perspectiva única no interior de um “movimento de libertação homossexual”<sup>66</sup>? O homossexual seria sempre construído no singular?

Sobre isso, Dantas afirma que sua intenção é procurar

[...] apoio naqueles que defendem a tese de que o homossexual tem necessidades de se desenvolver dentro de uma realidade contrária a esta, estabelecida e estruturada, onde o machismo é aceito e cultivado da maneira mais primária possível<sup>67</sup>.

No corpo do periódico, *Lampião da Esquina*, são diversas reportagens e matérias de diferentes autores, revelando ser um jornal plural, que buscou trazer à tona opiniões sobre diferentes temas, em torno da sexualidade, e também das identidades, do comportamento social e humano, da cultura e da política pensadas de forma ampliada. Isso pode ser percebido nessa citação. Entretanto, *O Lampião da Esquina* não foi o pioneiro na imprensa homossexual. Antes, houve *O Snob*, *Le Femme*, *Gay News*, entre outros, mas o *Lampião* pode ser considerado o primeiro a discutir de maneira incisiva a questão da homossexualidade, afirmando seu caráter político e de contestação.

O *Gay News*, antigo *Jornal do Gay*, publicação paulista voltada para os homossexuais, teve sua existência concomitante à do *Lampião da Esquina*, apresenta-se reafirmando a importância de ampliar as vozes em torno da temática.

---

<sup>64</sup> DANTAS, Frederico Jorge. Qual é a nossa imprensa? *Lampião da Esquina*. n° 0, abril de 1978, p. 5.

<sup>65</sup> Idem, ibidem, p. 5.

<sup>66</sup> Idem, ibidem, p. 5.

<sup>67</sup> Idem, ibidem, p. 5.

O antigo Jornal do Gay, publicação destinada aos entendidos, mudou de nome: agora chama-se Gay News, e apresenta-se aos seus leitores mais ágil, com uma paginação mais simpática, e como representante de “um grupo gay internacional”. Num editorial, seu novo editor David Wallace Brown, conclama todos os editores da imprensa gay brasileira “a fazer do Gay News, arena de seus debates”, numa demonstração de que o novo jornal veio para somar, o que é ótimo<sup>68</sup>.

Outro jornal anterior ao surgimento do *Lampião*, o *Snob*, “idealizado e produzido por Agildo Guimarães”<sup>69</sup>, criado em 1961, “era voltado para os contatos sociais entre os homossexuais que viviam nas regiões de Copacabana e Ipanema, no Rio de Janeiro”<sup>70</sup>. O *Snob* é bastante criticado por ser considerado superficial, por redatores do *Lampião* e por alguns pesquisadores, Como afirma Sousa Neto, “o Snob foi acusado – já à época e posteriormente – de praticar o simples “colunismo social”, sem que temas relevantes ou “políticos” fossem apresentados em suas páginas”<sup>71</sup>.

Segundo Leila Miccolis, poeta e jornalista, colaboradora do periódico, há uma importante cadeia de informações e um intercâmbio em andamento:

O que vivemos agora não surgiu por acaso. Em 1961, foi fundado o SNOB, que incentivou o surgimento de outros jornalinhos gays, numa grande e pioneira cadeia de informações e intercâmbio. 27 publicações circularam na época. Destaque no Rio para: O SNOB, LE FEMME, SUBÚRBIO À NOITE e o Boletim da ALIANÇA DE ATIVISTAS HOMOSSEXUAIS, com trabalhos de pesquisa e análises sobre comportamentos sexuais. Embora tenha sido como o próprio Agildo Guimarães comenta, um trabalho ingênuo, não se pode deixar de reconhecer o valor criativo destas publicações, inclusive seus recursos de impressão. [...] Se a maioria dos textos versavam sobre amenidades e badalações sociais, também havia indicações culturais, reportagens, classificados, charges, concursos de contos, poemas, roteiros gays, textos transcritos de jornais ou revistas da grande imprensa, assinados por Darcy Penteado, Antônio Bivar, e outros<sup>72</sup>.

Apesar de criticado pela superficialidade por uns, a importância política do pequeno jornal também foi sublinhada por outros. Segundo Souza Neto, o *Snob*, dentre os jornais que traziam assuntos relacionados ao público homossexual, reduzidos a

---

<sup>68</sup> NAS bancas o “Gay News”. *Lampião da esquina*. nº 9, fevereiro de 1979, p. 4.

<sup>69</sup> SOUSA NETO, Miguel Rodrigues. *Homoerotismo no Brasil contemporâneo: representações, ambigüidades e paradoxos*. 2011. 187f. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011, p. 135.

<sup>70</sup> Idem, *ibidem*, p. 135.

<sup>71</sup> Idem, *ibidem*, p. 136.

<sup>72</sup> MICCOLIS, Leila. “Snob, Le Femme” Os bons tempos da imprensa Guei. *Lampião da Esquina*, nº 28, setembro de 1980, p. 6.

publicações pequenas e limitadas, principalmente geograficamente, foi o que se destacou nesse período.

Se *O Snob* teve importância nos anos 1960, o foi como divulgador das atividades de grupos homossexuais – sobretudo migrantes – estabelecidos no Rio de Janeiro. Sua leitura nos oferece vestígios das redes de solidariedade construídas por esses indivíduos e determinadas características de experiência homossexual no período. [...] Mesmo fortemente marcado por um “colonismo social”, dando conta de fofocas, concursos e festas, serviu para estreitar laços de homens que se sentiam um pouco solitários e esperançosos naquela grande cidade<sup>73</sup>.

Segundo alguns colaboradores, estudiosos e observadores, a publicação foi importante para criar redes de solidariedade e estabelecer relações políticas. Em entrevista publicada nas páginas do *Lampião da Esquina*, Anuar Farah e Agildo Guimarães falam dos jornais do período, observando a importância de uma imprensa considerada “nanica”, mas não menos relevante politicamente por sua distribuição e articulação na sociedade.

AF – Quer dizer: nós já estamos protestando há mais de 20 anos... [...]  
AG – Nós tínhamos uma turma, o jornal saiu dela; depois começamos a distribuir nos lugares públicos, arranjamos representantes nos Estados (tínhamos colunas estaduais), e foi quando eu conheci o Anuar, ele é de Campos. Uma criatura incrível (não é confete não), somos grandes amigos, mas muitas vezes discordamos. AF – E de uma briga surgiu o meu jornal... AG – Que era um jornal feito todo à mão, um trabalho maravilhoso. L – Espera: você disse que de uma briga surgiu o seu jornal... AF – É, porque eu passei a não concordar com algumas coisas. [...] L – E qual era o seu jornal? AF – Era o *Le Femme*: “o” mulher. Nele eu resolvi lançar uma capa com fotografias. Porque o SNOB ainda era feito com desenho: botava o nome de fulana de tal, que às vezes não tinha nada a ver. AG – Agora, a concorrência é uma coisa boa: depois surgiu o SUBÚRBIO À NOITE, um jornal muito bem desenhado. AF – Era do Frank Casparelly. AG – Em Niterói havia “O Estábulo”, da Dalia Lavi. Então cada um foi procurando melhorar, não somente nos desenhos, mas também em artigos. As capas do Anuar eram muito bonitas pelas fotografias: ele tirava fotos, depois fazia Xerox e todos queriam posar ao vivo... [...]  
AG – Tínhamos ainda o FELINO, que era do Gato Preto. L – Todos mimeografados? AF – É, só o meu que era Xerox. AG – Foram autênticos nanicos,, Nós mesmo distribuíamos, [...]. L – E vocês pararam com os jornais porque? AG – Paramos no período da Revolução. [...] L – Vocês tiveram algum problema de repressão? AF – Quando Karina foi presa com o jornal, eu fui convidado ir ao DOPS, esclareci, mas não havia problema nenhum. Eles acharam interessante

---

<sup>73</sup>SOUSA NETO, Miguel Rodrigues. Homoerotismo no Brasil contemporâneo: representações, ambigüidades e paradoxos. 2011. 187f. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011, p. 136 - 137.

o jornal (risos)... AG - ... Naturalmente tinha leitores lá dentro... (novos risos). Mas quando voltamos outra vez, então aí já dei o nome do jornal de GENTE GAY<sup>74</sup>.

Nessa entrevista, escritores e proprietários de jornais no período de 1960 a 1970 relataram sobre o ambiente político e a imprensa “nanica” antes do surgimento do *Lampião da Esquina*. Como apresentado pelos próprios entrevistados, existiram movimentações de jornais nanicos, assim denominados pela sua forma de distribuição, pela maneira em que era impresso e também pelo alcance social. Jornais majoritariamente mimeografados, com distribuição própria. Apesar da restrita circulação, esses jornais foram de suma importância para construir espaços de diálogo no meio homossexual e na sociedade de modo geral além de possibilitar o surgimento de outros periódicos ampliando formas de discurso, articulação e solidariedade social. No registro sobre a repressão a eles, a perseguição de seus membros, as pressões das autoridades políticas, é possível perceber que aquela imprensa estava sendo lida e incomodava o *status quo*.

Rodrigues, em seu artigo, também relata sobre esses pequenos jornais existentes nesse período e sua importância no cenário nacional e político do país:

[...] no início da década de 1960, surgiram as primeiras publicações dirigidas para o público homossexual. No Rio, tínhamos, de restritíssimas circulação, as publicações *Snob*, *Le Femme*, *Subúrbio à Noite*, *Gente Gay*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, *Eros*, *La Saison*, *O Centauro*, *O Vic*, *O Grupo*, *Darling*, *Gay Press Magazine*, *20 de Abril e o Centro*; em Niterói existiam *Os Felinos*, *Opinião*, *O Mito*; em Campos havia *Le Sophistique*; na Bahia contava com *O Gay* e *O Gay Society*, *O Tiranhinho*, *Fatos e fofocas*, *Baby Zéfiro*, *Litle Darling* e *Ello*. [...] Eram jornais feitos por alguns amigos para seus amigos. Nem por isso eram vistos como algo menor<sup>75</sup>.

Essa movimentação da imprensa alternativa homossexual foi elemento importante para se pensar a formação da ABIG – Associação Brasileira de Imprensa Gay, que funcionou entre 1962 e 1964, e tinha como objetivo, segundo Anuar Farah “mostrar que éramos pessoas normais, que fazíamos o que todas as outras faziam”<sup>76</sup>. Nessa entrevista, percebe-se o caráter contestador dos periódicos existentes antes do

---

<sup>74</sup> MICCOLIS, Leila. “Snob, Le Femme” Os bons tempos da imprensa Guei. *Lampião da Esquina*, nº 28, setembro de 1980, p. 6 - 7.

<sup>75</sup> RODRIGUES, Jorge Caê. Um *Lampião* iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James. QUINALHA, Renan. (org.) *Ditadura e Homossexualidades. Repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUfSCar, 2014, p. 89.

<sup>76</sup> MICCOLIS, Leila. “Snob, Le Femme” Os bons tempos da imprensa Guei. *Lampião da Esquina*, nº 28, setembro de 1980, p. 7.

*Lampião da Esquina*, por exemplo, quando Agildo Guimarães afirma que e buscava-se “mostrar à chamada sociedade “normal” que éramos tão normais quanto eles”<sup>77</sup>.

É nítido o controle das autoridades militares em relação a esses jornais, (e mais adiante trataremos das repressões sofridas pelo *Lampião da Esquina*), e é notável que esses meios de diálogo e/ou comunicação se reinventavam, e buscavam formas de se produzir e difundir, ainda que restritamente, e por um público específico. Esses jornais foram caracterizados como alternativos, ou marginais não apenas por serem direcionados por temáticas consideradas fora do centro, tal como homossexualidade, mas por contestarem o sistema vigente naquele momento, um regime ditatorial que não permitia a liberdade de expressão, e por não estarem alinhados à grande imprensa que também era controlada, censurada e silenciada.

Apesar e por conta de toda a pressão, era preciso resistir. Segundo Jorge Caê Rodrigues:

Apesar da censura imposta a tudo e a todos, em 1969, seis meses após o AI – 5, surge aquele que viria a ser o primeiro jornal conhecido, inicialmente, como “alternativo” – o *Pasquim*. Nos anos seguintes vários jornais alternativos surgem, cada um dirigido a um tipo de leitor, mas todos se caracterizando como alternativos, isto é, fugindo em forma e conteúdo da chamada grande imprensa<sup>78</sup>.

Como evidenciado em muitos trabalhos, e como afirma Vitor Mariusso em sua dissertação, “uma das transformações perceptíveis que ocorriam naquela época pode ser observada na imprensa, na qual, desde a instalação do regime militar exercia-se um severo controle oficial sobre tudo o que se publicava”<sup>79</sup>. Em vista disso, surgem como notado por Macrae, “alguns jornalistas resolveram fundar pequenos jornais, de tiragem irregular, frequentemente usando técnicas quase artesanais de impressão. Nascia assim a ‘imprensa alternativa’ ou ‘imprensa nanica’”<sup>80</sup>.

---

<sup>77</sup>MICCOLIS, Leila. “Snob, Le Femme” Os bons tempos da imprensa Guei. *Lampião da Esquina*, nº 28, setembro de 1980, p. 7.

<sup>78</sup> RODRIGUES, Jorge Caê. Um *Lampião* iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James. QUINALHA, Renan. (org.) Ditadura e Homossexualidades. Repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUfSCar, 2014, p. 85.

<sup>79</sup> MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. *Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)*. 2015. 209 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Uberlândia, 2014, p. 51.

<sup>80</sup>MACRAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. apud idem, ibidem, p. 70.

Esse período que antecede o surgimento do *Lampião da Esquina* foi marcado por intensas produções no campo da imprensa marginal, “Segundo Kucinski, cerca de 150 periódicos nasceram e morreram entre 1964 e 1980”<sup>81</sup>. Esses jornais eram assim denominados por fazerem “oposição ferrenha ao regime militar e ficaram conhecidos como “nanicos”, “de leitor”, “independente”, “underground” ou ainda “imprensa alternativa”<sup>82</sup>.

O *Lampião* se destaca desses outros jornais, segundo o jornalista, por ser

[...] o primeiro, em nível nacional, a abordar a questão da sexualidade, e principalmente da homossexualidade, além de lutar contra a repressão e o preconceito fortemente recrudescidos durante a ditadura militar. No fim da década de 1970, um grupo de intelectuais assumidamente gays, valendo-se do arrefecimento da repressão política brasileira, lançam aquele que é considerado o primeiro veículo brasileiro de ampla circulação dirigido ao público homossexual – o jornal *Lampião da Esquina*<sup>83</sup>.

Por esses motivos e também por ter leitores de diversas regiões do Brasil e com uma média de 15 a 25 mil exemplares vendidos mensalmente, apesar da duração efêmera, “após três anos e três meses de circulação chegaria às bancas em junho de 1981 a última edição do periódico”<sup>84</sup>. O *Lampião da Esquina* mostrou-se um veículo importante e notável pelo seu trabalho. Em relação ao nome, Aguinaldo Silva responde em 1977, ao dar uma entrevista a *Isto é*:

O nome do jornal? Há uma lista imensa, mas o que me agrada é *Lampião*: primeiro porque subverte de saída a coisa machista (um jornal de bicha com nome de cangaceiro?); segundo pela idéia de luz, caminho etc.; e terceiro, pelo fato de ter sido *Lampião* um personagem até hoje não suficientemente explicado<sup>85</sup>.

---

<sup>81</sup> RODRIGUES, Jorge Caê. Um *Lampião* iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James.; QUINALHA, Renan. (org.) Ditadura e Homossexualidades. Repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUfSCar, 2014, p. 83 -124, p. 86.

<sup>82</sup>Idem, ibidem, p. 86.

<sup>83</sup>RODRIGUES, Jorge Caê. Um *Lampião* iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James. QUINALHA, Renan. (org.) Ditadura e Homossexualidades.Repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUfSCar, 2014, p. 90.

<sup>84</sup>MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. *Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)*. 2015. 209 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Uberlândia, 2014, p. 78.

<sup>85</sup>Isto é. Nº53, dez, 1977, p. 14. Apud SIMÕES JUNIOR, Almerindo Cardoso. “... E havia um *lâmpião* na esquina” – Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura. (1978 – 1980). 2006. 184f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de pós-graduação em Memória Social. . Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2006, p. 38.

Pensando um pouco mais na inserção do *Lampião da Esquina* na sociedade da época, percebe-se que ele estava articulado ao cenário da imprensa daquele período, isso se mostra ao Aguinaldo Silva ser convidado para dar entrevista a *Isto é*, e ao dialogarem por meio de reportagens com o *Pasquim*. O diálogo se estabelece inicialmente entre Antônio Crhysóstomo e um editor do *Pasquim*, Roberto Moura, em que discutem sobre a existência das Frenéticas, grupo que surge em 1976, no Rio de Janeiro, composto por seis mulheres vocalistas. No *Pasquim*, afirmam que esse grupo não tinha nada de inovador, dizem que era “mais do mesmo”, e Crhysóstomo, sensibilizado com as Frenéticas, defende as cantoras nas páginas do *Lampião*,

Ocorre que uma parte da crítica passou logo a rotular o acontecimento de “modismo”, “produto da máquina”, essas coisas que denotam, quando menos, absoluta falta de imaginação crítica. Eu mesmo me alarmei um pouco, modestamente, quando Roberto Moura, do *Pasquim*, crítico responsável, sujeito sério e honesto, entrou nessa linha de raciocínio fácil. Ocorre – gente fina que lê o *Lampião*; meu caro Roberto em particular – que as Frenéticas são descendentes diretas dos Dzi Croquettes, por parte de pai e das Dzi Croquettas por mãe. Que saiba, três delas, pelo menos, foram Croquettes e teve até uma que acompanhou a rapaziada dos Croquettes em sua revoada por Europa [...] Agora me digam: os Dzi Croquettes são um modismo? Eles e Elas foram – são – das coisas mais importantes já surgidas na arte enraizadamente brasileira (não confundir ética com estética, embalagem com mercadoria) da resistência cultural<sup>86</sup>.

Ao responder a crítica feita por Roberto Moura, do *Pasquim*, Crhysóstomo defende as Frenéticas expondo que algumas de suas integrantes compunham o grupo das *Dzi Croquettas*. Ao pesquisar sobre tal e grupo e também sobre as *Frenéticas*, não é possível encontrar muitas informações sobre essas mulheres integrando tal grupo, o que se é encontrado informa que algumas mulheres constituíram um grupo de seguidoras dos *Croquettes*, formando as *Dzi Croquettas*. Apesar da alusão feita por Crhysóstomo, tal grupo não teve o mesmo reconhecimento do constituído pelos homens, (Dzi Croquettes). e quiçá tal referência seja de cunho ideológico.

Os *Dzi Croquettes* ficaram conhecidos e, segundo Moreira,

No momento mais repressivo da ditadura militar que se instalou no Brasil a partir de 1964, os Dzi Croquettes celebravam a alegria, a androginia e a liberdade. Cílios postiços, purpurina, plumas e pernas

---

<sup>86</sup> CHRYSÓSTOMO, Antônio. As menininhas frenéticas. *Lampião da Esquina*, nº 1, maio de 1978, p.11.

cabeludas sob saias. [...] Os Dzi Croquettes eram uma mistura entre o espírito libertário e invenção artística<sup>87</sup>.

Composto por treze homens, os *Dzi Croquettes* abriria caminho para discutir-se comportamentos sociais, segundo Lucila Vilela, “em poucos anos, foram responsáveis por uma revolução de comportamento, libertando-se de valores morais com relação a masculinidade e feminilidade, em um momento em que “toda nudez era castigada”<sup>88</sup>

Sobre as discussões entre editores dos dois jornais, o *Pasquim*, responde a essa publicação de Crhysóstomo, e essa nota é exposta nas páginas do *Lampião* na edição número dois, na reportagem intitulada “Dica: o “Pasquim” nuslê”<sup>89</sup>,

A notinha abaixo saiu no Pasquim: “A luz tosca do Lampião: Antônio Crhysóstomo me critica no número um do Lampião, que um amigo meu já definiu como “jornal das tias”, por “falta de imaginação crítica”, para compreender o que ele acredita que vê na ascensão das Frenéticas. Diz o Chrysóstomo que o rebutalho vocal formado pelo marketing para faturar uma grana é “descendente direto dos Dzi Croquetes por parte de pai e das Dzi Croquetas por parte de mãe”. E conclama a que preste atenção ao grupo “o povo entendido desse país”. A mim, fica difícil imaginar os Dzi Croquetes pais do que quer que seja.<sup>90</sup>

Nessa troca de farpas, nota-se que os jornalistas do *Lampião da Esquina*, jornal que se destaca entre os que propõem a trabalhar com a temática homossexual, e do *Pasquim*, lançado em 1969, “aquele que viria a ser o primeiro jornal conhecido inicialmente, como “alternativo”<sup>91</sup>, liam as reportagens uns dos outros, questão que pode ser vista pelas publicações direcionadas. Apesar de não ser a proposta desse trabalho, percebe-se no *Pasquim*, por meio da nota publicada, as vozes sexistas apresentadas ao tentar inferiorizar o *Lampião*, e a temática ao debochar dos homossexuais, relacionando-os à imagem feminina, e pelo conhecido jargão “jornal das tias”<sup>92</sup>, que seria “jornal das fofoqueiras”.

---

<sup>87</sup> MOREIRA, Julia. Dzi Croquettes A história do polêmico grupo é lembrada e eternizada em documentário premiado. Revista de História, 12 de agosto de 2010. Disponível em: <revistadehistoria.com.br/seção/reportagem/dzicroquettes> Acesso em: 07 de fevereiro de 2015.

<sup>88</sup> VILELA, Lucila. “A força do macho e a graça da fêmea”: Dzi Croquettes. Interartive. Disponível em: <interartive.org/2011/02/dzi-croquettes/> Acesso em: 07 de fevereiro de 2015.

<sup>89</sup> DICA: o “Pasquim” nuslê. Lampião da esquina. nº 2, junho – julho de 1978, p. 4.

<sup>90</sup> Idem, ibidem, p. 4..

<sup>91</sup> RODRIGUES, Jorge Caê. Um Lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James.; QUINALHA, Renan. (org.) Ditadura e Homossexualidades. Repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUfSCar, 2014, p. 83 -124, p. 85..

<sup>92</sup> DICA: o “Pasquim” nuslê. Lampião da esquina. nº 2, junho – julho de 1978, p. 4.

Essa nota permite questionar o conceito de alternativo designado ao *Pasquim*, que no sentido da sexualidade, analisando a nota especificamente, revela seu caráter articulado com o machismo e o discurso heteronormativo dominante. Como expõe Rachel Soihet:

Destaque-se nesse particular o jornal alternativo O Pasquim, o qual, ao mesmo tempo que se opunha ao regime por meio da ridicularização, voltava sua mordacidade igualmente para as mulheres que haviam se decidido pela luta por seus direitos, ou àquelas que assumiam atitudes consideradas inadequadas à feminilidade e às relações estabelecidas entre os gêneros. Ridicularizava as militantes utilizando-se dos rótulos de “masculinizadas, feias, despeitadas”, quando não de “depravadas, promíscuas”, rótulos através dos quais tais articulistas conseguiam grande repercussão<sup>93</sup>.

Nesse sentido, o *Lampião da Esquina* antecipa uma discussão que aparece nos nossos dias e, além disso, foi um importante meio para discutir as sexualidades, bem como alguns dos efeitos de uma sociedade controladora do discurso da sexualidade, e a estigmatização social de um segmento populacional.

A relação com o *Pasquim* é novamente vista na Edição nº 14, quando dessa vez, Francisco Bittencourt parabeniza seus fundadores pelos seus 10 anos de existência, sem deixar de fazer a crítica;

Os homens do Lampião saúdam os heteros do Pasquim, pelos seus dez anos de serviços prestados... [...] Pro pessoal mais novo, que não passou pela maravilhosa experiência de sentir uma sensação de esganadura cada vez mais forte, até se transformar numa deliciosa falta de ar que, pouco a pouco, ia nos deixando roxos e rebentando (ou arrebetando?) nossos pulmões, [...]. O Pasca, quando apareceu, lavou a alma de todo mundo. Ninguém acreditava que pudesse durar muito e, vejam vocês, ele continua aí, firme, resistiu a todas as psicoses, foi se modificando com o tempo e entrou nesta nova era (calma, não estou falando da Abertura) em que as minorias saíram à luz e se colocaram no que parece ser um campo oposto ao dele. Mas será mesmo? É bem verdade que têm pintado lances de machismo muito fortes nas páginas do Pasquim, mas isso não quer dizer que o machismo seja a síntese, o editorial do jornal.[...] Estamos aí, pra dar e levar porrada. Por isso não podemos deixar de festejar a resistência do velho Pasca que, neste dez anos, sempre se jogou de corpo inteiro na luta. Se pisou em falso algumas vezes e se a seguir teve algumas recaídas, sua atuação nos momentos de combate foi muito mais importante. Afinal, ninguém é perfeito. Nem nós<sup>94</sup>.

---

<sup>93</sup>SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo. Revista *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 39-53, 2007.

<sup>94</sup>BITTENCOURT, Francisco. Ao Pasquim, com carinho. *Lampião da Esquina*, nº 14, julho de 1979, p.5.

Nas páginas do *Lampião* são evidentes as críticas ao machismo praticado em algumas sessões do *Pasquim*, que são fortemente repelidas nesse momento por Bittencourt. Ao mesmo tempo em que é feita a crítica, os colegas ressaltam a importância dele na luta contra a opressão do regime, e pró-democracia. Esse movimento, de não discutir-se a sexualidade, tem relações com o que ficou conhecido como “luta maior”, que seria alcançar a democracia e, em consequência disso, viriam na retaguarda as “lutas menores”, quais sejam: direitos das mulheres, dos negros, liberdade sexual, esses movimentos ditos minoritários cujas lutas viriam em consequência dessa luta maior. Essas questões vão ser inseridas na pauta de embates principalmente nos movimentos de esquerda, mas terão lugar também no debate promovido no meio homossexual, e algumas dessas reflexões aparecem nas páginas do *Lampião da Esquina*.

Na Edição 14, de julho de 1979, ao entrevistar o então líder no movimento metalúrgico, o Lula, que seria presidente do país, ele responde a algumas questões referentes ao feminismo e homossexualidade. A elas, afirma: “Feminismo – eu acho que é coisa de gente que não tem o que fazer”<sup>95</sup>, ele ainda afirma “Homossexualismo na classe operária – não conheço”<sup>96</sup>.

Tal entrevista de Lula, nos permite pensar sobre o conceito das representações sociais, que para Jodelet, são criadas pela “necessidade de estarmos informados sobre o mundo à nossa volta”<sup>97</sup> e são importante pois “nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária”<sup>98</sup>, esse reiteração nunca é completa, mas provoca adensamentos, força no sentido da fixação e estabelece regiões de sentido, esferas de normalidade ou identidades, incidindo sobre os mais diversos seres sujeitos. Isso não significa que ela é totalmente aceita, por isso os “desvios”, ou a “anormalidade”.

Apesar disso, as representações perpassam os mais diversos grupos, algo a ser percebido pela reprodução dos discursos que se tornam normativos por grupos também inferiorizados: neste caso Lula, operário, militante do movimento de esquerda, que nesse caso reproduz ideias sexista de inferiorização da mulher e não reconhecimento de

---

<sup>95</sup> ABC do Lula. *Lampião da Esquina*, nº 14, julho de 1979, p. 10.

<sup>96</sup> Idem, *ibidem*, p. 10.

<sup>97</sup> JODELET, Denise. *As representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed Uerj, 2001, p. 17.

<sup>98</sup> Idem, *ibidem*, p. 17.

homossexuais em postos de trabalho marcados pela masculinidade, isto é, pela força, etc. Tal definição dada por Lula, sobre a presença dos homossexuais na classe operária, revela a constituição das representações sociais discutida por Jodelet, “elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais”<sup>99</sup>. Sobre isso, percebe-se a construção da representação do espaço operário na mente de um líder do movimento operário, neste caso o Lula.

É percebendo esse não reconhecimento da luta homossexual, ou sua negação, em parcelas dos movimentos de esquerda daquele momento, que em outras tantas edições, editores do jornal tentam alertar os homossexuais que iludidos com a possibilidade de alçarem vãos em cargos públicos, vendo nele uma expectativa de crescimento e também de defender as causa homossexuais, são utilizados por esses movimentos de partidos políticos para aglutinação e visibilidade do seu partido. Nesse sentido questiona-se nas páginas do *Lampião da Esquina*, se esses grupos os quais eles apoiam, estariam nas ruas levantando as bandeiras *gays*, ou defendendo as pautas homossexuais dentro do próprio partido ou ao assumirem cargos políticos.

Darcy Penteadado publica uma matéria questionando algumas dessas questões, ao visitar a sede de um partido político em Roma e perceber inúmeros homossexuais empenhados com as demandas gerais do partido:

[...] Percebi então que uma série de tarefas estavam entregues ao setor homossexual, desde pintar essas faixas até colocar cartazes em muros, pichar paredes, distribuir panfletos, levantar estandartes em passeatas e defender tanto razões humanísticas como exclusivamente político-partidárias. E tudo isto, tenho certeza, eles o faziam e fazem felizes e plenos do patriótico altruísmo.<sup>100</sup>

Penteadado, tenta alertar a população homossexual sobre esses partidos que utilizam dessa militância para crescerem e ganharem adeptos.

Tudo bem mas... e a luta homossexual, propriamente dita? É verdade que em todas essas passeatas do Partido eles se identificavam como homossexuais através de cartazes onde sua sexualidade está documentada: “Os homossexuais do Partido Radical protestam, etc., etc.” – mas isto não prova que as discussões e reivindicações sobre sexualidade, e mais particularmente sobre essa sexualidade específica,

---

<sup>99</sup>JODELET, Denise. *As representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed Uerj, 2001, p. 17.– 18.

<sup>100</sup>PENTEADO, Darcy. *Bichinhas sonhando com o poder*. *Lampião da Esquina*. n° 26, julho de 1980, p. 2.

entrem no temário do Partido. Creio até que nem sobra tempo aos próprios homossexuais para dialogar sobre a sua identificação sexual enquanto grupo. Quando indaguei se tal participação ativamente político-partidária não seria prejudicial a eles ou, numa outra hipótese, se ela não absorveria a prioridade que, logicamente, a política sexual deveria ter para o grupo, obtive uma resposta conformista: “O Radical foi o único partido a nos aceitar como grupo”. Ora, isto não significa objetivamente que o Partido esteja isento de preconceitos. Comprova apenas que, sendo novo e numericamente pequeno, necessita congrega adeptos, mesmo que estes sejam homossexuais: mais uma jogada para conquista do poder[...]<sup>101</sup>

Como se pode perceber, o Partido Radical foi o único a aceitar esse grupo dentro dele, mas não há uma agenda de direitos a serem pautados para essa parcela populacional. Essa questão é analisada nas páginas seguintes quando discute-se a relação entre o movimento homossexual retratado nas páginas do *Lampião da Esquina* com a esquerda brasileira.

Por exemplo, na edição 18, de novembro de 1979, quando Fernando Gabeira é entrevistado por alguns integrantes do jornal, e é perguntado sobre temas considerados secundários, tais como homossexualidade, feminismo, negros e índios:

João Carlos – Eu queria saber sua opinião sobre as relações entre os movimentos de minorias – negros, mulheres, homossexuais, índios – com a esquerda, que costuma desaconselhar esses movimentos, sob pretexto de que existe uma luta maior, da libertação do povo etc...  
[...]<sup>102</sup>

Nessa entrevista, Gabeira reafirma a postura existente no movimento de esquerda, de colocar a luta pelos direitos das mulheres, negros, índios e principalmente dos homossexuais como secundárias.

Gabeira – Eu tenho tentado entender essa questão também, as dificuldades nas relações entre movimentos assim chamados minorias e a esquerda; assim chamados porque com o tempo a gente percebe que eles não são exatamente minorias – as mulheres são por exemplo, metade do país, os negros foram recenseados, mas são um número muito grande etc... Eu tento explicar este problema da seguinte maneira; a esquerda vê todas as questões em torno da tomada do poder; a partir daí ela desenvolve um tática, uma estratégia; para ela, todas as lutas, todo o conjunto de lutas que a afastam da concentração

---

<sup>101</sup>PENTEADO, Darcy. Bichinhas sonhando com o poder. *Lampião da Esquina*. n° 26, julho de 1980, p. 2.

<sup>102</sup>FERNANDO Gabeira fala, aqui e agora, diretamente dos anos 80. *Lampião da Esquina*, n° 18, novembro de 1979, p. 5.

de forças nas questões que a conduzem imediatamente à tomada do poder são consideradas inoportunas... [...] <sup>103</sup>

Esses temas, peculiarmente a homossexualidade, eram colocados como temas “intocáveis”, no sentido de que naquele momento não se tinha tempo para debater suficientemente essa questão, o que sugeria que fosse preciso hierarquizar e delimitar posicionamentos, sendo jogados na pecha de “luta menor”, como forma de postergar o enfrentamento desse tema que seguramente causaria polêmica na esquerda.

Francisco – É esta chamada luta maior... Gabeira - ... Então, ela coloca sempre uma objeção à luta das minorias: “Nós não somos contra”, diz ela; “só achamos que é inoportuna, que, no momento, divide o movimento popular e fortalece o adversário” <sup>104</sup>.

Apesar disso, Gabeira, mostra que existiu uma “esquerda consciente”, sendo esta a que tinha a percepção da necessidade de lutar pelo “direito ao prazer” <sup>105</sup>. Em entrevista também questionou o movimento que, ao pautar-se pelas ideias marxistas, não enxergavam as possibilidades de se questionar a sociedade burguesa em relação à sexualidade:

Adão – E quanto ao homossexualismo? Gabeira – Quanto a essa questão, não havia, no horizonte do marxismo, nenhuma formulação interessante. Aí o que se colocou para nós foi observar o movimento dos homossexuais, e tentar entendê-lo com a perspectiva do marxismo. E, para mim, o marxismo poderá abordar essa questão na medida em que entender que o movimento homossexual coloca uma das lutas mais conseqüentes contra a sociedade patriarcal, representa um dos questionamentos mais profundos da sociedade patriarcal burguesa <sup>106</sup>.

Gabeira percebe nesse momento a força da luta homossexual como questionadora das estruturas patriarcais da sociedade. Era necessário, não apenas para ele repensar o conceito de “poder” e as perspectivas de ação política.

[...] Eles me ensinaram ainda mais; me mostraram, através da experiência deles, o quanto eu era uma pessoa reprimida; eles me ajudaram a chegar a uma nova compreensão do mundo, onde as relações masculinas poder ser aprofundadas sem nenhum medo, porque na medida em que não tenha consciência, não tenha visão desse teu lado feminino, você não consegue assumir suas amizades masculinas sem o medo de que elas venham a desembocar no sexo.

---

<sup>103</sup>FERNANDO Gabeira fala, aqui e agora, diretamente dos anos 80. Lampião da Esquina, nº 18, novembro de 1979, p. 5.

<sup>104</sup>Idem, ibidem, p. 5.

<sup>105</sup> Idem, ibidem, p. 5.

<sup>106</sup>Idem, ibidem, p. 6.

Hoje as coisas são vistas de outra maneira: “e se desembocarem, e daí ? Por que não ?” Esse “por que não?” é que é uma pergunta revolucionária, pois no momento em que você começa a dizer isso, tudo bem: já não tem mais grandes grilos<sup>107</sup>.

Ao aproximar-se de movimentos homossexuais e conseqüentemente dos homossexuais, Gabeira nota a possibilidade de romper os próprios limites e padrões sobre as relações sociais. Entre muitos outros, ele também via a necessidade de emplacar essa luta como processo de libertação dos velhos padrões e discursos. Levantar bandeiras para além do pró-democracia seria um meio de “libertação do macho”<sup>108</sup>, quer dizer, livrar-se da carcaça que a sociedade heteronormativa busca introjetar nos indivíduos criando formas de ser, agir e pensar.

Não por acaso, no mesmo período era possível discutir outras perspectivas teóricas e práticas, como as de Michel Foucault, para quem o “poder” é um conceito singular. Para Foucault,

[...] O Poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E “o” poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apóia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las.<sup>109</sup>

Nesse sentido, a igreja, as instituições políticas e de poder operam os mecanismos e detém as normas do discurso social e sexual. Não por acaso, seria preciso pensar outro conceito de política e outra dinâmica social, segundo Foucault, ou seja, entender que

[...] o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica e complexa numa sociedade determinada<sup>110</sup>.

Sobre isso, tal movimento de esquerda, revela determinados mecanismos de poder, onde nesse caso o objetivo é garantir a hegemonia dos pensamentos desse grupo,

---

<sup>107</sup>FERNANDO Gabeira fala, aqui e agora, diretamente dos anos 80. *Lampião da Esquina*, nº 18, novembro de 1979, p. 8.

<sup>108</sup>Idem, *ibidem*, p. 6.

<sup>109</sup>FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1988, p. 103.

<sup>110</sup>Idem, *ibidem*, p. 103.

que naquele momento era derrubar um governo ditatorial. Sobre isso, as indagações de Judith Butler contribuem para tentar perceber a construção de um sistema heteronormativo binário juntamente aos mecanismos de poder que operam em tais seguimentos, como nos movimentos de esquerda.

[...] que configuração de poder constrói o sujeito e o Outro, essa relação binária entre “homens” e “mulheres”, e a estabilidade interna desse termo? Que restrição estaria operando aqui? [...] O que acontece ao sujeito e à estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade é desmascarado, explicando-se como produtor e reificador dessas categorias ostensivamente ontológicas?<sup>111</sup>

Butler nos ajuda a pensar sobre esse sistema hegemônico gerador de hierarquizações, que produz desiguais e destina as chamadas “minorias” para a região da margem social, estigmatizando-as. Processo não pacífico e marcado por reiterações de um aparato discursivo que pretende determinar caminhos a serem seguidos.

Pensando essas reflexões sobre a “luta maior”, percebe-se que esta seria uma esfera do discurso considerada mais importante, ou seja, ela estava direcionada no sentido de eliminar a repressão militar, e justificava-se que posteriormente ela enfrentaria as questões colocadas como “menores”, a lutas dos homossexuais, das mulheres e dos negros. Nesse sentido, Foucault nos permite notar que são nessas construções pulverizadas, aqui na relação entre os movimentos de esquerda e as lutas ditas minoritárias, que os discursos de poder e de hierarquizações se constroem, como afirma Foucault “o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis”<sup>112</sup>. Nesse caso, as relações de poder são nítidas em relação a tentativa dos movimentos de esquerda em cooptar a luta homossexual para angariar forças ao movimento pró-democracia.

Nesse movimento, a “luta menor” sofria perseguições, aqui explicitado pelo *Lampião da Esquina*, que foi por diversas vezes intimado a comparecer ao Centro de

---

<sup>111</sup>BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 8.

<sup>112</sup>FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A vontade de Saber. Rio de Janeiro, Graal, 1988, p. 104.

Investigação, e apesar dele surgir no momento de uma relativa abertura política, ainda assim foi vítima de constantes processos.

O jornalista Fernando Morais, “deputado estadual eleito pelo MDB paulista e vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo”<sup>113</sup>, na época, envia nota de apoio ao *Lampião* e constata aquele ato que parecia, mas não era, paradoxal.

- O inquérito aberto pelo Ministério da Justiça contra o jornal LAMPIÃO e seu corpo editorial só vem a revelar, uma vez mais, o caráter autoritário e antidemocrático do governo brasileiro. Só nos surpreende que esse tipo de repressão à liberdade de expressão ocorra no momento em que o atual e o futuro governo acenam com as mesmas promessas de sempre “abertura”, “redemocratização” e “institucionalização”. – O pretexto utilizado para a abertura do inquérito – segundo o qual o jornal atentaria contra a moral e os bons costumes –, além de batido e cansativo, não resiste à mais superficial análise. O que de fato o governo pretende é calar mais um voz da imprensa independente, cujo o único crime é procurar refletir sobre a dramática realidade em que vivem os brasileiros<sup>114</sup>.

A partir dessa nota publicada na 10ª edição do *Lampião da Esquina*, percebe-se que, apesar de ser considerado um jornal marginal e de não haver pesquisas para ser possível identificar claramente sua recepção e seus leitores, é perceptível que ele possuía um público variado. Nota-se indícios disso por meio dessas notas ou reportagens. Nesse sentido, é plausível apontar alguns possíveis leitores particularmente na elite letrada do país, a partir de depoimentos aqui coletados: editores do *Pasquim*, donos de jornais ditos nanicos, deputado e vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, Fernando Morais, e autoridades do próprio governo vigente no período, fato notado pelos convites para darem explicações ao governo sobre suas publicações. Essas questões permitem afirmar que o *Lampião da Esquina* foi um jornal que atingiu diferentes públicos, e incomodou aquela sociedade. Em entrevista, Aguinaldo Silva faz um mapeamento geral dessa recepção e diz que

Nunca soube nada acerca do público do Lampião... certamente atingia um público! De fato não sabíamos, pois não havia nenhuma estatística para levantar estes dados. Talvez fosse um público mais de classe média, mais universitário... acho que não era todo o pessoal do movimento, muito pelo contrário, havia pontos de vista adversários. Acho que tinha muita gente! Estou sempre esbarrando com pessoas que liam, não tinham nada a ver com essa história. Achavam

---

<sup>113</sup>FERNANDO Morais apóia LAMPIÃO. *Lampião da Esquina*, nº 10, março de 1979, p. 2.

<sup>114</sup> Idem, ibidem, p. 2.

divertido, interessante, mas não sei quem era o público. Havia um público *hardcore*, de pessoas que queriam levantar a bandeira da homossexualidade e tinha esse efeito aglutinador... é verdade! Porém, não sei quem lia [...]<sup>115</sup>.

Além de proporcionar suposições acerca do público leitor e do alcance do *Lampião da Esquina*, ao apresentar as notícias sobre a repressão e inquéritos respondidos, o jornal possibilita perceber como se forjavam tecnologias da sexualidade, que segundo Lauretis, são responsáveis por pensar o gênero como “produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana”<sup>116</sup>. Isto é, como se construía a “norma” e a “subversão” na multiplicidade dos discursos do período, bem como a censura e o controle que o governo buscou ter sobre um veículo de informação considerado subversivo à ordem. Censura esta, que não foi aceita pacificamente. Grupos marginalizados se uniam e apoiavam os que eram então investigados.

No caso do *Lampião da Esquina*, foram apoiados por diferentes segmentos da população, entre eles, alguns mais engajados, por exemplo, o Grupo Somos:

Durante os doze meses de duração do inquérito contra este jornal, sinais de solidariedade foram captados, emitidos de todas as direções. O mais evidente veio de São Paulo, onde o pessoal do Grupo Somos criou um Comitê de Defesa do Jornal Lampião, cuja primeira tarefa foi elaborar um manifesto de apoio ao jornal, para o qual seriam angariadas assinaturas de pessoas ilustres<sup>117</sup>.

O apoio desses grupos é notado na carta assinada e publicada, direcionado ao Ministro da Justiça. Vale ressaltar que o inquérito foi arquivado durante a coleta dos assinantes.

[...] Um dos itens do documento reza: “Dentro da imprensa nanica vem crescendo ultimamente um da chamada”imprensa gay”, que se dispõe a defender as atitudes homossexuais como atos normais da vida humana. E é dentro dessa visão que os seus direitos estão sendo acusados através da Lei de Imprensa, por crime de “atentado à moral e aos bons costumes” enquanto no mês de julho os livros contábeis do jornal foram requisitados para fiscalização pela Polícia Federal. “Nós, abaixo assinados, entendemos estes atos oficiais como um tentativa de castrar o diálogo sobre os setores oprimidos “minoritários” que se faz

---

<sup>115</sup>SILVA, Cláudio Roberto Da. Reinventando o Sonho: Historia Oral de Vida Política e Homossexualidade no Brasil Contemporâneo. 1998. 674 f. Dissertação( Mestrado em História Social), FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo,1998, p.293.

<sup>116</sup> LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque. Tendências e impasses. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 209.

<sup>117</sup> OS que estão conosco. *Lampião da Esquina*, nº 19, setembro de 1979, p. 2.

necessário e urgente dentro de nosso país, bem como repudiamos todas as atividades de coerção e repressão ao direito de existência e manifestação da imprensa alternativa”<sup>118</sup>.

Entre os inúmeros nomes que assinaram o manifesto, cabe destaque para periódicos, associações e grupos institucionalizados, tais como: Jornal Versus, Jornal Convergência Socialista, Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Sindicato dos Bancários de São Paulo, APEOESP – Sindicato do Professores Oficiais do Estado de São Paulo e AGRAF – Associação de Gráficos e Fotógrafos.

#### **1.4 Espaços do jornal, lugares de pensamento: alianças construídas nas margens**

Pensando sobre as temáticas tratadas pelo *Lampião da Esquina*, o jornal estudado além de discutir a homossexualidade e ter nela o seu foco, apresentando uma série de representações sociais, inclusive identidades sexuais, marcadas por estigmatizações e inferiorizações, ele também traz matérias com temas tidos como “minoritários” naquele período e assim como o *Lampião da Esquina*, marginalizados. São eles: os movimentos homossexuais, a masculinidade, repressão do governo, exílio de militantes, artes homo-eróticas, roteiros turísticos para homossexuais, entrevistas com artistas, temas polêmicos como a legalização da maconha e do aborto. Junto a essas questões também desenvolve matérias sobre identidades femininas e as lutas feministas no período, a questão indígena, o movimento negro, o meio ambiente, a transgenitalização, a masturbação, entre outros. Em suma, temas que envolviam interesses das chamadas “minorias”, que eram assim denominadas por caracterizar os grupos marginalizados, aqueles que eram cerceados de direitos e inferiorizados por grupos dominantes. Não se creditava essa denominação por acreditarem serem inferiores numericamente, pelo contrário, o corpo editorial tinha consciência de que eram maioria, como apresentado anteriormente ao debater sobre o editorial de número zero, apesar de serem marcados por estereótipos e inferiorizações.

Essas reportagens vão estar estruturadas ao longo do jornal nas seguintes seções: Opinião, Ensaio, Esquina, Reportagem, Literatura, Cartas na Mesa, Troca – Troca, Entrevista, Tendências, Bixórdia, Violência e Ativismo. Essas seções não

---

<sup>118</sup> OS que estão conosco. *Lampião da Esquina*, nº 19, setembro de 1979, p. 2.

estavam obrigatoriamente em todas as edições, sendo notáveis as mudanças estruturais no jornal. Por exemplo, foi o que ocorreu com a seção “Esquina”, caracterizada predominantemente por ser um espaço para matérias mais informativas do que analíticas, que durante treze números ocupou o espaço da seção Opinião.

Sobre a formatação do periódico, Trevisan, em entrevista, afirma que:

O jornal, em tamanho tablóide, era impresso em cores neutras. Trazia reportagens com personalidades não necessariamente homossexuais, contos, críticas literárias, de teatro ou cinema. Grande destaque era dado às cartas dos leitores, que se tornavam legítimos espaços de visibilidade para a comunidade. Pequenas notas contra os atos preconceituosos eram constantes, assim como ataques diretos a homofóbicos ou quem agisse de modo politicamente incorreto em relação aos homossexuais. A linguagem “era comumente a mesma linguagem desmunhecada e desabusada do gueto homossexual” (Trevisan, 2002)<sup>119</sup>.

Em relação ao *Lampião* e aos assuntos nele debatidos, é importante destacar algumas matérias sobre temas específicos, como forma de perceber quais os posicionamentos dos editores e colaboradores do *Lampião da Esquina*, frente a assuntos que ainda hoje incomodam e causam discussões calorosas, como, por exemplo, o aborto e a legalização da maconha.

Nas páginas do *Lampião da Esquina*, também são tratadas questões sobre o racismo, e as condições vividas pelos negros naquele momento. Na Edição 19, de setembro de 1979, discute-se o valor do negro na sociedade brasileira, com a seguinte manchete “Quanto vale o negro brasileiro”<sup>120</sup>. O redator, nessa matéria, afirma que apesar da maioria da população ser negra ou mestiça, ela pouca representatividade tem na política nacional. Ainda denunciam que desde 1964, quando os militares entram no poder, “o governo brasileiro aumentou a força anulatória dos valores culturais, políticos e sociais do negro brasileiro”<sup>121</sup>. Não bastasse isso, o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, no Boletim Informativo de setembro de 1979, afirma ter sofrido um boicote do recenseamento quanto ao item que determinava a cor da pele.

---

<sup>119</sup> TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade. 5ª Ed. Rio de Janeiro. Record, 2002, pag. 339. Apud. SIMÕES JUNIOR, Almerindo Cardoso. “... E havia um lampião na esquina” – Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura. (1978 – 1980). 2006. 184f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de pós-graduação em Memória Social. . Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2006, p. 38 - 39.

<sup>120</sup>CONFETE, Rubem. Quanto Vale o Negro brasileiro. *Lampião da Esquina*, nº 19, setembro de 1979, p.10.

<sup>121</sup>Idem, *ibidem*, p.10.

Nessa matéria, é questionada a posição marginalizada dos negros em nossa sociedade:

A população negra brasileira hoje se encontra numa situação que não é muito diferente de há 90 anos atrás, pois as formas de dominação e exploração não acabaram com a falsa abolição, mas simplesmente se modificaram. Continuamos marginalizados na sociedade brasileira que nos discrimina, esmaga e empurra ao desemprego, subemprego, à marginalização, negando-nos o direito à educação, à saúde e à moradia decente. Toda a situação é garantida pela repressão e violência policial que nos impede de andar livremente pelas ruas, humilhando-nos com a exigência constante de documentos, batendo, prendendo e até mesmo assassinando<sup>122</sup>.

Em outro espaço, encontramos uma entrevista com Zezé Motta, atriz e cantora conhecida ainda nos dias de hoje, 2015, e ali ela é questionada sobre ter sido no início da carreira uma “negra enrustida”<sup>123</sup>, utilizando perucas e buscando meios de “disfarçar a negritude”<sup>124</sup>. Zezé responde positivamente, mas que ao realizar um trabalho sobre Zumbi do Palmares ficou envolvida com o assunto, dando “vontade de ser negra mesmo”<sup>125</sup>. Indagada sobre o número de vezes que havia sido empregada doméstica ou escrava nas novelas, ela afirma terem sido incontáveis. Essas questões nos permitem perceber como o padrão é forjado de maneira tão forte sobre a sociedade, de tal forma que ela também tentou mascarar-se, buscando traços que disfarçassem a posição de subalternidade para não romper com padrões estabelecidos nas representações que contornam as desigualdades de raça e sexo-gênero.

Questão complicada de ser discutida, uma vez que ao tentar reproduzir a norma, este grupo inferiorizado não estaria admitindo esse discurso que os coloca à margem? Entende-se que tentar aproximar-se dele foi um meio encontrado para tentar reduzir as opressões, mas, assim como Zezé consegue perceber, o meio possível de eliminar as estigmatizações é problematizando as representações sociais, reconhecendo as identidades construídas, questionando as estruturas dominantes. Seguindo com a entrevista, Zezé Motta é interrogada sobre os movimentos negros que buscam radicalizar o movimento, talvez rompendo relações com os brancos:

---

<sup>122</sup>CONFETE, Rubem. Quanto Vale o Negro brasileiro. Lâmpião da Esquina, nº 19, setembro de 1979, p.10.

<sup>123</sup> ZEZÉ Motta, negra e mulher-bicha. Lâmpião da Esquina, nº 19, setembro de 1979, p. 11.

<sup>124</sup> Idem, ibidem, p. 11.

<sup>125</sup> Idem, ibidem, p. 11.

Zezé - Não sou a favor disso não. Eu sou a favor de que negros e brancos se transem numa boa. Tanto é que muitas pessoas falam pra mim: “mas seu marido é branco. Como é essa história?”. O meu marido é branco justamente porque não tenho nada contra branco. Eu quero transar numa legal com branco, sabe como é? Eu já tive maridos de todas as cores, de todas as raças (rindo)... e pretendo tê-los (ainda rindo)<sup>126</sup>.

Nesse sentido, Zezé Motta permite fazer reflexões sobre a possível criação de redutos negros, e movimentos negros que buscam inverter simplesmente a lógica de dominação, sobre isso, se faz importante perceber que a luta contra o racismo não é simplesmente uma luta de negros contra brancos, mas sim contra um sistema operante de um discurso inferiorizante que gera desiguais.

Ainda sobre a questão dos negros, em uma matéria publicada no *Lampião da Esquina*, assinada por Jorge Schwartz, ele critica uma publicação da Folha de São Paulo em 06 de maio de 1979, assinada por Gilberto Freyre, Schwartz critica Freyre ao defender “mítica e furada teoria da harmonia racial brasileira”<sup>127</sup>, afirmando ainda que um texto escrito “dentro da “Casa” e não dentro da “Senzala”<sup>128</sup>, não corresponde a realidade dos negros. Em resposta provocadora Schwartz questiona se “sustentaria as mesmas teorias o nosso conceituado sociólogo caso ele fosse negro?”<sup>129</sup>. Essa matéria revela o posicionamento de um sociólogo nos anos finais da ditadura militar, em consonância com o discurso do regime, tentando silenciar os movimentos negros e o racismo tão presente no país, sobre isso, Schwartz problematiza a teoria da “harmonia racial”, afirmando que Freyre desconhece a realidade dos negros.

Em relação à questão dos indígenas, a matéria não assinada do *Lampião da Esquina* afirma:

Lampião da Esquina, que desde o número zero apresentou-se como um jornal de minorias e destacou os índios como uma das minorias a serem prioritariamente defendidas, dá, neste número, sua contribuição a luta geral em favor da sobrevivência do índio brasileiro; mas acha que deve fazer à sua maneira, lembrando mesmo aos que se declaram partidários desta luta que o índio deve ser apresentado não como um

---

<sup>126</sup> Zezé Motta, negra e mulher-bicha. *Lampião da Esquina*, nº 19, setembro de 1979, p. 11.

<sup>127</sup> SCHWARTZ, Jorge. E se Gilberto Freyre também fosse negro?. *Lampião da Esquina*. nº 13, junho de 1979, p. 2.

<sup>128</sup> Idem, *ibidem*, p. 2.

<sup>129</sup> Idem, *ibidem*, p. 2.

ser mítico, o senhor da floresta, mas como um povo que tem sua cultura própria<sup>130</sup>.

O jornal questiona os defensores dos índios que buscam apoiá-los sem levar em consideração a cultura deles, e principalmente as medidas governamentais que não garantem o direito à terra dos indígenas. Ao tratarem os direitos indígenas sob a perspectiva da cultura “branca”, “letrada”, “burguesa” e androcêntrica, pouco poderá adiantar na busca pela solução dos problemas desses povos, uma vez que os valores econômicos dos indígenas, a maneira de lidar com o alimento e com a terra são completamente diferentes da cultura dominante. Mais que isso, o texto indaga o porquê do governo garantir terras a grandes proprietários, ainda que sejam invasões, em detrimento dos indígenas. Isso é explicado pelo sistema econômico dominante no qual, os grandes proprietários são vistos como um gerador de impostos para o governo, alguém que poderá gerar recursos, empregos e alavancar a economia do país, diferente dos indígenas que não tem essa percepção da terra ou da vida. Para eles o plantio se limita à subsistência e alimentação da tribo. A relação dos indígenas com a terra na matéria “terra papagalorum”, publicada em janeiro de 1978, segundo Katie Van Scherpenberg pode ser resumida da seguinte forma,

A área deve poder ser percorrida a pé de maneira que o índio esteja de volta ao cair da noite, pois a não ser excepcionalmente, o índio, ao sair de madrugada, para caçar, voltará ao anoitecer para sua aldeia. Dentro dessa área está localizada, além da taba. Uma pequena agricultura mantida principalmente pelas mulheres. Na área alcançável por toda a tribo deverão os seus habitantes achar o alimento suficiente para o seu sustento. Daí, logicamente, o número de uma aldeia não poder ultrapassar a capacidade para alimentá-lo. E será esta relação íntima entre área ocupada e o índio com sua cultura e suas imensas opções diante do território conhecido e respeitado que irá garantir a sua sobrevivência em termos de ser humano, e que, por isso mesmo deve ser objeto de maior respeito<sup>131</sup>.

Ainda que referido no singular, a matéria reitera a afirmativa da diferente relação do índio com a terra. Nesse último trecho, ressalta-se a importância da terra para o povo indígena, uma troca não econômica, mas pautada na subsistência, em que a quantidade de terra não supera a necessidade da tribo. E, sobretudo adverte em relação à necessidade de se respeitar as diferenças, perceber a construção histórica e política dos discursos e das identidades no interior de um sistema cultural androcêntrico,

---

<sup>130</sup> COMO aprender com os índios. Lampião da Esquina. n° 8, janeiro de 1979, p. 5.

<sup>131</sup> SCHERPENBERG, Katie van. “Terra papagalorum”. Lampião da Esquina. n° 8, janeiro de 1979, p. 5.

eurocêntrico, patriarcal e em meio às tecnologias sociais que excluem e designam identidades, enquanto instauram desigualdades, assimetrias e hierarquizações sociais.

## **CAPÍTULO 2 PRESENÇA DAS MULHERES NO *LAMPIÃO DA ESQUINA* E O DEBATE SOBRE A DESCONSTRUÇÃO DE PADRÕES.**

### **2.1 Mulheres cobram presença no jornal ou o Jornal cobra a presença das mulheres?**

No *Lampião da Esquina*, na Edição de número Zero, logo no editorial, é possível observar o compromisso daquele jornal com sujeitos marginalizados, isto é, com uma causa que pretendia ir além das lutas dos homossexuais, buscava “ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres”<sup>132</sup>. Nessa perspectiva, é significativo analisar e perceber de que forma ocorreu a veiculação da agenda de movimentos feministas. Em outras palavras, acompanhando a leitura das diversas matérias, procurei recortar os trechos, enunciados em que esses grupos apareciam como escritoras, leitoras ou objetos de textos e matérias, tentando perceber como elas, as mulheres, eram representadas. Ou seja, como um jornal composto por editores gays, grupo também marginalizado e inferiorizado socialmente, vai tratar dos movimentos feministas daquele período: permitindo um espaço de pensamento, fomentando e respeitando o empoderamento feminino, ou reiterando ideais falocêntricos, ditando formas únicas ou próprias de se lutar por conquistas de direitos?

Assim, intrigado com a evidência de outras dimensões das lutas colocadas em meio à questão política que me parecia principal tratada pelo periódico - a homossexualidade -, passei a perseguir esses outros trechos/discursos, buscando observar criticamente enunciados sobre as mulheres, e/ou como movimentos feministas são apresentados ou, por outro lado, como são construídas as representações do feminino nas páginas de um jornal, cuja editoria por sujeitos também construídos/posicionados às margens da sociedade.

Desde o início, me deparei, logo na edição de número zero, com a seguinte nota justificativa:

A ausência de mulheres em *LAMPIÃO* não é, fique bem explicado, por culpa do conselho editorial: convites não faltaram, todos recusados, mas nossas colunas continuam à disposição. Uma das

---

<sup>132</sup> SENHORES do Conselho. *Lampião da Esquina*, n° 0, abril de 1978. p. 2.

questões que este jornal pretende levantar é a do feminismo e, pelo menos quanto a este tema específico, as mulheres homossexuais não podem se furtar: no caso das mulheres, a discriminação é bem mais complexa, e independe de suas preferências sexuais<sup>133</sup>.

Assim, na justificativa explicitada acima, observamos que há um espaço especialmente reservado para as mulheres no jornal, particularmente para o movimento feminista, e uma convocação às mulheres, sejam elas homossexuais ou não.

Na edição de número dois, aparece uma nota elogiosa de uma mulher, no canto inferior esquerdo da página 14, escrita por uma estudante de comunicação, em que ela parabeniza a criação do jornal afirmando ser “muito bem transado”<sup>134</sup>, e que estaria “aplaudindo de pé os fundadores deste jornal”<sup>135</sup>.

Na edição nove, de fevereiro de 1979, é publicada uma matéria maior, em que incluem duas notas de mulheres que escrevem ao jornal. Estas notas são respondidas pelos editores, mas sem assinatura que as identifique. Na primeira delas, Ana Aparecida de Brito, autora da nota, parabeniza o jornal pelas reportagens, por sua existência e destaca sua importância:

[...] acredito realmente que vocês, de LAMPIÃO, e de toda a imprensa nanica, estão no mesmo barco; a luta pela LIBERDADE. Liberdade de imprensa, liberdade para poder usar esse veículo – a imprensa – para trazer à luz os fatos reais, os podres que o sistema precisa ocultar para manter sua força e opressão, liberdade para lutar pelos mais elementares direitos do homem – nos quais incluo primordial: o direito de cada um manter sua condição sexual própria, em aberto, e com o devido respeito por parte dos outros<sup>136</sup>.

Ana, na respectiva nota, destaca algo significativo para os editores do Lampião, a luta pela liberdade e, também a luta pelo prazer, que fica explícito quando menciona: “estou com vocês nisso: discutir o único tema que ainda é tabu no Brasil – o prazer”<sup>137</sup>.

É interessante pensar nas palavras em caixa alta colocadas na matéria, Lampião e liberdade, assim colocadas como uma forma de reiteração dos princípios defendidos pelo jornal, de libertação dos grupos marginalizados dos estigmas sociais. Entretanto,

---

<sup>133</sup> SILVA, Aguinaldo. Mulheres do mundo inteiro. Lampião da Esquina, nº 0, abril de 1978, p. 5.

<sup>134</sup> COPACABANA, Jane de Tal. Carta de “Marias Bonitas”. Lampião da Esquina, nº 2, junho de 1978, p.14.

<sup>135</sup> Idem, ibidem, p.14.

<sup>136</sup> BRITO, Ana Aparecida de. Duas Anas da mesma Paulicéia. Lampião da Esquina, nº 9, fevereiro de 1979, p.15.

<sup>137</sup> Idem, Ibidem, p.15.

não seriam essas reiteraões feitas pelos editores do *Lampião da Esquina* uma instituição de um modelo a ser seguido por outros grupos inferiorizados socialmente?

Na mesma matéria, a outra nota, escrita por Ana Teresa, também de São Paulo, inicia com elogios e saudações ao jornal: “preciso dizer que vocês são maravilhosos, uns amores? A alegria que dá ver o LAMPIÃO iluminando as bancas e os espíritos...”<sup>138</sup>. Apesar dos intensos elogios, Ana Teresa sugere “que seria bom publicar mais reportagens com mulheres ou para elas”<sup>139</sup>, destacando, ainda, sentir “cada vez mais a ausência”<sup>140</sup> dessas reportagens. Em reposta, o jornal afirma que “Ana I é daquelas pessoas excepcionais, que sabem o significado exato da expressão “direitos humanos” e está disposta a lutar por eles”<sup>141</sup>, já para a “Ana II, as respostas: vamos repetir pela enésima vez. Aninha II que o jornal está aberto às mulheres. O que elas têm que fazer é invadi-lo.”<sup>142</sup>

Percebe-se que o jornal dá maior credibilidade à primeira nota, que fala em liberdade, em prazer, em direito em viver sua sexualidade plenamente, mas já a segunda, quando trata da ausência de mulheres e/ou reportagens para e/ou sobre tal, eles se mostram ofendidos, reiterando a frase que aparece algumas vezes no jornal, de que as mulheres não se apresentaram ou não enviaram matérias. Não por acaso, é perceptível o apoio ao discurso do prazer e a tentativa de eximirem-se da culpa pela omissão ou recusa das mulheres em participar do corpo ou projeto editorial.

Ainda nessa matéria Ana recomenda: “que tal publicar um roteiro guei (feminino) de São Paulo, com inclusão de cinemas, restaurantes, etc.?”<sup>143</sup>. Em resposta, registra-se que “o roteiro de que você fala é uma coisa muito delicada; é arriscado, na situação em que vivemos, tornar determinados ambientes “oficiais”, principalmente no caso das mulheres”<sup>144</sup>. Nessa frase, ao afirmar ser perigoso apresentar ou difundir *guetos* “lésbicos” são reproduzidas representações que reforçam ideais normativos do ser feminino atrelados ao estereótipo da sensibilidade e da fragilidade. Isso aparece

---

<sup>138</sup> TERESA, Ana. Duas Anas da mesma Paulicéia. *Lampião da Esquina*. nº 9, fevereiro de 1979, p.15.

<sup>139</sup> Idem, *Ibidem*, p.15.

<sup>140</sup> Idem, *Ibidem*, p.15.

<sup>141</sup> EDITORIAL. Duas Anas da mesma Paulicéia. *Lampião da Esquina*. nº 9, fevereiro de 1979, p.15.

<sup>142</sup> Idem, *Ibidem*, p.15.

<sup>143</sup> Idem, *Ibidem*, p.15.

<sup>144</sup> Idem, *Ibidem*, p.15.

reforçado quando emerge nas páginas do *Lampião da Esquina* não só um roteiro gay masculino, mas um panorama dos diversos locais destinados a esse grupo no Brasil.

Sobre isso, é possível perceber, além das inúmeras reclamações da ausência de matérias sobre mulheres, a reprodução de uma representação ou um estereótipo de mulher. Daí, percebe-se tal como adverte Tania Navarro-Swain, “que as diferentes práticas sociais criam a importância cultural e o papel das mulheres”<sup>145</sup>. Papel que pode ser observado no trecho em que o jornal responde sobre a criação de um roteiro dos *guetos* lésbicos. O corpo feminino é fruto mais uma vez, também no jornal, da “construção e inferiorização do “ser mulher”<sup>146</sup>, isto é, atrelado à concepção essencialista de “um corpo deficiente: fêmea, espírito fraco e superficial”<sup>147</sup>. A referência ao feminino se dá por meio de representações que sugerem essa diferença ou uma inferiorização específica, reproduzindo esses padrões e contribuindo para a manutenção do ideal de fragilidade da mulher.

Em vista disso, na edição de 11 de abril de 1979, justamente quando o periódico completa um ano de existência, Telma Radicez, de São Paulo, em uma carta publicada no jornal, começa sua manifestação por parabenizações: “trata-se de um trabalho sério que reflete a disposição para o debate, o esclarecimento, a conscientização”<sup>148</sup>. Logo depois, ela questiona sobre a declaração do jornal frente aos roteiros lésbicos:

[...] além de ser uma declaração ingênua, cheira, desculpem, a repressão e/ou medo de informar, duas coisas que um veículo de comunicação que se preza não deve fazer” [...] Com tal procedimento quase discriminatório, vocês se arriscam, involuntariamente, a assumir, em relação à mulher homossexual, a mesma posição repressora e medrosa que a sociedade assume em relação ao homem e à mulher homossexuais, na repetição de uma jogada histórica, clássica e pouco original de inversão dos papéis<sup>149</sup>.

Radicez segue com as críticas como a explicitada anteriormente, tratando das reclamações que nesse um ano de duração do jornal, se estenderam por algumas edições:

---

<sup>145</sup>SWAIN, Tânia Navarro (org.). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 Feminismos: Teorias e Perspectivas, pp. 47-85, 2000, p. 52.

<sup>146</sup>Idem, *ibidem*, p. 52.

<sup>147</sup>Idem, *ibidem*, p. 52.

<sup>148</sup>RADICEZ, Telma. A voz da mulher. *Lampião da Esquina*, nº 11, abril de 1979, p.18.

<sup>149</sup>Idem, *ibidem*, p. 18.

[...]É certo que o jornal tem repetidamente proclamado (e posto em prática algumas vezes) que suas páginas estão à disposição das mulheres (feministas, homossexuais, heterossexuais), muito embora a essas proclamações não tenha faltado um certo tom simpático e paternalista de dono da bola, que concede se quiser, como quiser e quando quiser<sup>150</sup>.

Ao final do texto, ela alerta quanto à possibilidade de sanar essa “miopia”<sup>151</sup>, ressaltando a importância desse veículo como espaço de discussão, e reflexões, que consegue “iluminar algum espaço da ampla escuridão que nos rodeia”<sup>152</sup>. Em resposta, o jornalista justifica que “o espaço de Lampião é aberto, lembramos mais uma vez: escrevam, reportem, venham”<sup>153</sup>. Nessa resposta, justifica-se ainda, o maior número de reportagens voltadas para a temática da homossexualidade masculina. Sobre isso, afirmam que se deve por seus editores e redatores o serem, mas que nas seguintes edições já estão planejadas reuniões com mulheres para aumentarem o número de outras matérias.

Em vista disso, não por acaso, é possível perceber a partir dos trechos recortados uma tentativa dos editores do jornal de tentar traçar um caminho em relação àquilo que seria permitido e/ou não permitido para os movimentos de mulheres, podendo assim, reforçar representações do discurso dominante no meio dos grupos inferiorizados socialmente.

Louro, em uma análise sobre teoria *queer*, afirma que para desestabilizar o discurso estabelecido como verdade, e para transpor os limites discursivos estabelecidos, é necessário “um movimento de abandono das regras da prudência, da ordem, da sensatez. Isso implica perturbar a familiaridade do pensamento e pensar fora da lógica segura”<sup>154</sup>.

Na edição de número 12 de maio de 1979, em uma matéria não assinada, um segmento que se reconhece como lésbicas se apresenta e justifica sua ausência. Afirmando que as mulheres homossexuais, apesar de, durante muito tempo não estarem presentes no jornal com matérias frequentes, nessa edição há uma reflexão sobre as suas devidas ausências no jornal:

---

<sup>150</sup>RADICEZ, Telma. A voz da mulher. Lampião da Esquina, nº 11, abril de 1979, p.18.

<sup>151</sup>Idem, ibidem, p. 18

<sup>152</sup>Idem, ibidem, p. 18

<sup>153</sup>EDITORIAL responde. A voz da mulher. Lampião da Esquina, nº 11, abril de 1979, p.18.

<sup>154</sup> LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 74.

Nós estamos atrasadas porque temos medo, receio, cagaço mesmo de viver o que somos. Porque não construímos o espaço do nosso viver. Porque vivemos na clandestinidade.[...] Sabemos e conhecemos a existência da repressão. E não falamos apenas daquela do camburão, do cassetete, da bomba de gás. Falamos daquela que está presente nas nossas relações na família, no emprego, com amigos, na escola. Falamos da repressão que, pelos mais variados mecanismos – meios de comunicação, educação, religião, etc. -, nos diz o que somos ou devemos ser, querer, desejar, na tentativa de nos amoldar. Diz o que é natural, normal, certo, justo e bom para nós mulheres. [...] Nos diz, enfim, que, para o bem da ordem, é necessário calar, sufocar, sob pena de ...<sup>155</sup>

Nessa matéria em que mulheres que se designam lésbicas se apresentam através de um texto, cuja narrativa evidencia a opressão por elas sofrida, o que de certa forma acaba isentando o jornal por não ter um grande número de reportagens sobre esse assunto. Sendo assim, afirmar que não apareceram por estarem na clandestinidade, por não quererem se mostrar, de certa maneira, isenta o jornal da ausência dessas matérias nas páginas do *Lampião da Esquina*.

O silenciamento imposto sobre as lésbicas, relatado pelo trecho apresentado no jornal, permite estabelecer reflexões em diálogo com as teorias de Foucault, que mesmo tendo como foco a burguesia capitalista do século XIX, tem atuais suas reflexões que permitem análise sobre discurso explicitado no jornal. Em relação ao silenciamento sobre sexo, essa sociedade burguesa, segundo o autor,

Não reagiu ao sexo com um recusa em reconhecê-lo. Ao contrário, instaurou todo um aparelho para produzir discursos verdadeiros sobre ele. Não somente falou muito e forçou todo mundo a falar dele, como também compreendeu a formulação de sua verdade regulada. Como se tivesse necessidade dessa produção de verdade. Como se lhe fosse essencial que o sexo se inscrevesse não somente numa economia do prazer mas, também num regime ordenador de saber. Dessa forma, ela se tornou, progressivamente, o objeto da grande suspeita; o sentido geral inquietante que, independentemente de nós mesmo, percorre nossas condutas e nossas existências; o pronto frágil através do qual traz consigo. Significação geral, segredo universal, causa onipresente, medo que nunca termina<sup>156</sup>.

O silenciamento, o medo, mas também as muitas falas sobre sexo, são, como afirma Carneiro, justamente instrumento e efeito de múltiplas técnicas de poder, que “reverberam em discursos médicos, em textos da imprensa, na legislação, em registros

---

<sup>155</sup> NÓS também estamos aí. *Lampião da Esquina*, nº 12, maio de 1979, p. 7.

<sup>156</sup>FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1988, p. 78 -79.

institucionais, na literatura”<sup>157</sup>, instaurando verdades, produzindo zonas de silenciamento e de incitação, configurando um aparato repressor, mas, sobretudo, produtor, como ensina Foucault, que nos incita a refletir e falar prolificamente sobre o sexo. Nessa auto-reflexão, as tecnologias de poder nos dizem ou procuram afirmar uma verdade, e essas verdades determinam quem somos, perpassam nossas vidas e estabelecem o normal e o aceito, criando mecanismos de repressão e de produção, constituem “barreiras” imaginárias para que as exacerbações não se exponham e também não deixem de existir.

Perseguindo as imagens do feminino construídas e veiculadas nas páginas do *Lampião da Esquina*, na edição número 17, de outubro de 1979, depara-se com a seguinte reportagem do Grupo de Mulheres de Porto Alegre: “Ao Lampião: somos um grupo feminista de Porto Alegre, existente desde 1976, e que já passou por diversas fases, mas sempre tratando de assuntos de interesse específico da mulher”<sup>158</sup>. Nessa matéria, a princípio, o grupo vem parabenizar o jornal e afirmar que o acompanha desde o início. Apesar disso, afirma haver necessidade de fazer “algumas observações críticas a respeito de alguns pontos específicos”<sup>159</sup>, mas preferem deixar para outro momento, e assim concluem a matéria enfatizando particularmente a importância de se estreitar laços entre os dois grupos:

Gostaríamos de manter contato com vocês também para sabermos o que há de feminismo aí no Rio, além do CMB – Centro da Mulher Brasileira. [...] Uma das atividades do nosso grupo atualmente é ampliar o debate sobre feminismos, sexualidade, etc... E uma das formas que encontramos é espalhar nossas ideias, para ver o que acontece. Assim, gostaríamos de publicar alguma coisa no jornal de vocês, tal como um artigo, ou coisa assim. Aguardamos uma resposta, e esperamos continuar mantendo contato com vocês. Por aqui, continuamos dando força ao LAMPIÃO<sup>160</sup>.

Tal publicação reflete primeiramente o desejo de aliança do grupo feminista com o jornal, mas também uma possível intriga entre os editores do jornal e membros do Centro da Mulher Brasileira, do Rio de Janeiro, questão que será tratada com maior atenção posteriormente. Entretanto, essa questão já pode ser observada a partir do

---

<sup>157</sup>CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Procura-se “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. 418 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 11.

<sup>158</sup>GRUPO de Mulheres de Porto Alegre. Feminismo em Porto Alegre. *Lampião da Esquina*, nº 17, outubro de 1979, p. 2.

<sup>159</sup>Idem, *ibidem*, p. 2.

<sup>160</sup>Idem, *ibidem*, p. 2.

recorte acima, ao afirmarem buscar notícias sobre feminismos para além do CMB, e explicitarem que o Grupo de Mulheres de Porto Alegre busca ampliar o debate sobre sexualidade, ponto fortemente defendido nas páginas do jornal como principal meio de desconstrução de um aparato hierarquizante.

As denúncias apresentadas nas páginas do Lampião me instigam a questionar algumas questões: por que o próprio jornal publicava as críticas referentes à ausência de mulheres, mesmo essa ponderação se estendendo por inúmeras edições do jornal? Seria mesmo um desejo de aliança com o grupo formulado pela editoria? Ou uma justificativa mais ou menos planejada? Questão complexa de ser respondida, mas talvez fosse uma forma de eximir a culpa do jornal frente ao desinteresse por esse tipo de matéria, já que em quase todas as críticas, eles logo rebatiam com justificativas.

Algo a ser notado é que sempre em meio às cartas, críticas ou depreciações havia elogios ressaltando a importância da existência do jornal. Seriam textos escritos por mulheres? Seriam questionamentos de mulheres? Ou recortes especialmente escolhidos? Que mulheres eram ali re-construídas? Tais questionamentos se tornam complexos de serem respondidos, mas ainda que não muito nítidos ou talvez implícitos nessas publicações, sejam em matérias, cartas enviadas ou notas, é possível perceber uma posição de superioridade, uma tendência para a dominação do discurso, na tentativa de dizer às mulheres como elas deveriam reivindicar seus direitos.

## 2.2 Representações: reflexões sobre a normatização dos corpos.

Nas páginas do *Lampião da Esquina*, além das inúmeras reclamações pela ausência de um número significativo de matérias que tratassem das pautas das mulheres, ainda foi possível perceber matérias reflexivas que buscavam de alguma maneira questionar as estruturas estabelecidas. Em vista disso, busquei recortes na intenção de abordar algumas representações do feminino.

Na edição de número 01 de maio – junho de 1978, Mariza redige uma matéria questionando o discurso dominante, e seus “ecos” sociais, ou seja, essa autora coloca em questão a naturalização do discurso androcêntrico, como se sempre tivesse sido assim, um discurso evolucionista, universalista, muito utilizado para justificar a violência contra as mulheres:

[...] “sempre” foi assim, em todas as sociedades conhecidas, a mulher sempre ocupou uma posição subordinada em relação aos homens, ou o homossexualismo sempre apareceu na história em momentos de crise da humanidade, como uma espécie de autofagia da espécie humana, ou sinal de sua decadência, ou ainda, “desde os primatas que o macho é o ser agressivo por excelência, sua relação sempre foi com o mundo exterior e sempre de dominação”[...]<sup>161</sup>.

Mariza, aquela que assina e/ou fala, questiona os padrões estabelecidos e retira-lhes a historicidade, e instiga o leitor a questionar esses “ecos” sociais que são utilizados periodicamente por mantenedores daquele discurso dominante. Ainda que apareçam no singular, de forma genérica e generalizada, como “a mulher”, no texto, Mariza afirma que as mulheres “sempre” foram ensinadas a serem “dóceis, discretas, gentis, a obedecer, a pedir licença, a pedir desculpas”<sup>162</sup>, e todos esses códigos eram transmitidos/impostos às mulheres ensinando como serem “mulheres de verdade”<sup>163</sup>.

Esse discurso de naturalização dos corpos, do “sempre foi assim”, como observa Swain, existe “para responder aos desejos, às necessidades do masculino individual e

---

<sup>161</sup>MARIZA. Nossas gaiolas comuns. *Lampião da Esquina*, nº1, maio - junho de 1978, p. 2.

<sup>162</sup>LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 18.

<sup>163</sup>Idem, *ibidem*, p. 18.

social”<sup>164</sup>, condicionando a mulher a uma imagem padrão, e tendo a maternidade como algo necessário e inevitável. Os papéis sexuais constituídos para o masculino e para o feminino, essa “divisão binária da sociedade segundo o sexo torna-se “evidência” e a imposição, a construção desta divisão biológica, enquanto valor distintivo, não é questionada, já que é “natural”<sup>165</sup>.

Sobre a naturalização de tal discurso, se faz importante ainda inserir o debate das representações sociais, tal como tratado por Louro:

Distintas e divergentes representações podem, pois, circular e produzir efeitos sociais. Algumas delas, contudo, ganham uma visibilidade e uma força tão grandes que deixam de ser percebidas como representações e são tomadas como sendo realidade. Os grupos sociais que ocupam posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião, etc.) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros<sup>166</sup>.

Assim, aquelas imagens acabam sendo tomadas como realidade. E o discurso do “sempre foi assim” funciona como uma justificativa para não se alterar aquilo que seria uma força da biologia ou da “natureza” impressos no corpo e nas imagens de mulher. Pensando as representações sociais como ensina Jodelet, isto é, como um “sistema de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais”<sup>167</sup>, é possível observar como as representações de mulher foram intensamente reiteradas também nas páginas do jornal, criando a ilusão de realidade estática e cristalizada. Na reportagem supracitada, é possível perceber os “ecos sociais” como o movimento de uma naturalização que está em operação, ou seja, como funcionam as representações sociais, no caso do feminino – a mulher – no texto do jornal. Essas imagens emergem em diferentes textos, geralmente no singular, como constituintes de um ideal de “verdadeira mulher”, que neste caso se traduz na fragilidade.

Sendo assim, a matéria publicada nas páginas do Lampião da Esquina, assinada por Mariza, mostra que é fundamental observar a historicidade das imagens, como representações sociais que são, e questionar os enunciados reproduzidos socialmente

---

<sup>164</sup>SWAIN, Tania Navarro (org.). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 Feminismos: Teorias e Perspectivas, pp. 47-85, 2000, p. 50.

<sup>165</sup> Idem, ibidem, p. 50.

<sup>166</sup> LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 16.

<sup>167</sup> JODELET, Denise. *As representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed Uerj, 2001, p.22.

que afirmam que “sempre” tenha sido daquela forma, sendo este um importante meio de descontinuar uma ideia do senso comum, uma representação reiterada, um *continuum* que deve ser interrompido e, em consequência, subvertido. Em vista disso, ela afirma que

[...] mesmo que tenha sido sempre assim, por hipótese, daqui para a frente pode ser diferente (o fato de minha bisavó não ter conhecido luz elétrica não me obrigava a viver às escuras)[...] <sup>168</sup>.

Para desconstruir tal recorte, Foucault se faz importante para questionar o “sempre” utilizado e reproduzido no discurso do senso comum. Nos trechos a seguir ele trata dessas mudanças referentes à sexualidade em nossa sociedade, em específico, observa uma mudança histórica nos códigos, comportamentos e na linguagem:

[...] no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se como o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos de grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX <sup>169</sup>.

Nesse sentido, ele analisa como após o século XVII há um deslocamento nos discursos e no comportamento burguês em relação ao lugar destinado ao sexo. Este torna-se algo aprisionado, que deve ser tratado “em surdina” <sup>170</sup>, e passa a ser profusamente difundido, incitado, e acaba por ganhar valor de modelo ou verdade:

[...]a sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal legítimo e procriador dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. <sup>171</sup>

Não por acaso, ainda sobre essa mudança no discurso sobre o sexo, Foucault vai discutir sobre esse silenciamento, e/ou designação ao permitido sobre o sexo. Para tal, faz uma importante análise do “silenciamento” referente ao discurso sobre o sexo,

---

<sup>168</sup> MARIZA. Nossas gaiolas comuns. Lampião da Esquina, nº1, junho de 1978, p. 2.

<sup>169</sup>FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A vontade de Saber. Rio de Janeiro, Graal, 1988, p. 9.

<sup>170</sup>Idem, ibidem, p.10

<sup>171</sup>FOUCAULT, op.cit., p. 9.

afirmando haver uma incitação não deliberada e livre, mas uma normatização e padronização sobre o que falar e onde falar,

Mas isso não significa um puro e simples silenciar. Não se fala menos do sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos. O próprio mutismo, aquilo que se recusa dizer ou que se proíbe mencionar, a discrição exigida entre certos locutores não constitui propriamente o limite absoluto do discurso, ou seja, a outra face de que estaria além de uma fronteira mas, sobretudo, os elementos que funcionam ao lado de (com e em relação a) coisas ditas nas estratégias dos conjuntos<sup>172</sup>.

Sobre essa designação de um espaço de verdade para a sexualidade, não por acaso, a sociedade burguesa designa a família monogâmica, baseada no sexo como reprodução, como o padrão a ser seguido, em que os outros modelos de relações são imediatamente jogados no espaço da anormalidade, ou seja, para a margem social. Sendo assim, Foucault como demonstrado anteriormente se faz necessário para desmistificar o “sempre”, sendo possível, a partir dele, particularmente pela ideia de poder, pensar nos discursos como construções sociais, frutos de disputas.

Na matéria assinada por Mariza, ela ainda questiona a constituição das identidades em nossa sociedade,

Se somos todos peixes apanhados nessa rede de definições pré-estabelecidas, nossa única chance de escapar dela é visualizá-la constantemente perguntando a que propósitos ela serve, qual é a malha específica em que nos encontramos (nesta rede maior) e lembrar que ela pode ser desfeita assim como foi tecida<sup>173</sup>.

A construção das identidades atende a um discurso dominante que para criar inferiorizações e afastar-se dos seres abjetos estabeleceram representações de determinados grupos sociais. Assim como apresentado por Mariza, os questionamentos de Foucault sobre essas configurações discursivas também se fazem importantes para perceber esse espaço de intensas disputas e também para desestabilizá-los. Nesse sentido, Foucault contribui para questionar algumas questões:

---

<sup>172</sup>FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A vontade de Saber. Rio de Janeiro, Graal, 1988, p.33.

<sup>173</sup>MARIZA. Nossas gaiolas comuns. Lâmpião da Esquina, nº1, junho de 1978, p. 2.

[...] segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?<sup>174</sup>

Nesse sentido, as lutas feministas denunciam a desigualdade social construída na história e a opressão sexista, como sistema cultural, ou seja, todo um conjunto discursivo e epistemológico vincado pela “verdade” da biologia e pelo discurso da “natureza”. Embora a autora em questão não se baseie em teorias feministas contemporâneas, é possível observar seu questionamento daquela ordem de discursos. Sobre isso, Mariza propõe caminhos para fuga desse sistema:

Insisto em que cabe à mulher lutar pelos seus direitos, questionar sua posição (e isto vale para qualquer categoria social), mas fazemos isto de olhos abertos para a real complexidade em que estamos envolvidas<sup>175</sup>.

O trecho é revelador de uma crítica muito bem formulada em relação ao sistema cultural que configura a linguagem e o conjunto de representações sociais que desenham historicamente condutas, comportamentos e identidades sexuadas. Não por acaso, Foucault ajuda a pensar essa desconstrução afirmando que devemos

[...]determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui[...]<sup>176</sup>.

São esses e outros questionamentos, que possibilitarão perceber essas disputas discursivas constantes e intensas, que estabelecem cristalizações e um “regime de verdade”. Mariza vai afirmar que a luta deve ser ampla, em todos os vieses de opressão, para isso

[...] Uma metalúrgica que luta pelos seus direitos salariais no sindicato, mas aceita as imposições ditadas pela moral sexual dominante nas relações com seu companheiro, ou um bancário que se engaja no movimento de liberação dos homossexuais, mas ignora a luta pelos direitos sindicais, estão alheios, um quanto o outro, da luta mais ampla. Ou atacamos ao mesmo tempo um sistema econômico que mantém salários baixos e produz uma ideologia que afirma, entre

---

<sup>174</sup>FOUCULT, Michel. A Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 30.

<sup>175</sup>MARIZA. Nossas gaiolas comuns. Lampião da Esquina, nº1, junho de 1978, p. 2.

<sup>176</sup>FOUCULT, op.cit., p. 31.

outras coisas, que o lugar da mulher é em casa – o que supõe um conhecimento organizado das várias formas específicas de atuação dessa ideologia – ou estaremos trocando estátuas sem mexer nos pedestais [...] <sup>177</sup>.

Nesse texto, portanto, é possível perceber o desejo de parcela do movimento feminista em romper com um aparato discursivo que inferioriza sujeitos sociais identificados pelo sistema sexo-gênero, delimitando territórios a determinados sujeitos. Mais do que lutar contra um inimigo principal, é importante proporcionar reflexões internas e perceber que o próprio movimento estigmatizado e os sujeitos nele inseridos não estão livres da reprodução dos discursos dessa malha maior, devendo os movimentos, internamente, interrogar as representações e problematizar discursos sobre suas próprias ações.

Como afirma Louro, seguir tal caminho, da problematização e desconstrução e subversão dos discursos

Implica perturbar a familiaridade do pensamento e pensar fora da lógica segura. As questões que passariam a nos mobilizar seriam, fundamentalmente, aqueles que indagam como um saber se constitui e como outro saber não se constitui (ou como não consegue se constituir); como funcionam, nesse jogo de afirmações e de negações, as relações de poder <sup>178</sup>.

Mariza parece compartilhar e aprofundar esse debate, propondo mudanças que eliminem o interior do problema e alertando sobre as ilusões proporcionadas por esse sistema normativo que, para ela, funciona como uma “gaiola-blusa”:

[...] Uma gaiola-blusa cuja exata finalidade é a de dar a impressão de ter sido feita sob medida, quando basta olhar o mundo lá fora – e não apenas ser olhado e aceitar esse olhar – para perceber que, como tudo neste mundo em que vivemos, ela é produzida em série <sup>179</sup>.

No texto, considerado um lugar de fala e de crítica, percebe-se fortes indícios questionadores das prisões individuais forjadas no interior de um sistema cultural e da ilusão de liberdade. Teresa de Lauretis exemplifica essa questão, afirmando que as mulheres nos formulários assinalam o F, de feminino

A partir do momento em que assinalamos o F num formulário, ingressamos oficialmente no sistema sexo-gênero, nas relações sociais

---

<sup>177</sup> MARIZA. Nossas gaiolas comuns. nº1, junho de 1978, p. 2.

<sup>178</sup> LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 74.

<sup>179</sup> Mariza. Op.cit., p. 2.

de gênero, e fomos “en-gendrados” como mulheres, isto é, não são apenas os outros que nos consideram do sexo feminino, mas a partir daquele momento nós passamos a nos representar como mulheres. Agora, pergunto, isto não é o mesmo que dizer que a letra F assinalada no formulário grudou em nós como um vestido de seda molhado? Ou que, embora pensássemos estar marcando o F, na verdade era o F que estava se marcando em nós ?<sup>180</sup>

Nesse momento, um conjunto de normas e valores estabelecem a identidade moderna, vista por Hall “como um sujeito unificado”<sup>181</sup>, constituindo o que é ser mulher.

Com isso, a cultura androcêntrica utiliza-se do aparato discursivo para justificar e reafirmar a naturalidade das posições de sujeito e das formas de violência que estão naturalizadas nos discursos, ou sua agressão, que não se constitui por uma luta entre homens e mulheres, mas, sim, contra um sistema opressor criador de identidades excluídas. Como observa Puga:

Em vários momentos históricos e em diferentes sociedades a lógica binária construiu culturalmente um componente negativo e outro positivo, impedindo a pluralidade de identidades, de pensamentos, de crenças. Assim, várias categorias foram sendo criadas e identificadas como o outro diferente. No sentido religioso, político, na saúde (doente), na etnia (o de cor) ou mesmo o outro que optou ou nasceu biologicamente com um sexo considerado *inferior*; todos eles foram registrados e normatizados como loucos, deficientes, negros, índios, mulheres, homossexuais, indigentes, estrangeiros, entre tantos outros. [...] torna-se “O” inimigo que deve ser combatido, eliminado<sup>182</sup>.

Ao pensar nas blusas-gaiolas, como identidades culturais e ilusórias que definem binariamente os sujeitos sociais, e ao se sentir confortável com estas, percebe-se que algumas representações se tornam dominantes e são veiculadas, introjetadas de maneira efetiva, porque a ilusão da individualidade nada mais é do que uma produção em larga escala ou um assujeitamento.

Cabe analisar esse sistema cultural normativo criador de formas de agir e pensar, sendo importante, de acordo com a matéria publicada, questionar essas velhas estruturas norteadoras de valores e práticas. Como notado nessa matéria, não só de reclamações se constituíram as publicações das mulheres, Mariza, ao longo da reportagem trabalhada,

---

<sup>180</sup>LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque. Tendências e impasses. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 220.

<sup>181</sup>HALL, Stuart. A identidade cultural na pós modernidade. [S.I.]: Lamparina, 2014, p. 9.

<sup>182</sup> PUGA, Vera Lucia. Útero e Loucura: medicina e moralidade. Anos 1942-1959. In: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco e MACHADO, Maria Clara Tomaz (orgs.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia, EDUFU, 2005, p.12.

consegue traçar caminhos, questionar estruturas e desfazer estigmas que são reforçados em representações do feminino.

Questionar essas representações, ou seja, as imagens reiteradas em estruturas falocêntricas, é algo que percebemos nos feminismos daquele período por meio de publicações nas páginas do *Lampião da Esquina*. Para tal, Saffiotti afirma que é importante pensar não somente na libertação de mulheres, mas “na libertação do ser humano”<sup>183</sup>, pois, esse sistema gerador de párias, com todo seu aparato de normas, produz “homens mutilados”<sup>184</sup>, e deles também são cobradas formas de agir e posturas condizentes com o padrão imposto. “As exigências sociais em relação ao homem representam uma pesada carga. É preciso ser forte, ter êxito econômico, etc...”<sup>185</sup>.

Para tal, tomados sob a perspectiva das teorias contemporâneas, observamos que é importante não apenas libertar os seres humanos das normas, mas libertar a crítica em relação às representações e discursos. As representações encarnam condutas e padrões e, como define Louro, os padrões são impostos tanto ao corpo masculino quanto ao feminino, a identificação “é menino”, ou “é menina”, “atribui um caráter imutável, a-histórico e binário”<sup>186</sup>, designando um “determinado rumo ou direção”<sup>187</sup> a ser seguido por esses corpos.

Nesse sentido, pode-se inferir que o inimigo a ser subvertido não é apenas o referente único, masculino, branco, mas sim o sistema heteronormativo, produtor desse jogo de hierarquizações e normatizações. Apesar do homem também ser fruto desse sistema que constitui seres normatizados pautados pela divisão sexual, a hierarquização se produz e reproduz e, nela, o homem heterossexual nessa escala continua sendo superior, em vista de uma cultura androcêntrica heteronormativa.

Desmistificar a imagem do homem opressor se faz importante para entender que o machão, de acordo com a matéria publicada no *Lampião da Esquina* e no olhar da colunista Zsu Zsu Vieira, é mais “um pobre coitado às voltas com problemas terríveis de virilidade, afirmação pessoal e sede de domínio. Frágil, débil, condicionado há

---

<sup>183</sup>SAFFIOTTI, Heleieth. Feministas com a palavra. *Lampião da Esquina*, nº 1, maio de 1978, p. 8.

<sup>184</sup>Idem, ibidem, p. 8.

<sup>185</sup>Idem, ibidem, p. 8.

<sup>186</sup> LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 15.

<sup>187</sup> Idem, ibidem, p. 15.

milênios a ser antes de tudo um forte”<sup>188</sup>. Deles é exigido assim como das mulheres uma imagem, um referente que não condiz com as experiências dele, e dificilmente conseguirá corresponder àquela imagem. Esse sistema projeta neles algo inalcançável que os condicionará a uma vida de frustrações descarregadas nas mulheres que não “chegam a plenitude do orgasmo, por culpa, em grande parte, do seu parceiro masculino, que as oprime de maneira intolerável e covarde”<sup>189</sup>. Nesse sentido, as feministas, ao contrário do que forças machistas e repressoras afirmam, não querem “acabar com o homem, diminuí-lo, tirar-lhe a masculinidade. O que as mulheres não querem é ser oprimidas”<sup>190</sup>. Lembra Swain, entretanto, que

[...] a existência das “tecnologias do gênero” mostra poderes disseminados, que pela criação e difusão de imagens e papéis femininos/masculino, compõem e alimentam o dispositivo da sexualidade, determinando identidades binárias como matrizes de inteligibilidade do sexo<sup>191</sup>.

Vieira afirma que “o corpo inteligível, que opera em registro de submissão ou de resistência é igualmente o corpo naturalizado da mulher em sexo e reprodução”<sup>192</sup>. Sobre a opressão às mulheres, Zsu Zsu Vieira ainda afirma que elas “são condicionadas desde crianças à submissão”<sup>193</sup>, são designadas ao casamento, ensinadas a serem boas gestoras do lar, amáveis, destinadas a maternidade. Segundo Talita Vasconcelos, as mulheres nascem com essa missão, de serem

[...] amadas por um homem para serem completas ou completadas, e amar incondicionalmente a família, abnegando de si e da própria felicidade, cumprindo assim seu papel de esposas e mães dedicadas, disponibilizando seus corpos para o sacrifício. Essa seria a missão e a destinação de mulheres verdadeiras<sup>194</sup>.

Nesse campo discursivo e binário, em que o homem deve ser o detentor da força e da superioridade, contribuir para o silenciamento da mulher é uma das formas de manter sua postura de “machão”, e é no sexo que ele se reafirma. Por isso, pode-se

---

<sup>188</sup>VIEIRA, Zsu Zsu. A doença infantil do machismo. *Lampião da Esquina*, nº 3, julho de 1978, p.2.

<sup>189</sup> Idem, *ibidem*, p. 2.

<sup>190</sup> Idem, *ibidem*, p.2.

<sup>191</sup>SWAIN, Tania Navarro (org.). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 Feminismos: Teorias e Perspectivas, pp. 47-85, 2000, p. 57.

<sup>192</sup> Idem, *ibidem*, p. 57.

<sup>193</sup>VIEIRA, ZsuZsu. A doença infantil do machismo. *Lampião da Esquina*, nº 3, julho de 1978, p.2.

<sup>194</sup>VASCONCELOS, Talita Rafaela Araújo. “Da mulher para a mulher”: representações do feminino, a reiteração da norma e a denúncia dos “desvios” na revista *O Cruzeiro* (1940-1963). 2014. 209 f. Monografia (Curso de História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014, p. 21.

afirmar que a imagem da mulher é construída ligada à frigidez, pois o homem não pode ser considerado insuficiente sexualmente para a mulher, isso fere o ideal do homem de insaciável desejo sexual, sendo o silenciamento e a repressão meios de afirmação, por isso, como destaca Vieira, há uma construção de que “o negócio é não deixar que, nesse campo, a mulher o supere”<sup>195</sup>.

Carneiro analisa as representações de amas-de-leite no período oitocentista no Brasil e faz reflexões sobre discursos, que nos anos 1850-1888 desenhavam imagens e condutas do feminino:

Baseada naquela “voz da natureza”, mais do que uma propaganda intensa das normas da cidade, da casa e da família, era visível o investimento discursivo na imagem da mulher, mais especificamente sobre o corpo da mulher com base em formas e substâncias que passavam a defini-lo e, também mediante o esquadrinhamento de órgãos, funções e sentidos que sinalizavam para uma destinação social em sua “fatalidade” biológica<sup>196</sup>.

São imagens que, veiculadas nos discursos, viajam no tempo e despejam sentidos do feminino com base no corpo e na destinação biológica. Esses ideais, como define Swain, “configuram uma representação monolítica de mulher “verdadeira”, imagem-referente que está presente”<sup>197</sup> nos mais diversos discursos, não apenas no Rio de Janeiro do século XIX.

Vieira reflete, por outro lado, em relação às representações do masculino, que manter a postura de superioridade, inabalável força, custa caro aos homens, que “também estão cansados de ser machões”<sup>198</sup>, mas por estarem inseridos nesse sistema, no qual essa representação é predominante e esse ideal foi introjetado desde criança, mudá-lo ou romper com ele, é tarefa árdua.

---

<sup>195</sup>VIEIRA, ZsuZsu. A doença infantil do machismo. *Lampião da Esquina*, nº 3, julho de 1978, p.2.

<sup>196</sup>CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Procura-se “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. 418 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2006, apud SWAIN, Tânia Navarro. Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a produção e a maternidade. In: STEVENS, Cristina. *Maternidade e Feminismo: Diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007, p. 149.

<sup>197</sup> CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Procura-se “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. 418 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 150.

<sup>198</sup>VIEIRA, op.cit., p.2.

Louro, ao abordar exemplos de uma instituição de educação particular, discute como esses padrões se instauram na linguagem e na cultura e estabelecem diversos mecanismos de poder,

A masculinidade forjada nessa instituição particular almejava um homem controlado, capaz de evitar “explosões” ou manifestações impulsivas e arrebatadas. O homem “de verdade”, nesse caso, deveria ser ponderado, provavelmente contido na expressão de seus sentimentos. Consequentemente, podemos supor que a expressão de emoções e o arrebatamento seriam considerados, em contraponto, características femininas<sup>199</sup>.

Esses padrões de comportamentos por Foucault considerados “polimorfos”<sup>200</sup>, também estariam determinados pelo sistema binário sexo/gênero,

[...] foram, realmente, extraídos do corpo dos homens, dos seus prazeres; ou melhor, foram consolidados neles; mediante múltiplos dispositivos de poder, foram solicitados, instalados, isolados, intensificados, incorporados<sup>201</sup>.

Sobre isso, é importante destacar algumas questões para entendimento dessas relações de poder pensadas em Foucault, que não o trata apenas como “conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos”<sup>202</sup>, mas como

[...] a multiplicidades de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam em si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais<sup>203</sup>.

Nesse sentido, os padrões normativos encontram nos mecanismos de poder o “suporte móvel das correlações de força”<sup>204</sup>, garantindo nelas a manutenção dos valores hierarquizantes, apesar das disputas permanentes.

Hector e Ricardo, militantes da Frente de Libertação Argentina<sup>205</sup>, sujeitos exilados, tem uma nota publicada no canto da página da sessão “Esquina”, da edição 08

---

<sup>199</sup> LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 22.

<sup>200</sup> FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2011, p. 55.

<sup>201</sup> Idem, ibidem, p. 55.

<sup>202</sup> Idem, ibidem, p. 102.

<sup>203</sup> Idem, ibidem, p. 103.

<sup>204</sup> Idem, ibidem, p. 103.

de janeiro de 1979, onde fazem reflexões sobre a sociedade em que vivem, no ano de 1979. Nela, revelam uma sociedade extremamente marcada por “hierarquias opressoras”, definida por “papéis sociais”, onde a não inserção nesse sistema os leva a “desmoralização, perversão” e conseqüente inferiorização social<sup>206</sup>. Isso ocorre, por vivermos em uma sociedade calcada por um sistema baseado “em uma verdadeira corrente de hierarquias”, em que a “monogamia patriarcal reconhece só dois papéis sexuais”, muito bem estabelecidos e impostos, o masculino e o feminino, e “toda manifestação que saia destes limites se converte automaticamente numa coisa maldita, suspeita e ingressa no mundo das anormalidades, degenerescências”<sup>207</sup>.

Essas imposições sobre os corpos definem e designam as identidades desviantes, aquelas definidas para assegurar o status da norma, de acordo com Foucault. Nesse sentido, segundo Louro, “investimos muito nos corpos. De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais”<sup>208</sup>. Não por acaso,

[...] nesses processos de reconhecimento de identidades inscreve-se, ao mesmo tempo, a atribuição das diferenças. Tudo isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade. [...] De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às suas margens. Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como “o segundo sexo”, e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual<sup>209</sup>.

Não por acaso, também, Hector e Ricardo problematizam essa existência de papéis sexuais binários, masculino / feminino, pois são representações de uma cultura que parece impossibilitar, por exemplo as transexuais e as travestis de viverem plenamente a sua sexualidade dentro da sociedade ou de uma norma social, a partir do

---

<sup>205</sup> HECTOR E RICARDO. Louca e muito da baratinada. *Lampião da Esquina*, nº 8, janeiro de 1979, p. 4.

<sup>206</sup> Idem, *ibidem*, p. 4.

<sup>207</sup> Idem, *ibidem*, p. 4.

<sup>208</sup> LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 15.

<sup>209</sup> Idem, *ibidem*, p. 15.

momento que lhes é exigido a definição de sua identidade a partir da lógica binária do sistema sexo – gênero masculino/feminino. Nesse sistema, é requisitado que travestis e transexuais definam sua identidade dentro do padrão binário do sistema sexo – gênero, em que a elas não é permitido ser o terceiro ou quarto sexo.

Para isso, Louro afirma que vivemos em uma sociedade determinada pela “concepção binária do sexo”, calcada nas diferenças sexuais entre o masculino e o feminino, identidades dadas que “impõe, portanto, limites à concepção de gênero e torna a heterossexualidade o destino inexorável, a forma compulsória da sexualidade”<sup>210</sup>. Sendo assim, ultrapassar os não-lugares, “as descontinuidades, as transgressões e as subversões que essas três categorias (sexo – gênero – sexualidade) podem experimentar são empurradas para o terreno do incompreensível ou do patológico”<sup>211</sup>.

Nesse sentido, refletindo com Foucault e Louro, ao analisar a nota de Hector e Ricardo é possível observar que as travestis e transexuais ao negarem o papel masculino, são reféns de um sistema que cobra que elas sejam “mulher com todas as características e taras que o costume e a tradição ordenam”<sup>212</sup>, ideais de submissão, delicadeza, sedução, serão exigidos a elas, “as mãos muito bem tratadas, mostrarão anéis, e o queixo tenderá a elevar-se”<sup>213</sup>, representando assim o papel de “mulher ideal, modelo confeccionado pelo sistema”<sup>214</sup>, modelo que “na realidade não existe”<sup>215</sup>.

Sendo assim, eles ainda definem que essas representações de gênero veiculadas na edição 8, de janeiro de 1979, além desses questionamentos quantos aos papéis sociais designados ao masculino e ao feminino, eles observam que

A sociedade na qual vivemos se baseia principalmente na exploração de uma classe por outra, e em uma verdadeira corrente de hierarquias opressoras. Esta estrutura exige, por exemplo, com premente necessidade, que a sexualidade esteja codificada e adaptada em função

---

<sup>210</sup> LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 84.

<sup>211</sup> Idem, ibidem, p. 84.

<sup>212</sup> HECTOR E RICARDO. Louca e muito da baratinada. Lampião da Esquina, nº 8, janeiro de 1979, p. 4.

<sup>213</sup> Idem, ibidem, p. 4.

<sup>214</sup> Idem, ibidem, p. 4.

<sup>215</sup> Idem, ibidem, p. 4.

desta ordem que, nunca é demais dizê-lo, se caracteriza por seus toques de alienação<sup>216</sup>.

É notório o caráter diferenciador daquela ordem, que institui desigualdades, baseada no sistema construído e reiterado pelo discurso falocêntrico, em que o outro, o diferente, é lido no interior de um sistema cultural hierarquizado, e ocupa um lugar social inferior. Assim, acompanhando a reflexão de Louro, “ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina”<sup>217</sup>.

A pensadora nos permite observar a binarização do gênero pela ótica problematizadora das identidades de caráter homogeneizador, estático, criadas por um sistema baseado na heterossexualidade compulsória. Sob suas reflexões, ela nos instiga a questionar todo esse sistema, ao afirmar que,

[...] podemos (e devemos) duvidar dessas verdades e certezas sobre os corpos e a sexualidade que vale a pena pôr em questão as formas como eles costumam ser pensados e as formas como identidades e práticas têm sido consagradas ou marginalizadas. Ao fazer a história ou as histórias dessa pedagogia, talvez nos tornemos mais capazes de desarranjá-la, reinventá-la e torná-la plural<sup>218</sup>.

Dessa forma, desnaturalizar as representações, perceber sua historicidade, ou seja, interrogar os discursos, enunciados, a construção das identidades, assim como duvidar das certezas formuladas sobre corpos e a sexualidade, questionando toda essa força coerciva de cristalização das identidades sociais, sua positividade no sentido de acionar e fazer operar desigualdades na leitura do mundo social, e seu poder de criar assimetrias e inferioridades, é também uma forma de produzir uma alteração no discurso dominante. Trata-se de uma maneira de desconstruir representações da sociedade baseadas no sexo biológico, sobretudo em relação à construção de imagens binárias e identitárias, tal como a imagem de “verdadeira mulher” ou de qualquer “identidade verdadeira”.

Não por acaso, pensando nessas desnaturalizações, desconstrução e subversão desse sistema de hierarquias, por meio do questionamento, do diálogo e da exposição de ideias, é que se percebe aqui, como algumas reportagens veiculadas nas páginas do *Lampião da Esquina* contribuem para a crítica a uma sistema heteronormativo calcado

---

<sup>216</sup>HECTOR E RICARDO. Louca e muito da baratinada. *Lampião da Esquina*, nº 8, janeiro de 1979, p. 4.

<sup>217</sup>LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 9.

<sup>218</sup>Idem, *ibidem*, p. 22.

em bases falocêntricas. A produção, a discussão e a publicação de tais reportagens supracitadas demonstram a problematização de questões importantes já naquele momento, que contribuem para a crítica de tal sistema e conseqüentemente apresenta alternativas para uma possível mudança ou deslocamento.

### **2.3 Outras experiências de mulheres: reflexões sobre a inferiorização do corpo feminino.**

Algumas matérias veiculadas no jornal *Lampião da Esquina*, publicações assinadas por pessoas que não compõem o corpo editorial do jornal, podem dizer muito a respeito dos valores e ideais que circulavam e se pretendem abordar pelo periódico. Nesses diálogos, espontâneos, recortados ou selecionados pelos editores, percebe-se algumas discussões importantes, em que há o questionamento das estruturas vigentes, dos padrões normativos, e da sexualidade, especificamente da heterossexualidade como única opção, mais que isso, dos padrões normativos binários de homem e mulher.

Na edição 11, por exemplo, o jornal dá visibilidade a uma feminista, integrante de um pequeno grupo de reflexões, em que ela desabafa sobre sua trajetória de vida, suas experiências. Ainda relata a situação vivida quando criança, e depois de casada, visibilizando o papel que ela, como mulher, ocupa na sociedade, especificamente a partir de sua experiência:

Compreendi que a mulher, na ideologia burguesa, é antes esvaziada de qualquer especificidade para depois receber as rédeas da casa. A “rainha do lar”. Essa é a convenção mais hipócrita já criada pela sociedade. No universo burguês a mulher não passa de um túmulo caiado onde o homem deposita todas as suas frustrações das competições masculinas e, em momentos de distração, também seu sêmen. O horror desse quadro me atingiu como um raio. – Três meses depois meu casamento acabava e passei a lutar contra qualquer tipo de ordem que ferisse meus novos sentimentos<sup>219</sup>.

---

<sup>219</sup> BITTENCOURT, Francisco. Perfil de uma feminista brasileira. *Lampião da Esquina*, nº 11, abril de 1979, p. 10.

Tal depoimento revela as pressões vividas e essas imposições e cobranças de um padrão de mulher a ser seguido, no qual e pelo qual as relações são hierarquizadas. O objetivo, de acordo com a representação construída desde Rousseau, e aqui explicitamente reiterada – a rainha do lar -, nessas famílias, é que a mulher cumpra seu papel de gestora do lar, responsável pela procriação e criação dos filhos, na qual recai toda função e, em casos de fracassos, culpa sobre o bem estar do lar. Sobre a maternidade, quando explicada com base na resultante biológica ou nos ideais de “necessidade de procriar para que o humano não desapareça”<sup>220</sup>, não se justifica. Swain esclarece como ela é histórica, social e culturalmente construída, e acrescenta:

A maternidade, por sua vez, é o resultado de significações sociais e torna-se assim um fato “de natureza” extensivo a toda uma parte do humano, uma essência definindo os corpos e os seres soletrados no feminino. Assim, o materno não é visto aqui como uma tara da qual as mulheres devem se libertar, mas como um sentido social que aprisiona e desenha os corpos, os desejos e o ser no feminino<sup>221</sup>.

Não por acaso foi e é permanentemente construída uma representação do feminino calcada na maternidade, e Swain contribui ao apontar essa prática carregada de símbolos e significados como um meio de controle do corpo feminino, sem querer negar a possibilidade da maternidade, mas formulando um questionamento frente à dominação do corpo da mulher.

Ainda na mesma matéria nas páginas do *Lampião da Esquina*, são questionadas as representações da domesticidade atribuída ao feminino, entre outros papéis designados à mulher. Sobre isso ela afirma:

Tinha de esperar que minha mãe me passasse o cetro do poder doméstico, da repressão caseira. Felicidade, liberdade, prazer: palavras desconhecidas do vocabulário feminino familiar<sup>222</sup>.

---

<sup>220</sup>SWAIN, Tânia Navarro (org.). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 Feminismos: Teorias e Perspectivas, pp. 47-85, 2000, p.55.

<sup>221</sup>Idem, ibidem, p.55.

<sup>222</sup>BITTENCOURT, Francisco. Perfil de uma feminista brasileira. *Lampião da Esquina*. n° 11, abril de 1979, p. 10.

Talita Vasconcelos, questiona essa questão ao apontar as problemáticas na constituição de um ideal de mulher, “a posse do lar e as funções de esposa e mãe”<sup>223</sup> são questões que são postas como necessárias à mulher, “é aquilo que lhe dá uma significação especial lhe confere um lugar único, especial, insubstituível, ou seja, lhe dá um significado social”<sup>224</sup>.

E é justamente a discussão e subversão dessa construção que poderá possibilitar a fuga de tais papéis. Como é afirmado no relato:

Não acredito em relações hierarquizadas, de cima para baixo. Por isso, cada vez mais, estou participando de reuniões de grupos pequenos, de espírito comunitário, onde os problemas são discutidos em pé de igualdade e todas nós podemos nos expressar sem medo de ser reprimidas ou censuradas<sup>225</sup>.

Em tal desabafo, ela expõe como ocorrem essas construções de papéis em nossa sociedade e possibilidades para sua desconstrução. Carneiro questiona esses discursos que produzem e reproduzem as experiências do feminino atreladas à imagem da mulher-mãe, como “referentes importantes naquele imaginário social, levando-se em conta a força das representações globais e totalizantes que desenham e delimitam identidades em processos históricos de produção de sentidos e de relações sociais”<sup>226</sup>. Nesse sentido, ela ainda afirma que

A maternidade é um elemento articulador nesse sistema que condiciona a existência da mulher à função natural e obrigatória da reprodução. Ela figura, portanto, como evidência que identifica o corpo e o lugar do feminino na cultura do patriarcado e, atrelado a seu destino biológico, serve também à reprodução simbólica do próprio sistema político que engendra relações desiguais e assimétricas nas diferentes culturas<sup>227</sup>.

Não por acaso, na sociedade burguesa, em que a maternidade é historicamente colocada quase de maneira obrigatória para existência da mulher, no caso das lésbicas, elas são imediatamente inferiorizadas, por negarem esse papel a elas designado. Sobre

---

<sup>223</sup>VASCONCELOS, Talita Rafaela Araújo. “Da mulher para a mulher”: representações do feminino, a reiteração da norma e a denúncia dos “desvios” na revista *O Cruzeiro* (1940-1963). 2014. 209 f. Monografia (Curso de História), p. 20.

<sup>224</sup>Idem, *ibidem*, p. 20.

<sup>225</sup>BITTENCOURT, Francisco. Perfil de uma feminista brasileira. *Lampião da Esquina*. nº 11, abril de 1979, p. 10.

<sup>226</sup>CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Procura-se “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. 418 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 162.

<sup>227</sup>Idem, *ibidem*, p. 304.

isso, na edição de nº 12, de maio de 1979, em uma matéria não assinada, na sessão “reportagem”, o assunto tratado é a homossexualidade feminina. Com forte teor de denúncia e questionamento de posições calcados no falocentrismo, a matéria não assinada questiona aquilo que pode ser pensado como a principal preocupação social referentes às relações lésbicas.

E a primeira pergunta que surge é sempre: “Mas o que duas mulheres podem fazer na cama”<sup>228</sup>? ou “Como elas podem fazer alguma coisa, se lhes falta um elemento essencial”?<sup>229</sup>. Esses dois questionamentos, apontados na matéria, permitem perceber a presença do binarismo de gênero na ordem heteronormativa, nesse caso, nos revela uma sociedade pautada no falocentrismo, em que o órgão genital masculino é colocado como central e essencial em todas as relações. Em uma relação gay, ou aquela em que o discurso se refere à homossexualidade masculina, dificilmente será questionado sobre as relações sexuais desse grupo, afinal, ainda que considerados “sujeitos abjetos” eles possuem um pênis, e subentende-se que algo há de ser feito com ele, visto que, nesse sistema, ele é o detentor do poder, e crucial nas relações sexuais e sociais.

Foucault, pensando nesses dispositivos produtores de verdade, vai destacar como o dispositivo da sexualidade está inscrito em nosso meio:

[...] somos forçados a saber a quantas anda o sexo, enquanto ele é suspeito de saber a quantas andamos nós. [...] o Ocidente conseguiu não somente e nem tanto anexar o sexo a um campo de racionalidade, o que sem dúvida, nada teria de extraordinário, tanto nos habituamos, desde os gregos a esse tipo de “conquista”; mas sobretudo colocarnos, inteiros – nós, nosso corpo, nossa alma, nossa individualidade, nossa história – sob o signo de uma lógica de concupiscência e do desejo. Uma vez que se trate de saber quem somos nós, é ela, doravante, que nos serve de chave universal.<sup>230</sup>

Tal como afirma Foucault somos impelidos a analisar nossas atitudes, perceber cada desvio as normatizações e em relação ao sexo, um infundo processo de auto confissão, em que o desvio, o estéril, o anormal não deve existir, e caso se abra espaço para ele, “receberá este *status* e deverá pagar as sanções”<sup>231</sup>, por sua não normalidade. Discutir essa questão posta no jornal sobre as lésbicas se faz importante para pensar na construção do discurso sobre o sexo nas páginas do *Lampião da Esquina*, se ele é visto

---

<sup>228</sup> NÃO somos anormais. *Lampião da Esquina*, nº12, maio de 1979, p. 8.

<sup>229</sup>Idem, *ibidem*, p. 8.

<sup>230</sup>FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2011, p.76.

<sup>231</sup> Idem, *ibidem*, p. 10.

socialmente como reprodução, aqui, nas reportagens apresentadas, ele se apresenta enquanto reivindicação do direito ao prazer, ao gozo e aos orgasmos. Não por acaso isso é trazido nessas páginas. Sobre isso, é perspicaz pensar no sexo como objeto de prazer, justamente porque somente o sexo como gozo poderia contemplar os/as homossexuais, em consequência da “impossibilidade de reprodução”. Na lógica do sexo como reprodução, as relações homossexuais estariam fora do padrão, assim como as relações entre casais estéreis, ou aqueles que não desejam ter filhos, entretanto, ao pensar nas relações não apenas como reprodução, poder-se-ia permitir observar as relações homossexuais não como anormalidade, mas como outra possibilidade de prazer.

Seguindo pela mesma matéria, é afirmado que para se embasar o discurso de anormalidade, doença, e conseqüentemente inferiorizar essa parcela da população, é utilizado o discurso de que “é contra a natureza”<sup>232</sup>, mas esquecem que “basta passar algum tempo numa fazenda ou olhar pelas ruas”<sup>233</sup> e perceber que entre os animais “existem relações homossexuais”<sup>234</sup>. O jornal parece querer invocar novamente o discurso da “natureza” para afirmar o contrário do que a ordem social costuma reiterar, e não sei se esses argumentos cabem para contrapor um discurso tradicionalista, calcado em bases heteronormativas, mas

É difícil de acreditar, levando-se em conta os dados fundamentais da evolução, que um comportamento que aparece com grande regularidade em quase todos os mamíferos e, em particular entre os primatas, seja uma anomalia completamente aberrante em nossa espécie<sup>235</sup>.

Apesar dessa constatação, da presença de relações entre animais do mesmo sexo, em nossa sociedade o que se verifica é essa denúncia apresentada na matéria, de construção da sexualidade como anomalia, ou aberração das relações homossexuais em nossa sociedade. Para isso, Butler contribui para pensar sobre esses seres abjetos, excluídos e inferiorizados

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social,

---

<sup>232</sup>NÃO somos anormais. *Lampião da Esquina*, nº12, maio de 1979, p. 8.

<sup>233</sup>Idem, *ibidem*, p. 8.

<sup>234</sup>Idem, *ibidem*, p. 8.

<sup>235</sup>Idem, *ibidem*, p. 8

que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito, mas cujo habitar sob signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito<sup>236</sup>.

Nesse sentido, a homossexualidade feminina compõe tal espaço, o de não-espaço, aquele do qual o “habitável”, o “normal”, depende para existir.

Nessa mesma matéria, outra questão que não costumava aparecer nos jornais ou no discurso social, é o orgasmo feminino, negado por muitos anos por cientistas,

Orgasmo feminino sempre foi um caso sério. Até o início deste século a própria existência do orgasmo feminino não era oficialmente reconhecida. É claro que algumas mulheres sentiam prazer na relação sexual e gozavam, mas não podiam falar nisso; principalmente a um homem [...] <sup>237</sup>.

Observo, portanto, que o periódico cria espaço para a discussão de temas tabu, e pretende abordá-los de maneira questionadora, interrogando os estereótipos e as representações da sociedade. Alguns textos, nessa direção, procuram discutir a naturalização dos corpos, dos papéis sexuais e do prazer que se embaraçam no discurso biológico, embasando ideais de servilismo e inferiorização, justificando o papel da mulher e criando um ideal de “verdadeira mulher”.

Assim, as matérias do jornal demonstram uma posição de contestação na sociedade e buscam abrir espaços de discussão sobre representações da sexualidade. Representações, inclusive, construídas pelo discurso médico ou científico. O meio científico não escapa ao domínio do discurso de verdade, ele está impregnado desses valores. Como observa Louro:

Nos dois últimos séculos, a sexualidade tornou-se objeto privilegiado do olhar de cientistas, religiosos, psiquiatras, antropólogos, educadores, passando a se constituir, efetivamente, numa “questão”. Com base nas mais diversas perspectivas, desde então, ela vem sendo descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada, normatizada<sup>238</sup>.

---

<sup>236</sup>BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’. In: LOURO, Guacira. L. O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 155.

<sup>237</sup>NÃO somos anormais. Lâmpião da Esquina, nº12, maio de 1979, p. 8.

<sup>238</sup>LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p.27.

Segundo Louro, isso ocorre por meio das mais diversas instituições, “estado, as igrejas ou a ciência”<sup>239</sup> que contribuem para a manutenção desses valores que dizem a verdade sobre os corpos.

Sobre essas questões, é importante pensar alguns conceitos, como Foucault, que a verdade sobre o sexo foi construída sob apoio de “uma prática médica insistente e indiscreta, volúvel no proclamar suas repugnâncias, pronta a correr em socorro da lei e da opinião; mais servil ante às potências da ordem do que dócil às exigências da verdade”<sup>240</sup>. Justificando agir em nome de um ideal higienista, “em nome de uma urgência biológica e histórica, justificava os racismos oficiais, então iminentes. E os fundamentava como verdade”<sup>241</sup>.

Ao longo da história do ocidente, na modernidade, é possível perceber a construção e operação desses mecanismos, de que fala Foucault, que tentam controlar o corpo e ditar normas. Isso é notado quando são nítidas as práticas de marginalização de práticas consideradas como sexualidades desviantes, ou seja, não condizentes com o padrão normal, ambos construídos.

Retomando o jornal, observei a abordagem da representação da sexualidade desviante, anormal, patológica ou pecadora, quando seguindo na mesma matéria o redator infere que

Os homossexuais carregam uma enorme carga de culpa por causa desse tipo de conceito. No momento de se definirem sexualmente, como suas preferências são diferentes da maioria, ou caem no rol dos pecadores ou caem no rol dos doentes (quando não juntam as duas coisas e não são perseguidos ou denunciados como criminosos)<sup>242</sup>.

Todo esse processo de inferiorização é efeito de disputas e esforços das mais diversas instituições que tentam dizer a verdade sobre o sexo, ou seja, do dispositivo da sexualidade em operação<sup>243</sup>. Weeks, afirma que

---

<sup>239</sup>LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p.27.

<sup>240</sup>FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2011, p. 62.

<sup>241</sup>Idem, ibidem, p. 62.

<sup>242</sup>NÃO somos anormais. Lâmpião da Esquina, nº12, maio de 1979, p. 9.

<sup>243</sup> O dispositivo da sexualidade “funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder”. E sob seu interesse estão “as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues e imperceptíveis que sejam”. Sendo assim, “o dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações cada vez mais global”. In: FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2011, p. 117-118.

Podemos observar, nos últimos dois séculos, a intervenção da medicina, da psicologia, do trabalho social, das escolas e outras instâncias, todas procurando nos dizer quais as formas apropriadas para regular nossas atividades corporais<sup>244</sup>.

Em uma matéria assinada pelo Grupo Somos, de maio de 1979, é afirmado que a condenação oficial da homossexualidade ocorreu primeiramente no Ocidente e estava diretamente ligada à questão religiosa, anos depois passou a ser considerada “uma doença congênita”<sup>245</sup>, em torno da década de 1970 passou a ser alvo de discussão entre psiquiatras e cientistas, acreditando eles, ser uma “doença mental”<sup>246</sup>, ou para alguns mais progressistas “uma possibilidade natural de expressar a sexualidade”<sup>247</sup>. Nessa perspectiva, cabe analisar que essas instituições na tentativa de criar um dispositivo de controle da sexualidade, ditam normas sociais e criam padrões hierarquizados. Todas essas questões acarretam a organização de uma norma de um desvio, e no caso específico dos gays e das lésbicas, um aprisionamento nessa identidade criada pela norma para designar a inferioridade desses grupos que passam a ser considerados desviantes.

Como na matéria assinada pelo Grupo Somos, a homossexualidade muitas vezes é lida como uma forma de classificação e homogeneização de um grupo social, e essa tendência deveria ser quebrada:

Contrariando à opinião generalizada, as mulheres homossexuais são um grupo extremamente heterogêneo nas sociedades em que vivem. Elas têm em comum a atração por outras mulheres, mas expressam de maneira muito diferentes suas tendências. Mas todo mundo considera as homossexuais unicamente em função de sua vida sexual. “Cruzes, ela dorme com mulheres!”, exclamam. E pronto: ela está identificada, classificada, condenada. O que essa mulher possa ser, fora isso, não tem a menor importância<sup>248</sup>.

Ao assumir o seu desejo pelo outro do mesmo sexo, logo uma identidade lhe designa um rol de características pré- estabelecidas. Sobre essas identidades, Jeffrey Weeks vai tratar dessa questão e problematizá-la, evidenciando a complexidade e ambiguidade da identidade sexual:

---

<sup>244</sup>WEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 42.

<sup>245</sup>GRUPO SOMOS. Só queremos ser entendidas. *Lampião da Esquina*, nº 12, maio de 1979, p. 11.

<sup>246</sup>Idem, *ibidem*, p. 11.

<sup>247</sup>Idem, *ibidem*, p. 11.

<sup>248</sup>Idem, *ibidem*, p. 11.

Examinemos agora a questão das identidades sexuais num contexto mais amplo. A idéia de uma identidade sexual é uma idéia ambígua. Para muitos, no mundo moderno, é um conceito absolutamente fundamental, oferecendo um sentimento de unidade pessoal, de localização social e até mesmo de comprometimento político. Não são muitas as pessoas que podemos ouvir afirmando "eu sou heterossexual", porque esse é o grande pressuposto. Mas dizer "eu sou gay" ou "eu sou lésbica" significa fazer uma declaração sobre pertencimento, significa assumir uma posição específica em relação aos códigos sociais dominantes<sup>249</sup>.

Weeks aponta uma questão importante sobre essas identidades criadas para representar determinados grupos sociais, aqui, ele as apresenta ressignificadas, atreladas à ideia de pertencimento, conforto e localização.

Assim, é importante pensar ainda nessas identidades, quiçá homogeneizadoras, como facilitadoras da militância, para se adquirir direitos no hoje, já que é por meio delas que se faz possível obter avanços e conseguir conquistas para esses grupos na sociedade. Mas, apesar dela ser substancial na aquisição de direitos, ela deve, por outro lado, ser imediatamente questionada e desconstruída dentro do próprio movimento homossexual, percebendo-a como uma forma de aprisionamento das multiplicidades e possibilidades. Ainda na reportagem é questionado esse aprisionamento:

O que se precisa é de espaço: as homossexuais não podem pagar tão caro por suas vidas. É preciso compreender, de uma vez por todas, que a condenação global de um ser humano, fundada unicamente sobre uma identidade que lhe é imposta pelo gueto, constitui uma discriminação global, uma violação, uma destruição da natureza humana própria de cada indivíduo. E, portanto, tem de acabar.<sup>250</sup>

O Grupo Somos, assim, contesta a violência da sociedade contra sujeitos sociais, a partir da construção dessas identidades discriminadas e construídas como desviantes.

Problematizando as lutas da contemporaneidade, ou seja, tratando historicamente a questão e pensando nas identidades múltiplas na pós modernidade, é importante trazer conceitos apresentados por Hall. Ele, que percebe na pós-modernidade uma "erosão da identidade mestra"<sup>251</sup>, percebendo que a noção dela como única e cristalizada é ilusória e que aos poucos vai abrindo espaço para a percepção de que elas se constituem "de acordo como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação

---

<sup>249</sup>WEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 69.

<sup>250</sup>GRUPO SOMOS. Só queremos ser entendidas. *Lampião da Esquina*, nº 12, maio de 1979, p. 11.

<sup>251</sup>HALL, Stuart. A identidade cultural na pós modernidade. [S.I.]: Lamparina, 2014, p. 16.

não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida”<sup>252</sup>, e sobre ela, “existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade”<sup>253</sup>, temos a ilusão das identidades como fixas, mas na verdade elas são transitórias e variam de acordo com as mais diversas relações que vivemos.

Na mesma linha, o Grupo Somos afirma que sem desmerecer os guetos, que são importantes espaços de afirmação das identidades, e espaços de luta e reivindicação de direitos, é preciso problematizar a “condenação global de um ser humano, fundada unicamente sobre uma identidade que lhe é imposta”<sup>254</sup>, nesse sentido, a identidade lésbica não deve ser vista como única, mas sim, como uma mais dentre as várias que constituem o ser, mais que isso, mesmo essa identidade lésbica, não é monolítica, cristalizada, ela é plural, múltipla e heterogênea.

Sendo assim, pensando nas identidades, Hall define que

Ela sempre está incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. [...] Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros<sup>255</sup>.

Como destacado e reiterado, as identidades são múltiplas e diversas. É importante perceber como vão sendo construídas importantes críticas a esse sistema heteronormativo, produtor de identidades inferiorizadas, nas páginas do *Lampião da Esquina*. Na reportagem supracitada, em que se abre espaço para o Grupo Somos publicar uma matéria sobre a homossexualidade feminina, é demonstrada a importância do jornal na contestação e desconstrução de tais estruturas normativas ao endossar tais reportagens, nas quais, por meio da discussão da homossexualidade feminina, permite desconstruir estereótipos, contestar imposições e problematizar discursos naturalizados.

Em outro momento, sobre a construção das identidades, na edição 14, de julho de 1979, Susan Besse redige uma matéria refletindo sobre o novo programa da Rede Tupi, um programa “totalmente realizado por mulheres, envolvendo um grande número

---

<sup>252</sup>HALL, Stuart. A identidade cultural na pós modernidade. [S.I.]: Lamparina, 2014, p. 16.

<sup>253</sup>Idem, ibidem, p. 24.

<sup>254</sup>Idem, ibidem, p. 11.

<sup>255</sup>Idem, ibidem, p. 24 -25.

de mulheres de várias classes e profissões”<sup>256</sup>, que tem como enfoque dicas de culinárias, para “ensinar às mulheres o preparo de refeições simples em apenas dez minutos”<sup>257</sup>, além de menstruação, problemas na relação sexual do casal, tendo como foco que elas descubram “como ser uma boa mulher”<sup>258</sup>. Em vista dos temas tratados na TV, Besse na matéria publicada no *Lampião de Esquina*, questiona o porquê de todas essas questões estarem sendo tratadas na TV, e não o aborto, ou a sexualidade, sem que a frustração do casal na cama recaia sobre a mulher.

Mas, além de culinária, prendas domésticas, educação dos filhos, moda e beleza, podemos incluir entre os assuntos aceitáveis masturbação, orgasmo, fantasias sexuais, perda de virgindade e métodos anticoncepcionais. Quem sabe mesmo poderíamos, num futuro próximo, acrescentar à lista o sexo antes do casamento e o aborto ?<sup>259</sup>

Maria Lúcia Vannuchi contribui para pensarmos o assunto e entender o porquê de um programa de televisão feito por mulheres e a elas direcionado eleger determinados temas em detrimento a outros, a partir das representações veiculadas do feminino,

Às meninas estão reservadas atividades lúdicas que reproduzem o universo doméstico, preparando-as para a gestão do lar. Recebem como presentes: boneca, panelinha, fogãozinho, vassourinha e, dependendo do poder aquisitivo das famílias, toda uma parafernália eletro-eletrônica de utensílios domésticos em miniatura para brincarem de “casinha”, para aprenderem a ser boas mães, expostas exemplares, e eficientes donas-de-casa. Nelas, são incentivadas posturas docéis, de aquiescência e submissão, traduzidas como predicados de feminilidade<sup>260</sup>.

Tais apontamentos permitem problematizar, como faz o *Lampião*, o fato de um programa de televisão direcionado às mulheres reproduzir aquelas representações cristalizadas e por isso estaria ensinando como cozinhar em dez minutos. Tal como aponta Besse, as tarefas de casa nesse caso “a cozinha, como vemos, é ainda tarefa feminina”<sup>261</sup>. Isso ocorre porque vivemos em uma sociedade demarcada por representações sociais, pelas quais as meninas são designadas desde a infância às tarefas

---

<sup>256</sup>BESSE, Susan. Nova mensagem para a mulher: “conforme-se”. *Lampião da Esquina*, nº 14, julho de 1979, p. 5.

<sup>257</sup>Idem, *ibidem*, p. 5.

<sup>258</sup>Idem, *ibidem*, p. 5.

<sup>259</sup>Idem, *ibidem*, p. 5.

<sup>260</sup>VANNUCHI, Maria Lúcia. A construção das identidades de gênero. In: *Caderno Espaço Feminino*, Volume 26, nº 1, EDUFU, 2013, p.64.

<sup>261</sup>BESSE, *op.cit.*, p. 5.

domésticas, não por acaso, mesmo com a inserção no mercado de trabalho, elas seguiram reféns desse sistema, e continuaram responsáveis pelas atividades do lar. Daí a importância do questionamento de Besse sobre essas representações, no qual ela reivindica discussões referentes à sexualidade, aborto e direito ao próprio corpo.

Sendo assim, segundo a autora do artigo, a mulher segue sendo a grande responsável pela felicidade conjugal, e quando existem problemas, a culpa recai sobre elas. As mulheres são ensinadas a “não ficar zangadas amargas ou violentas”<sup>262</sup>, ou seja, são disciplinadas para se tornarem corpos dóceis. Assim, docilidade e calma são introjetadas nelas desde o primeiro dia de vida, e caso algo dê errado na relação, a recomendação é que elas devem “olhar para trás para ver o que”<sup>263</sup> fizeram de errado, afinal, se fossem “melhores esposas os casamentos não ruiam...”<sup>264</sup>.

Sobre isso, percebo como as normas e as formas de pensamento vão sendo construídas socialmente, questão que não por acaso se confirma com o programa da TV Tupi revelando como modos de pensar e agir vão sendo reiterados por diversos mecanismos de poder. Segundo Teresa de Lauretis, essas são tecnologias em operação, já que

[...] a construção do gênero ocorre hoje através das várias tecnologias do gênero (p- ex., o cinema) e discursos institucionais (p. ex., a teoria) com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e “implantar” representações de gênero<sup>265</sup>.

É justamente pela problemática dessa reiteração, ou seja, dessas representações de gênero, que a crítica de Besse parece querer contestar ou contrariar um programa de TV feito por mulheres, que reproduz o discurso hegemônico e contribui para essa construção de mulheres alinhadas aos ideais normativos, repetindo imagens fixas que se referem a uma “verdadeira mulher”, por isso, ao colocar em discussão a repetição de uma norma pela mídia, o discurso do jornal parece formular uma crítica. Assim, parece contribuir para quebrar essa tecnologia do gênero e desconstruí-la, ou seja, mostrar como ela é formulada e opera, seria um importante meio para avançar com os ideais feministas. Besse afirma, por exemplo, que:

---

<sup>262</sup>BESSE, Susan. Nova mensagem para a mulher: “conforme-se”. *Lampião da Esquina*, nº 14, julho de 1979, p. 5.

<sup>263</sup>Idem, *ibidem*, p. 5.

<sup>264</sup>Idem, *ibidem*, p. 5.

<sup>265</sup>LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque. *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 228.

Não gostamos de admitir que enquanto princípios básicos ficarem intocados os sintomas que manifestamos serão silenciosamente reproduzidos *ad infinitum*. É muito mais difícil inventar ou criar alguma coisa original do que continuar repetindo. No último caso, somos recompensados com sorrisos e aprovação social. No primeiro – dado que a invenção implica em denúncia e destruição – geralmente sofreremos. Infelizmente, a lógica comercial da TV adere ao sorriso e a aprovação social<sup>266</sup>.

Desviar-se dessa lógica imposta é tarefa árdua, como observa Besse e também define Louro, já que as “tecnologias de poder” são responsáveis pelo estabelecimento de um código identitário, que se apropria da verdade sobre o sexo e também o estabelece e reitera. São justamente essas tecnologias que agem das mais diversas formas tornando complexo desviar-se da norma e optar pelo novo, ou pelo não natural. Nesse sentido, ela postula que

Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas; outras vezes, contudo, essas instâncias disponibilizam representações divergentes, alternativas, contraditórias<sup>267</sup>.

O sistema falocêntrico, sexista, ao constituir o padrão e ser aceito, constrói também o não aceito, sendo este hostilizado, inferiorizado, permitindo assim, uma sustentação dos ideais sexistas, uma vez que desviar-se dele é condicionar-se a não aprovação social e condenar a viver na margem. Isso pode ser pensado em relação às imposições identitárias, de como determinada representação norteia valores e padrões de comportamentos nos indivíduos.

---

<sup>266</sup> BESSE, Susan. Nova mensagem para a mulher: “conforme-se”. *Lampião da Esquina*, nº 14, julho de 1979, p. 5.

<sup>267</sup> LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 25.

## CAPÍTULO 3 MOVIMENTOS DE MULHERES NAS PÁGINAS DO *LAMPIÃO*

### 3.1 Mulheres em movimento, corpos que lutam.

Na edição nº 5, de outubro de 1978 João Silvério Trevisan analisa o lançamento da Carta dos Direitos da Mulher, “elaborada em conjunto por alguns grupos feministas organizados (jornais Nós Mulheres e Brasil Mulher, Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, Grupo de mulheres da Zona Norte)”<sup>268</sup> e algumas ativistas feministas independentes. Sobre essa carta, ele afirma que ela tem como conteúdo uma análise da situação das mulheres no país, em que elas protestam

Contra a injusta divisão social que torna o trabalho da mulher ignorado ou desvalorizado; condena a manipulação que os meios de comunicação fazem da mulher, prisioneira da dicotomia “símbolo sexual – rainha do lar”; e propõe uma detalhada lista de exigências relativamente à família, educação, saúde, formação profissional e trabalho<sup>269</sup>.

Nessa carta, as mulheres reivindicam a “criação de berçários e creches nos bairros e empresas; criação de lavanderias públicas”.<sup>270</sup> Além disso, ressaltam a importância da “igualdade de direitos e deveres entre homem e mulher dentro da família”.<sup>271</sup> Demandadas sublinhadas pelo editor como essenciais para desestabilizar a imagem padrão de mulher como “rainha do lar”, responsável pelos afazeres domésticos. Indo além, nessa carta, é visível e enunciada a importância de pílulas anti-concepcionais para homens e mulheres, e uma legislação em favor das mulheres que necessitam recorrer ao aborto. Junto a isso, demanda-se a “igualdade de salário entre homens e mulheres que tenham o mesmo tipo de profissão”<sup>272</sup>.

Todas essas reivindicações são importantes para o avanço de direitos das mulheres na sociedade, mas percebe-se que essas reivindicações estão atreladas a imagem de mulher – mãe, por isso, como destaca Swain, é importante que

---

<sup>268</sup>TREVISAN, João Silvério. Minorias e a política. *Lampião da Esquina*, nº 5, outubro de 1978, p. 6.

<sup>269</sup>Idem, *ibidem*, p. 6.

<sup>270</sup>Idem, *ibidem*, p. 6.

<sup>271</sup>Idem, *ibidem*, p. 6.

<sup>272</sup>Idem, *ibidem*, p. 6.

Os movimentos das mulheres vem criando espaços outros – heterotopias – práticas e teorias que atuam na representação de gênero e fora dela, na medida da crítica à produção e reprodução do sistema de sexo/gênero através das instituições sociais, entre as quais a heterossexualidade compulsória<sup>273</sup>.

Sendo assim, cabe a esses movimentos de mulheres alçarem vôos, conquistar espaços dentro desse sistema cultural, adquirindo direitos emergenciais, mas preocupando com seu deslocamento, fazendo a crítica a ele para formular outros discursos e contribuir para a mudança.

Sobre os movimentos de mulheres que aconteceram nesse período de existência do jornal, na Edição número 11, de abril de 1979, é possível observar discursos sobre o primeiro Encontro Nacional de Mulheres, ocorrido no Centro Cultural Cândido Mendes, em Ipanema, no Rio de Janeiro, no dia 08 de março, data em que se comemora o dia das mulheres.

Em 8 de março de 1906 houve o massacre de 129 operárias que se encerravam na Fábrica Têxtil Cotton, em Nova Iorque, reivindicando condições de trabalho – horário e salário – iguais às dos homens, sendo queimadas vivas pelo patrão eu ateou fogo na fábrica<sup>274</sup>.

O massacre é relatado por Leila Miccolis, na edição 11 de abril de 1979, e ganha visibilidade e força, também no evento que celebra a luta das mulheres:

A promoção foi do CMB – Centro da Mulher Brasileira – e constou do seguinte programa: dia 8, abertura, com a presença de diversas feministas compondo a mesa, inclusive Heloneida Sturdart. Dia 9: apresentação de grupos organizados, com relato sobre sua origem, objetivos e atividades; à noite, atividades culturais com projeção de filmes sobre creche e uso da mulher na propaganda. Dia 10, manhã: painel. “Situação da Mulher na Sociedade Brasileira”. A tarde, dinâmica de trabalhos com grupos sobre temas apresentados pela manhã, e, à noite, plenário das decisões dos grupos. Último dia: painel sobre o feminismo no Brasil sua formas de organização. A tarde, plenário, com leitura de documento final, votação de propostas, seguindo-se o encerramento.<sup>275</sup>

---

<sup>273</sup>SWAIN, Tânia Navarro (org.). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 Feminismos: Teorias e Perspectivas, pp. 47-85, 2000, p.49.

<sup>274</sup>MICCOLIS, Leila. Em vez de praia, discussão. *Lampião da Esquina*. n° 11, abril de 1979, p. 10.

<sup>275</sup>Idem, *ibidem*, p. 10.

Ainda sobre o evento, segundo Bittencourt, editor do jornal, ele contou com a participação de 347 mulheres que estavam ali para uma “reunião feminina e não feminista”. Ao que parece, talvez fosse importante ganhar outras mulheres de diferentes camadas da sociedade para o movimento, daí chamar a reunião de feminina, e não feminista. Nesse evento, o fato das “mulheres se encontraram para tratar de temas gerais, mais ligados à política nacional”<sup>276</sup> foi um dos motivos para Bittencourt deslegitimar tal encontro. Entre os temas principais do debate estavam: “arrocho salarial e à desigualdade salarial entre homens e mulheres, no trabalho noturno e, pairando acima de tudo à luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita”<sup>277</sup>. Seguindo a essas questões, Bittencourt afirma que elas trataram de temas referentes a

Falta de creches. Em nenhum momento a palavra “machismo” foi pronunciada ao microfone por quem quer que fosse. Ao contrário, os poucos “companheiros” presentes foram homenageados em grande estilo por Heloneida Studart, que pediu aplausos para “esses mutantes, os novos feministas, os homens”<sup>278</sup>.

Nesse sentido, tais reivindicações do encontro revelam as necessidades de mulheres que se inseriram no mercado de trabalho, e que estão contestando aquela identidade generizada ou fixa, que se refere aos papéis referentes à criação dos filhos. Como define Swain,

Assim, a identidade generizada se estabelece moldando os corpos e define o feminino. Desta maneira, o binômio sexo/ gênero se traduz de maneira implícita e natural em sexualidade reprodutiva, heterossexual e instala então a imagem da “verdadeira mulher”, cuja função materna desenha os contornos e as funções sexuais de um corpo sexuado<sup>279</sup>.

Nesse sentido, talvez aqui Bittencourt tenha razão, em questionar as reivindicações do encontro, mas Swain permite perceber como essa introjeção de uma identidade generizada está presente nos diferentes espaços, e até mesmo em organizações de mulheres em lutas por direitos. Apesar dessa constatação, cabe questionar se lutar por salários iguais, direito a creches, contra um sistema antidemocrático, não é ser feminista. Há fortes indícios de que o encontro foi composto

---

<sup>276</sup> BITTENCOURT, Francisco. No Rio e São Paulo, mulheres em assembléia Contra o mito do sexo frágil, em busca do próprio caminho. *Lampião da Esquina*. nº 11, abril de 1979, p. 9.

<sup>277</sup> Idem, *ibidem*, p. 9.

<sup>278</sup> Idem, *ibidem*, p. 9.

<sup>279</sup> SWAIN, Tânia Navarro (org.). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 Feminismos: Teorias e Perspectivas, pp. 47-85, 2000, p.49.

basicamente por mulheres elitizadas, a começar pelo local do encontro, depois pela escolaridade: “73% possuíam nível de instrução superior”<sup>280</sup>, e pela mensagem da “associação de Moradoras da Vila Kennedy (ex faveladas), que perguntava por que o Centro da Mulher Brasileira – CMB fazia seu encontro tão distante da Zona Norte e das populações mais pobres da cidade”<sup>281</sup>. Ainda assim, após tais constatações, quando Bittencourt nega o caráter feminista do evento, ele estaria deslegitimando e desconsiderando o empenho dessas mulheres em romper, dentro de suas possibilidades e, talvez, introduzindo também outras representações, com um ciclo de subordinação e inferiorização das mulheres. Não estaria Bittencourt reproduzindo o discurso dominante ao julgar o caráter do encontro? Dizer o melhor para as mulheres, as melhores pautas, ou reivindicações, não seria exercer seu poderio crítico, no lugar do referente fálico e paternalista sobre tal evento?

Silveira e Osterne percebem essa construção de representações sociais para homens e mulheres, já que aos homens “destina-se o mundo público, a política, a economia, as grandes decisões que influenciam no rumo tomado por toda a humanidade”<sup>282</sup>, e é justamente essa construção, calcada na tomada de decisões que nos permite perceber a presença dos ideais falocêntricos no discurso de Bittencourt, ao tentar dizer às mulheres o que elas devem ou não fazer enquanto movimento.

Bittencourt seguiu com a crítica, questionando a ausência de outros temas. “Em sexo também quase não se tocou, muito menos em prazer ou orgasmo”<sup>283</sup>, outros temas também não foram tratados, por exemplo:

A palavra menstruação, pronunciada uma única vez, revelou uma platéia pudica e nervosa, que riu baixinho, como se o pecado em pessoa tivesse entrado na sala. Sobre prostituição não se fez uma única referencia e em lesbianismo naturalmente não se tocou. Eram temas tacitamente proibidos<sup>284</sup>.

Em tais registros, ainda que Bittencourt pretenda estar contribuindo para o avanço das lutas das mulheres, o que se percebe é a reprodução de valores machistas que demarcam nossa sociedade. Isso ocorre, segundo Silveira e Osterne pois

---

<sup>280</sup> BITTENCOURT, Francisco. No Rio e São Paulo, mulheres em assembléia Contra o mito do sexo frágil, em busca do próprio caminho. *Lampião da Esquina*. nº 11, abril de 1979, p. 10.

<sup>281</sup> Idem, *ibidem*, p. 9.

<sup>282</sup> SILVEIRA, Clara Maria Holanda. OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. A mulher é Eva, o homem é Adão ?. In: *Caderno Espaço Feminino*, Volume 27, nº 1, Edufu, 2014, p. 218.

<sup>283</sup> BITTENCOURT, *op.cit.*, p. 9.

<sup>284</sup> Idem, *ibidem*, p. 9.

A naturalização da dominação masculina, a partir dos esquemas de percepção, dos símbolos, da cultura e da oposição binária entre o masculino e o feminino, dificulta o questionamento das desigualdades entre os sexos<sup>285</sup>.

Lutar pelo direito ao corpo e ao prazer é de fato importante para sujeitos que tiveram seu gozo negado, mas a luta por questões que se parecem emergenciais naquele momento, frutos da inserção das mulheres no mercado de trabalho, também são meios para se garantir que esses espaços ocupados não se percam.

Em consonância com o pensamento de Bittencourt na mesma matéria, é dada visibilidade a algumas mulheres no evento que pautaram questões distintas ao grupo majoritário ali presente, questão que pode ser vista talvez como uma tendência do redator em sublinhar um posicionamento e impor uma forma única ou melhor para o movimento de mulheres.

Bittencourt vai ressaltar que um pequeno grupo ali presente no encontro

[...] tentou mudar esse direcionamento dos debates apresentando e denunciando uma pesquisa sobre a mulher que tratou apenas de trabalho, democracia e anistia, sem falar em sexualidade. “A luta pela liberação do corpo é uma questão política”, disse sua porta voz. “A luta pela sexualidade livre não é pequeno burguesa, como afirmam, mas revolucionária”.<sup>286</sup>

A visibilização dessas pautas em desacordo revela justamente uma multiplicidade de posições e, além disso, essa questão afirmada anteriormente da necessidade de traçar caminhos consensuais para o movimento das mulheres. Isso ocorre, segundo Silveira e Osterne por que

Os estereótipos de gênero são introjetados na consciência dos indivíduos, moldando suas atitudes e pensamentos. No cotidiano, não há o costume de se fazer uma reflexão crítica que possa esclarecer de onde surgem as concepções que defendemos ao longo de nossa vida<sup>287</sup>.

---

<sup>285</sup>SILVEIRA, Clara Maria Holanda. OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. A mulher é Eva, o homem é Adão ?. In: Caderno Espaço Feminino, Volume 27, nº 1, Edufu, 2014, p. 218.

<sup>286</sup> BITTENCOURT, Francisco. No Rio e São Paulo, mulheres em assembléia Contra o mito do sexo frágil, em busca do próprio caminho. Lâmpião da Esquina. nº 11, abril de 1979, p. 9.

<sup>287</sup>SILVEIRA, op.cit., p. 230.

É justamente essa introjeção, até mesmo nos grupos excluídos, e também naqueles que buscam subverter essa lógica, que produz diferentes reflexões e condutas como as de Bittencourt, editor do *Lampião da Esquina*.

Em contraponto ao grupo minoritário que reivindicava o direito ao corpo e ao prazer, havia outros prontos a defender, além das pautas estabelecidas como centrais.

Monocórdica, a Associação de Donas de Casa de São Paulo contratou pedindo a liberação da mulher como ser humano no quadro de três reivindicações básicas: 1) creches estatais 2) equiparação salarial e 3) luta contra o programa patronal de evitar a gravidez das operárias e de combate brutal ao alcoolismo<sup>288</sup>.

O trecho acima nos permite pensar nessa pluralidade dos movimentos, as reivindicações das mulheres são diferentes em muitos aspectos, às vezes condizentes com seu estilo de vida e suas necessidades, uma mulher operária pode sofrer diferentes tipos de opressão e é diferente, por exemplo, em relação à mulher empresária, ou seja, a questão de classe se faz importante para entender as diferenças existentes nas reivindicações dos movimentos feministas, mas sem deixar de lado outras dimensões, como raça, idade, religião, etc. Particularmente, as diferenças seriam, portanto, o ponto central dessas opressões, como define Louro, o sistema social e cultural calcado em bases sexistas em que o falo, ou o “homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão”<sup>289</sup> é colocado como referente central da sociedade.

Nesse sentido, Bittencourt ao mesmo tempo em que relata a presença da Associação de Dona de Casa de São Paulo, questiona a elitização:

[...] onde estavam as prostitutas, as empregadas domésticas, as faveladas, as mais oprimidas, [...]. As respostas foram evasivas: as prostitutas não tinham sido contatadas, as empregadas domésticas não tinham querido vir e duas faveladas apareceram, mas logo foram embora. Mulheres negras vi apenas três. E as lésbicas? Segundo uma integrante do CMB havia quatro participando de grupos e da mesa, mas nenhuma falou de seu problema específico<sup>290</sup>.

---

<sup>288</sup>BITTENCOURT, Francisco. No Rio e São Paulo, mulheres em assembléia Contra o mito do sexo frágil, em busca do próprio caminho. *Lampião da Esquina*. nº 11, abril de 1979, p. 9.

<sup>289</sup> LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 15.

<sup>290</sup>Idem, *ibidem*, p. 9.

A partir desse trecho, percebemos que o encontro fora promovido e, portanto, se voltava para as classes mais altas, não por acaso, é nítida a tentativa de desclassificação do evento pela matéria assinada por Bittencourt nas páginas do *Lampião da Esquina*.

Leila Miccolis, na mesma edição, em outra matéria, comenta sobre o evento, “de 8 a 11 de março, realizou-se o Encontro Nacional de Mulheres, comemorando o Dia Internacional da Mulher”<sup>291</sup>, ressaltando que esse encontro revela o quão plural são os movimentos. Assim, acompanhando as reflexões dos movimentos da época, ela destaca as diferentes maneiras de pensar as questões feministas e defende a prioridade ao corpo e ao direito ao prazer como forma de luta política:

Querer relegar o orgasmo, tratá-lo, simplesmente “en passant”, é recair no erro denunciado por elas mesmas, ou seja, é relegar o corpo (pois o orgasmo não pode ser separado dele) e a sexualidade a um plano secundário, retirando-lhes as conotações políticas e suas implicações sociais. [...] Nem orgasmo nem homossexualismo nem liberdade sexual entraram em pauta, por serem importantes fatores na transformação social e na conscientização mental/corporal dos indivíduos<sup>292</sup>.

Miccolis faz a crítica a temas não debatidos no evento promovido pelo Centro da Mulher Brasileira – CMB, ressaltando a importância de trazer discussões referentes ao corpo e à sexualidade, principalmente o direito ao prazer da mulher, pois este é quase sempre invisibilizado. Não por acaso, essa é a luta tida como referencial e apontada como alternativa para questionar a representação que define uma posição de mulher como reprodutora, gestora do lar, procriadora.

Lauretis, apesar de sua teoria vir anos após a existência do *Lampião da Esquina*, permite perceber como havia autoras, como Miccolis, que estavam avançadas em debates que possibilitariam questionar estruturas e conceitos estabelecidos. Nesse sentido, Lauretis vai afirmar que uma maneira de subverter a lógica imposta é perceber que

[...] os termos para uma construção diferente do gênero também existe, nas margens do discurso hegemônico. Propostos de fora do contrato social heterossexual, e inscritos em práticas micro-políticas, tais termos podem também contribuir para a construção do gênero e

---

<sup>291</sup>MICCOLIS, Leila. Em vez de praia, discussão. *Lampião da Esquina*. nº 11, abril de 1979, p. 10.

<sup>292</sup>Idem, *ibidem*, p. 10.

seus efeitos ocorrem ao nível “local” de resistências, na subjetividade e na auto-representação<sup>293</sup>.

Como define Lauretis, a partir desse deslocamento é possível, realmente, extrapolar os limites discursivos impostos sobre os corpos, provocando a ruptura da estrutura social e do privilégio masculino branco<sup>294</sup>. Ou seja, talvez Miccolis não tenha percebido, entretanto o ataque a moral e aos bons costumes, ligados à reivindicação de direitos das mulheres, como o próprio corpo, o aborto, etc, era, possivelmente, uma maneira de desestruturação do “discurso hegemônico”, tratado por Lauretis anos depois.

Ainda sobre o Encontro Nacional de Mulheres, Maria Luiza Heilborn, na edição de número 11, de abril de 1979, posiciona-se frente ao direito do prazer feminino e justifica a importância em se discutir sobre o corpo das mulheres e a sexualidade, como instância de controle

O feminismo enquanto um movimento que vise a emancipação e liberação das mulheres tem como uma de suas frentes de luta as questões ligadas à sexualidade. E por isto, frequentemente, tem sido acusado de maneira incriminatória e desvalorizante, principalmente por entender que a liberação do corpo é primordial, por que é ele que é alvo de violentas repressões. [...] É sobre nosso corpo que recai exclusivamente o ônus do controle da reprodução. E não temos ao menos acesso à decisão de como este controle é feito. As decisões sobre nosso corpo não cabem a nós, nem na nossa vida particular, nem ao conjunto das mulheres. É sobre o corpo das mulheres que incidem mais fortemente os preconceitos sexuais, como, ainda hoje, o não reconhecimento do direito da mulher ao prazer, a sexualidade feminina qualificada como “misteriosa e complicada”, que continuará sendo se insistirmos em vê-la através do espelho masculino; a interdição, ainda existente, de relações sexuais antes do casamento; muitas vezes escondida e reprimida homossexualidade feminina<sup>295</sup>.

Heilborn questiona a representação reiterada sobre o corpo feminino, em que ele é construído sob a perspectiva masculina, “o corpo não nos pertence, pertence a qualquer um do sexo masculino”<sup>296</sup>. Como afirma Lauretis, a representação do feminino é construída por uma “projeção do masculino, seu oposto complementar, sua extrapolação – assim como a costela de Adão”<sup>297</sup>. Dessa forma, a sexualidade da mulher

---

<sup>293</sup>LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque. Tendências e impasses. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 228.

<sup>294</sup>Idem, ibidem, p. 232.

<sup>295</sup>HEILBORN, Maria Luiza. Nós mulheres e nosso corpo. Lâmpião da Esquina. nº 11, abril de 1979, p.11.

<sup>296</sup>Idem, ibidem, p. 11.

<sup>297</sup>LAURETIS, op.cit., p. 222.

“é percebida como um atributo ou uma propriedade do masculino”<sup>298</sup>. Não por acaso, Heilborn afirma que para se romper com esse histórico de subordinação

A emancipação das mulheres têm que conter a luta pela autonomia de sua sexualidade e pelo livre arbítrio no controle da reprodução, pois o corpo é um importante espaço onde se instrumentaliza a opressão<sup>299</sup>.

A opressão e o controle, ou seja, representações do feminino como formas de modelação do corpo e de normalização ou fixação da identidade. Swain propõe desconstruir as identidades colocando “em questão as “evidências” identitárias não somente sociais, mas também biológicas, é um dos mecanismos que permite a modificação das representações sociais, criadoras de seres e de relações sociais”<sup>300</sup>. Sendo assim, por meio da desconstrução das evidências, estas que constituem as representações da “verdadeira mulher”, designando localizações de subordinação e inferiorização, será possível constituir outras representações que discutam o sistema cultural falocêntrico.

Pensando os encontros de mulheres ocorridos nesse período e tratados nas páginas do *Lampião da Esquina*, na edição 11, de abril de 1979, uma matéria assinada por Inês Castilho trata do 1º Congresso da Mulher Paulista, “realizado no Teatro Ruth Escobar nos dias 3, 4 e 8 de março”<sup>301</sup>. Este contou com a participação de diferentes mulheres, cerca de 600, “donas de casa da periferia, metalúrgicas, bancárias, técnicas profissionais”<sup>302</sup>. Juntas, pautando questões relativas principalmente ao desemprego, pois segundo Inês Castilho

Não conseguimos ter uma profissão, somos educadas para executar as tarefas domésticas e sermos mães. Só conseguimos empregos com salários mais baixos que os homens e só nas profissões e cargos mais desvalorizados. E mesmo quando conseguimos um trabalho fora de casa somos obrigadas a fazer, além dele, todas as tarefas domésticas – o eterno lavar, cozinhar e cuidar dos filhos<sup>303</sup>.

---

<sup>298</sup>LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque. Tendências e impasses. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 222.

<sup>299</sup>HEILBORN, Maria Luiza. Nós mulheres e nosso corpo. *Lampião da Esquina*. nº 11, abril de 1979, p.11.

<sup>300</sup>SWAIN, Tânia Navarro (org.). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 Feminismos: Teorias e Perspectivas, pp. 47-85, 2000, p.73.

<sup>301</sup>CASTILHO, Inês. Paulistas elegem os objetivos da luta. *Lampião da Esquina*, nº 11, abril de 1979, p. 13.

<sup>302</sup>Idem, *ibidem*, p. 13.

<sup>303</sup>Idem, *ibidem*, p. 13.

Vera Puga propõe que, para ocorrerem avanços nas lutas feministas, “é necessário que se mude a cultura vivencial. Os homens precisam, com urgência dividir as tarefas domésticas”<sup>304</sup>, mais do que isso, é necessário garantir creches e salas específicas para amamentação. Isso como forma de garantir que a mulher não siga sendo vítima dessa sobrecarga de tarefas, e, conseqüentemente, contribuindo para romper com esse ciclo de subordinação. Talvez seja este o ponto de partida para garantir espaço social e discursivo, ou talvez o tão desejado gozo feminino, posto em algumas matérias publicadas no jornal como essencial para romper com a opressão, o controle, e, sobretudo, as construções discursivas ou representações que definem o corpo feminino como um corpo único, e a posição cultural das mulheres no lugar de inferiorização.

Ainda sobre o encontro, Castilho ponderou sobre a mulher no mercado de trabalho, tratando das áreas que elas se concentram:

A economista Maria de Moraes fez uma exposição sobre as quatro profissões onde se encontram o maior número de mulheres: empregada doméstica, “que vive num quarto apertado e é obrigada a utilizar o elevador de serviço”; a trabalhadora rural, cujo salário, não maioria das vezes está incluído no do marido; e a professora primária, “segundo a mãe obrigada a aceitar um salário baixo pelo amor ao trabalho”, e a operária, “que trabalha em péssimas condições”<sup>305</sup>.

Também se falou sobre o abuso sexual no trabalho, onde existem “chefes que tentam se utilizar sexualmente das operárias”<sup>306</sup>. E sobre sexualidade:

Nesse 1º Congresso, pela primeira vez se falou abertamente, e em público, da problemática sexual da mulher. Os debates foram um pouco tímidos, às vezes, mas contaram com a participação de todas e se chegou a um consenso geral: o direito da mulher ao prazer, ao controle do próprio corpo, um não ao autoritarismo que atinge também nossas camas<sup>307</sup>.

O discurso sobre o sexo e a sexualidade se faz presente nessas matérias apresentadas quase sempre ressaltados como importante ponto para a constituição de um movimento feminista de vanguarda, autônomo e atuante.

---

<sup>304</sup>PUGA, Vera Lúcia. Autonomia feminina como porta de saída da violência. In: ANAIS XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013, p. 7.

<sup>305</sup>CASTILHO, Inês. Paulistas elegem os objetivos da luta. *Lampião da Esquina*, nº 11, abril de 1979, p. 13.

<sup>306</sup>Idem, *ibidem*, p. 13.

<sup>307</sup>Idem, *ibidem*, p. 13.

João Silvério Trevisan, ao analisar esse evento, faz algumas reflexões sobre atitudes machistas disfarçadas nas relações pessoais. Quando um homem faz a afirmação: “Eu sou ótimo, até ajudo minha mulher a cuidar das crianças”<sup>308</sup>, essa frase revela como o machismo se disfarça nas atitudes cotidianas, e que segundo Trevisan, são “defesas, para continuarem racistas, machistas e reacionários”<sup>309</sup>.

Questão problemática, uma vez que a mudança deve ser de paradigmas e na estrutura da cultura, que em consequência disso, permitirá mudar valores e ações. Como apresenta Lauretis:

Acredito que para pensar o gênero (homens e mulheres) de outra forma e para (re)construí-lo em termos outros que aqueles ditados pelo contrato patriarcal precisamos nos afastar do referencial androcêntrico, em que o gênero e a sexualidade são (re)produzidos pelo discurso da sexualidade masculina[...]<sup>310</sup>.

Em relação a essa questão, é possível afirmar que ela ocorre justamente por estarmos inseridos nesse sistema e, de modo geral, sem muito estudo, não termos a percepção de que tais atos contribuem para a manutenção das relações hierarquizadas. Dizer que ajuda a mulher na cozinha, ou ajuda na criação dos filhos, é afirmar que esse é um papel feminino, e que ajudá-la é fazer um favor, executando um trabalho exclusivamente dela, por isso, devemos nos afastar de tal referencial, buscando sua historicização e desconstrução.

Ainda sobre o Congresso da Mulher Paulista, seguindo com as análises feitas por Trevisan sobre o evento, em determinado momento ele relata que as mulheres pediram a retirada dos homens num grupo separado, em que foi proposto discutir questões relativas as mulheres, com essa atitude “não faltaram protestos dos homens contra tal discriminação”<sup>311</sup> e, segundo esses homens, eles deveriam estar presentes “livremente em vários grupos mistos”<sup>312</sup>. Trevisan, ao discordar desses homens, satiriza tais posicionamentos: “o falo, de fato, é hilariante! Quanta bobagem se diz para assegurar

---

<sup>308</sup>TREVISAN, João Silvério. Quando o machismo fica no porão. *Lampião da Esquina*, nº 11, abril de 1979, p. 11.

<sup>309</sup>Idem, *ibidem*, p. 11.

<sup>310</sup>LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque. *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.228.p 227.

<sup>311</sup>TREVISAN, *op.cit.*, p. 11.

<sup>312</sup>Idem, *ibidem*, p. 11.

uma posição, um prestígio, uma importância, um poder destrutivo e excludente fantasiado de saber”<sup>313</sup>.

Swain percebe o jogo de poderes que escamoteia essas ações marcadas pelas relações de dominação,

Alguns discursos feministas percebem esta trama cerrada de poderes que tecem o social como uma generalização muito extensa, obscurecendo as relações assimétricas e de dominação, como são identificadas na formação do *sex/ gender system*<sup>314</sup>.

Trevisan segue em defesa das mulheres, ressaltando a importância de que se respeitem as tomadas de decisões estabelecidas por elas,

Nada mais natural, a meu ver: numa sociedade onde tudo foi feito para que a mulher se cale e o homem levante a voz, elas decidirem impor **seu** espaço para discussão de **seus** problemas. Ali estava uma rara oportunidade de se encontrarem entre si, sem interferências externas<sup>315</sup>.

Essa supremacia do masculino, como referente central, é discutida por Swain, quando afirma:

Seres construídos que somos, a evidência do sexo é, porém, tão forte que obscurece as linhas e traços de sua instituição: a pesada materialidade dos corpos, suas elevações e abismos justificam condutas, conceitos, referências. O poder é sempre do pai, do masculino, a linguagem é o domínio do falo, da ereção, da racionalidade, da realidade<sup>316</sup>

Não por acaso, tais reclamações feitas pelos homens, demonstram justamente a reprodução de um discurso estabelecido reiterativo, como define Butler, uma imposição de um “aparato regulatório de heterossexualidade, um aparato que reitera a si mesmo através da produção forçosa do “sexo”<sup>317</sup>. Todas essas práticas são frutos desse aparelho regulatório que normatiza e designa formas de ser e agir, determinando papéis sociais e

---

<sup>313</sup>SWAIN, Tânia Navarro. Que corpo é este que me escapa, esta identidade que me persegue. In: Caderno Espaço Feminino, Uberlândia: Edufu, v. 23, n. 1/2, pp. 11-18, 2010, p. 15.

<sup>314</sup> SWAIN, Tânia Navarro (org.). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 Feminismos: Teorias e Perspectivas, pp. 47-85, 2000, p. 57.

<sup>315</sup>TREVISAN, João Silvério. Quando o machismo fica no porão. *Lampião da Esquina*, nº 11, abril de 1979, p. 11.

<sup>316</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo. In: STEVEN, Cristina Maria & SWAINS, Tânia Navarro (org.). *A construção dos corpos: Perspectivas feministas*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres. 2008, p. 289.

<sup>317</sup> BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’. In: LOURO, Guacira L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 166.

inferiorizando mulheres. Como define Butler, tais normas regulatórias “têm a finalidade de assegurar o funcionamento da hegemonia heterossexual”<sup>318</sup>.

Trevisan ainda faz algumas reflexões referentes aos homens presentes nesse evento. Novamente em tom irônico, afirma que eles estavam ali “para ajudar as mulheres a serem menos passivas, convencê-las da importância de ter uma participação política e mostrar-lhe que elas também são seres humanos”<sup>319</sup>, ressalta ainda toda a “sensibilidade” e esse “manto de profunda compreensão”<sup>320</sup>, referindo-se àqueles homens ali presentes.

Tal constatação é de grande admiração, se não fosse mais uma forma de garantir a manutenção do discurso falocêntrico e dizer às mulheres o que elas deveriam fazer. Para Swain, seria “o falo simbólico, instaurando o domínio da linguagem? O falo falante, de que fala o falo? O falo fala de poder! O falo fala de dominação, de hierarquia, de binarismo”<sup>321</sup>. Não por acaso, tais atitudes demonstram o ideal paternalista presente nos homens, que mesmo dentro de um congresso feminista, dizendo-se não machistas, seguem reproduzindo esse discurso de inferiorização.

Nesse evento, no espaço específico para discussão das questões feministas junto aos homens, ao ser tratado sobre sexualidade feminina, iniciando pela frigidez, o grupo afirmou que era culpa da falta de alimentação, ou ousaram ir mais longe, determinando serem conseqüências de “operações cesarianas mal feitas; falta de tratamento adequado”<sup>322</sup>, alguns chegando a afirmar ser uma “degenerescência igual ao homossexualismo”<sup>323</sup>. O mais agravante, digno de análise, é pensar na forma que esse discurso permeia a vida de homens e mulheres, garantindo sua reprodução mesmo em espaços de debates e discussões que se dizem livres deles.

Essas falas e discursos exibem como as representações sociais configuram os sexos e a assimetria social. Como define Swain, “a diferença de sexos é também uma criação social, na sagração do falo, na linguagem da desigualdade, na afirmação do

---

<sup>318</sup> BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’*. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 170.

<sup>319</sup>TREVISAN, João Silvério. Quando o machismo fica no porão. *Lampião da Esquina*, nº 11, abril de 1979, p. 11.

<sup>320</sup>Idem, *ibidem*, p. 11.

<sup>321</sup>SWAIN, Tânia Navarro. Que corpo é este que me escapa, esta identidade que me persegue. In: *Caderno Espaço Feminino*, Volume 23, nº 1/2, Edufu, 2010, p. 15.

<sup>322</sup>Idem, *ibidem*, p. 11.

<sup>323</sup>Idem, *ibidem*, p. 11.

poder do Um, que cria o Outro para melhor assentar sua importância e seu valor”<sup>324</sup>. Indo mais a fundo, cabe pensar que a frigidez feminina também é social e culturalmente construída, e em alguns discursos também aparece ligada ao ideal de mulher, submissa, sem desejos sexuais, afinal o desejo da mulher é negado no sistema cultural, e por muitos anos em muitos discursos, o prazer dela foi interdito, até mesmo pela ciência. Sendo assim, o prazer feminino e também o masculino, tanto quanto a frigidez, são construções históricas e estão ligados a essa construção discursiva de modelos de mulher, cuja sexualidade é controlada ou suprimida, em função da construção do ideal de verdadeira mulher. Ideal que, segundo Swain, gerou mulheres “desprovidas de direitos, lapidadas, cortadas, consumidas”<sup>325</sup> e “impedidas de viverem sua condição de sujeitos, de cidadania”<sup>326</sup>.

Trevisan afirma que começou a perceber durante o debate dos homens no Congresso, que eles tinham “inconscientemente ou não, ido lá, para confirmar posições, talvez abrindo mão de coisinhas, mas fundamentalmente tentando garantir que o Congresso não saísse da linha”<sup>327</sup>.

Como afirma Swain, o falo é o

Símbolo de poder social, sim, de superioridade, de partilha do mundo, criador de desigualdade de sexos, instaurados e naturalizados, de uma identidade sexuada, de uma sexualidade que traz em si a marca da identidade<sup>328</sup>.

É por isso que podemos pensar nessas representações sociais em operação e, também na introjeção bem amarrada do discurso heteronormativo falocêntrico em homens e mulheres. Não seria o caso de se pensar que alguém ali se julgava machista, mas nas pequenas ações e conversas havia, sim, a reprodução desses valores, reiterava-se ainda que despercebidamente, como define Louro, a mulher como o segundo sexo.

Ainda nesse debate dos grupos de homens presentes em tal evento, a questão principal foi a luta contra o regime militar. Nesse debate, segundo Trevisan, era

---

<sup>324</sup>SWAIN, Tânia Navarro. Que corpo é este que me escapa, esta identidade que me persegue. In: Caderno Espaço Feminino, Volume 23, nº 1/2, Edufu, 2010, p. 15.

<sup>325</sup> Idem, ibidem, p. 15.

<sup>326</sup>Idem, ibidem, p. 16.

<sup>327</sup>TREVISAN, João Silvério. Quando o machismo fica no porão. Lâmpião da Esquina, nº 11, abril de 1979, p. 11.

<sup>328</sup>SWAIN, op.cit., p. 15.

defendido que o foco deveria ser a busca pelas “liberdades democráticas”<sup>329</sup>, e que a “luta das mulheres era ótima porque vinha ajudar na derrubada da ditadura”<sup>330</sup>.

Sobre isso, percebemos que esse discurso parece ter sido o enfoque mais frequente nos movimentos de esquerda durante os anos de ditadura civil militar, que afirmavam que se deveriam unir forças para combater o inimigo comum, e que as lutas menores- das mulheres, gays, negros, viriam posteriormente em consequência da volta da democracia. Com isso, evidentemente, se escamoteava o debate sobre as pautas das mulheres, dissolvidas na chamada luta maior. Sendo assim, como define Trevisan, eram “os adeptos do “sexo – rei”, da sexualidade traçando a linha evolutiva do sujeito”<sup>331</sup>, ou seja, os homens determinando qual o melhor caminho a ser seguido também pelas mulheres. De acordo com essa linha de pensamento, Trevisan questiona se

[...] o General Figueiredo caísse, as mulheres automaticamente iriam ter seus salários equiparados, deixariam de ser consideradas cidadãs de segunda e na cama passariam a ser reconhecidas como seres com direito ao prazer? Em outros termos, de machista ali só tinha o Figueiredo, não o grupo social dos homens como um todo<sup>332</sup>.

Trevisan coloca esse questionamento para, ao contrário, afirmar que esse “falso conceito de prioridade”<sup>333</sup> segue silenciando as mulheres e não avançam no combate ao machismo. Além disso, é possível inferir que esses movimentos de esquerda queriam a participação das mulheres apenas como um aumento das forças contrárias à ditadura.

Ao final da matéria, Trevisan conclui que os homens deveriam “aprender mais sobre o afeto, a sensibilidade, a graça e a sensualidade, virtudes tornadas menores e relegadas ao purgatório por serem consideradas “femininas”, em nossas sociedades”<sup>334</sup>. Trevisan ainda percebe essa construção binária em que papéis e representações sociais são referentes às práticas de homens e mulheres, destacando que esses ensinamentos se constituem “desde o berço”<sup>335</sup>, e foram se cristalizando.

---

<sup>329</sup>TREVISAN, João Silvério. Quando o machismo fica no porão. *Lampião da Esquina*, nº 11, abril de 1979, p. 11.

<sup>330</sup>Idem, *ibidem*, p. 11.

<sup>331</sup>Idem, *ibidem*, p. 11.

<sup>332</sup>Idem, *ibidem*, p. 11.

<sup>333</sup>Idem, *ibidem*, p. 11.

<sup>334</sup>Idem, *ibidem*, p. 11.

<sup>335</sup>Idem, *ibidem*, p. 11.

Como percebe Butler, há uma matriz de gênero que se repete na cultura e parece fundante de uma certa ordem social que está naturalizada na linguagem para produzir seus efeitos. Segundo a filósofa,

Nesse sentido, a matriz das relações de gênero é anterior à emergência do “humano”. Consideramos a interpelação médica que, apesar da emergência recente das ecografias, transforma uma criança, de um ser “neutro” em um “ele ou em uma ela”: nessa nomeação, a garota torna-se uma garota, ela é trazida para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação do gênero. Mas esse tornar-se garota da garota não termina ali; pelo contrário, essa interpelação fundante é reiterada por várias autoridades, e ao longo de vários intervalos de tempo, para reforçar ou contestar esse efeito naturalizado<sup>336</sup>.

Na edição de número 15, a análise realizada nas páginas do *Lampião da Esquina*, feita por Bittencourt será sobre uma festa promovida pelo Centro da Mulher Brasileira, chamada de Maria Brasileira. Segundo o autor, a festa “tinha gente que não acabava mais, homens e mulheres, todos muito bem comportados, dançando como manda o figurino”<sup>337</sup>. Dança esta que é identificada por Bittencourt como “as Marias brasileiras muito subservientes sendo guiadas como bonecas por seus Joões”<sup>338</sup>. Outro ponto constatado por ele foi as mulheres mostrando-se “submissas aos seus machos, correndo diligentemente para alimentá-los e matar-lhes a sede”<sup>339</sup>. Isso se dá em função das normas dessa matriz ou desse sistema. Por exemplo, o pensamento de Butler permite reflexões sobre esse posicionamento:

[...] pois, o “sexo” não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que ela controla. Assim, o “sexo” é uma ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas<sup>340</sup>.

Todas essas práticas reguladas e atribuídas ao corpo feminino são efeitos desse aparelho regulatório, que normatiza e designa formas de ser e agir, determinando papéis sociais e inferiorizando posições sociais, de homens e mulheres. As atitudes das

---

<sup>336</sup>BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’. In: LOURO, Guacira. L. O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 161.

<sup>337</sup>BITTENCOURT, Francisco. Maria Brasileira, a Casadoira. *Lampião da Esquina*, nº 14, julho de 1979, p. 2.

<sup>338</sup>Idem, *ibidem*, p. 2.

<sup>339</sup>Idem, *ibidem*, p. 2.

<sup>340</sup>BUTLER, *op.cit.*, p. 153- 154.

mulheres notadas por Bittencourt demonstram ações que reforçam essas posições da linguagem que colocam um referente, a mulher, como responsável pela cozinha, sendo ela, mesmo nessas festividades a responsável por se preocupar se os maridos estão bem servidos. É justamente nessas pequenas ações que é possível perceber a materialização de um ideal regulatório sobre o sexo, em que as representações e esses papéis são reproduzidos em diferentes discursos e espaços sociais.

Bittencourt, no fim do da matéria, reitera a importância de se discutir o direito das mulheres ao corpo e à sexualidade, afirmando

[...] já há mulheres que estão discutindo questões fundamentais como o seu corpo, o direito de usá-lo como melhor lhes aprouver, o orgasmos e outros babados, é deprimente ver tanto esforço gasto para se criar um Centro da Mulher que fica apenas na perfumaria e que se expressa por clichês do início ao fim. As mulheres têm mais é que vender o atraso de muitos séculos que as obrigou a ser tão marias, e a festa Maria Brasileira nada fez nesse sentido[...]<sup>341</sup>.

Nesse sentido, o autor da matéria, novamente coloca em questão o corpo e a sexualidade, determinando estes como centrais para o avanço dos debates feministas, permitindo inferir que para ele essa seria uma pauta fundamental para que se pudesse mudar a sociedade e romper com a opressão fundada na diferença sexual.

Swain aponta alguns questionamentos que nos permitem perceber a introjeção do discurso falocêntrico, como o que ainda parece estar presente nas falas de Bittencourt,

Que mecanismos tortuosos e bizarros são estes que atrelam razão e sexo, autoridade e ereção, o falo enquanto significante geral? Que cegueira social é esta, que vela as estratégias de diferenciação dos sexos para melhor instaurar uma “natural” diferença política entre mulheres e homens?<sup>342</sup>

Tais questionamentos nos permitem notar as marcas políticas de uma diferença colocada no corpo e no sexo. Ou marcas de um ideal paternalista no discurso de Bittencourt, tentando mais uma vez dizer a mulheres o que elas devem fazer e como devem.

---

<sup>341</sup>BITTENCOURT, Francisco. Maria Brasileira, a Casadoira. *Lampião da Esquina*, nº 14, julho de 1979, p. 2.

<sup>342</sup>SWAIN, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo. In: STEVEN, Cristina Maria & SWAINS, Tânia Navarro (org.). *A construção dos corpos: Perspectivas feministas*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres. 2008, p. 289.

Na edição de número 20, em uma nota no canto inferior da página dois, assinada por Marta Baptista, é tratado o I Encontro da Jornalista Carioca, sendo este importante por denunciar “que a opressão e a exploração são vividas por toda a categoria e pela classe trabalhadora em geral e que a luta não é contra o homem, mas contra o sistema”<sup>343</sup>. Nesse evento, foi debatido a diferença salarial entre homens e mulheres, em que “das 180 pesquisadas, 51,7% afirmaram que têm colegas homens com a mesma função e carga horária ganhando mais”, outro problema relatado foi a questão das gestantes e a questão da creche. Aliás, este é um assunto polêmico até hoje “o Brasil apresenta um dos maiores níveis de disparidade salarial. No país, os homens ganham aproximadamente 30% a mais que as mulheres de mesma idade e nível de instrução”<sup>344</sup>

Essa diferença salarial, ou a responsabilização da mulher pelo requerimento de creches, revela uma sociedade marcada pelas diferenças entre os sexos, onde os corpos se constituem, segundo Swain, “de construções representacionais e imagéticas em torno da instituição política dos gêneros”, em que “a sujeição se naturaliza na diferença”<sup>345</sup>. É justamente essa diferença salarial um dos efeitos e instrumentos da assimetria ou da sujeição da mulher, modo de operação de um sistema cultural falocêntrico que reserva aos homens a posição de superioridade, inclusive, profissionalmente.

Na edição 22, de março de 1980, Janice Caiafa tem uma matéria publicada nas páginas do *Lampião da Esquina*, em que ela faz reflexões sobre questões referentes às mulheres, uma delas, o prazer feminino. Sobre a sexualidade da mulher, muito pouco se fala, ou então, “quando se fala ela já vem vinculada ao casamento ou ao homem, ou à fecundidade, ao filho. É a mulher – filha, a mulher – mãe, a mulher – esposa aparecendo inevitavelmente conectadas a um ser mulher”<sup>346</sup>.

O conceito de dispositivo da sexualidade em Foucault abriu possibilidade de se pensar, como Swain, nesse processo de constituição e manutenção,

---

<sup>343</sup>BAPTISTA, Marta. A barra das jornalistas. *Lampião da Esquina*. n° 20, janeiro de 1980, p. 2.

<sup>344</sup> OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. Homens recebem salários 30% maiores que as mulheres. In: < <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil/> > Acesso em: 04/01/2016.

<sup>345</sup>SWAIN, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo. In: STEVEN, Cristina Maria & SWAINS, Tânia Navarro (org.). *A construção dos corpos: Perspectivas feministas*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres. 2008, p. 289.

<sup>346</sup>CAIAFA, Janice. Mulher, discurso minoritário e atuação revolucionária. *Lampião da Esquina*. n° 22, março de 1980, p. 8.

[...]dispositivo da sexualidade em ação, que institui e destitui identidades, dita comportamentos, práticas, representações e, sobretudo, auto-representações. Firma-se pelo discurso da mídia, da ciência, da psicanálise, das imagens repetidas sem cessar, criando modelos aos quais devo me ajustar, impondo, insidiosamente, padrões de conduta, valores que devem permitir minha inclusão social, meu pertencimento a um grupo, selo de minha saúde física e mental<sup>347</sup>.

Consequentemente, conforme o dispositivo em operação nota-se que a imagem da mulher se constitui atrelada à responsabilidade materna pela reprodução ou pela felicidade conjugal.

Caiafa ainda questiona, nessa matéria da edição 22, de março de 1980, o atrelamento dos movimentos “minoritários” aos movimentos de esquerda:

Estamos diante de um solo infértil. Política incapaz de nos trazer o novo. Movimento que se delinea a partir de uma crítica que faz do discurso maior, e que quer, mesmo, tomar o poder. Nessa briga, nós os pequenos, não devemos nos meter. Ou esse centro vai incorporar (aí diríamos recuperar) essa outra oficialidade, ou ela vai vencer e instalar-se no trono. E os próprios interessados não têm nada a ver com tudo isso (as mulheres, os homossexuais, os negros, os trabalhadores). É porque não se trata disso. A força revolucionária não existe nesse litígio. Não há nada de novo em simplesmente dizer não ao discurso dominante. Isso é a política de um discurso maior que, se deglutindo por seu contendor, por ser bastante semelhante a ele, não vai-lhe causar nenhum distúrbio digestivo, e, por outro lado, não vai fazer nenhuma falta à luta dos grupos minoritários<sup>348</sup>.

Caiafa faz reflexões sobre a representação de uma “luta maior”, já discutido nesse trabalho, analisando a utilização das forças ditas “minoritárias”, homossexuais, mulheres e negros como instrumentos para derrubada de um governo ditatorial. Mas ela aponta importantes questões afirmando que essa “luta maior” se constitui nesse litígio, isto é, ela rompe com os aparatos opressores de um sistema de governo ditatorial, mas isso não garante a igualdade de direitos entre os outros grupos mais oprimidos, ou ainda, não garante a subversão do sistema heteronormativo e androcêntrico.

Como alerta Louro, muitos ousam cruzar as fronteiras das vias permitidas, mas

Muitos permanecem referidos à via mestra, mesmo que pretendem recusá-la e “partir pra outra”... Sua recusa nem sempre é crítica,

---

<sup>347</sup>SWAIN, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo. In: STEVEN, Cristina Maria & SWAINS, Tânia Navarro (org.). A construção dos corpos: Perspectivas feministas. Ilha de Santa Catarina: Mulheres. 2008, p. 286.

<sup>348</sup>CAIAFA, Janice. Mulher, discurso minoritário e atuação revolucionária. Lâmpião da Esquina, nº 22, março de 1980, p. 8.

contundente ou subversiva; por caminhos transversos, sua recusa pode acabar reforçando as mesmas regras que pretendeu negar”<sup>349</sup>

Nesse sentido, percebendo que esse modelo de luta defendido por alguns movimentos de esquerda, contribui para a manutenção do sistema normativo, cabe interrogar “em que termos e no interesse de quem está sendo feita essa desreconstrução?”<sup>350</sup> Pode-se inferir que uma parcela do movimento de esquerda daquele período se utilizava dos outros grupos também oprimidos pelo sistema para arrebatar forças para suas lutas. Sob a justificativa de estarem todos no mesmo caminho, tentavam silenciar as pautas de outros movimentos considerados menores ou como “minoritários. Sobre isso, Caiafa vai afirmar que

O discurso realmente revolucionário não pode ser fagocitado, comido e englobado porque acontece numa outra parte. Não se define a partir de um não ao centro controlador, [...] E o que lhe confere essa potência de mudança, o que o faz o único espaço em que há possibilidade de novo, é justamente sua capacidade de escapar constantemente, de não se configurar como desvio, acidentes nos caminhos oficiais, mas como uma fuga desses caminhos<sup>351</sup>.

É possível perceber, em algumas páginas do jornal, espaços alternativos de reflexão e de representação, inclusive fazer uma analogia entre os discursos de Caiafa e a análise de Lauretis. Essa fuga dos caminhos, a mudança não definida a partir do centro controlador, vai se constituir, segundo Lauretis, no “outro lugar do discurso, os pontos cegos, ou o *space-off*”<sup>352</sup>, que são imaginados por ela “como espaços nas margens dos discursos hegemônicos, espaços sociais entalhados nos interstícios das instituições e nas fendas e brechas dos aparelhos de poder-conhecimento”<sup>353</sup>. Por isso, ela afirma:

O que quero dizer, ao contrário, é um movimento a partir do espaço representado por/em uma representação, por/em um discurso, por/em um sistema de sexo-gênero, para o espaço não representado, mas implícito (não visto) neles<sup>354</sup>.

O que foi proposto é que esse não-espaço seja ocupado como forma de crítica ao sistema heteronormativo, tendo clareza que estamos inseridos nesse sistema e só através

---

<sup>349</sup>LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 19.

<sup>350</sup>LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque. Tendências e impasses. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 236.

<sup>351</sup>CAIAFA, Janice. Mulher, discurso minoritário e atuação revolucionária. Lâmpião da Esquina, nº 22, março de 1980, p. 8.

<sup>352</sup>LAURETIS, op.cit., p. 237.

<sup>353</sup>Idem, ibidem, p. 237.

<sup>354</sup>Idem, ibidem, p. 237.

desse processo de transitoriedade que se possibilitará desconstruir as estruturas normativas hierarquizadas. Nesse processo, é de suma importância perceber que vivemos em uma sociedade construída por um espaço representado, por isso é preciso ocupar pontos cegos ou o *spacce off*, de Lauretis, isto é, esse não-lugar da crítica, da contestação e da desestabilização desses arautos. Caiafa, à sua maneira, apresenta proposta para subversão desses arautos, afirmando que é justamente a

[...] estranheza que é capaz de provocar mudança. O familiar só pode trazer tranquilidade, nunca incitar o corpo ao movimento. [...] O facilmente audível não provoca nenhum sobressalto. Um discurso revolucionário constantemente se suicida; é o saber que o falamos ontem mesmo, talvez já tenha envelhecido; é o falar então outra coisa, utilizar talvez outra ferramenta. [...] não estar nem no espaço negativo da crítica, nem na fraqueza da marginalidade, mas numa parte outra, ela mesma produtora de acontecimentos irregráveis, que não passam pelas instâncias controladoras<sup>355</sup>.

A crítica de Caiafa aos movimentos de esquerda e suas auto-reflexões sobre o próprio movimento feminista foram importantes para se pensar maneiras de romper, e desconstruir ideias pré-estabelecidas. É justamente essas inquietações e insatisfações com o mesmo, o igual que permitem desestabilizar estruturas impostas, geradoras de hierarquias sociais.

### **3.2 II Congresso da Mulher Paulista e outros encontros.**

Na edição 25, de abril de 1980, em uma matéria assinada por João Silvério Trevisan, é possível acompanhar a cobertura do II Congresso da Mulher Paulista, “realizado nos dias 8 e 9 de março, com a presença de três mil mulheres de todas as faixas sociais, vindas dos bairros, do centro, de cidades do interior de São Paulo, inclusive de outros estados”<sup>356</sup>. Um encontro notavelmente maior, com um número superior ao primeiro, e que os homens foram novamente colocados em um grupo separado, o que mesmo um ano depois, gerou “protestos de alguns que se consideraram

---

<sup>355</sup> CAIAFA, Janice. Mulher, discurso minoritário e atuação revolucionária. Lampião da Esquina. n° 22, março de 1980, p. 8.

<sup>356</sup>TREVISAN, João Silvério. Congresso das Genis: esquerda joga bosta nas feministas. Lampião da Esquina, n° 23, abril de 1980, p. 6.

discriminados”<sup>357</sup>. Um evento realizado com a participação de 53 entidades promotoras, sendo destes, 9 sindicatos e “grupos feministas (uns 7 ou 8)”<sup>358</sup>. Nesse encontro de mulheres, elas eram minoria, em consequência disso, ao longo do congresso, elas se perceberam perdendo o domínio das pautas. Trevisan, nessa matéria, analisa o congresso afirmando que:

Com isso, o próprio tema inicialmente proposto (“Violência contra a mulher”) foi escamoteado, porque segundo os grupos de esquerda patriarcal não existe violência contra a mulher; o que há é violência ditatorial contra homens e mulheres da classe operária<sup>359</sup>.

Tais acontecimentos revelam primeiro a concepção que coloca a questão de classe na frente de todas as outras. Além disso, é possível perceber a reprodução de hierarquizações em cadeia, do masculino em relação ao feminino, da economia em relação à cultura, da dimensão da vida pública sobre a privada vida. Assim, como define Carneiro, a autoridade patriarcal se organiza como “centro e base de um poder que, inflexível, se pretendia superior a ponto de dirigir as relações do mundo público”<sup>360</sup>. Em vista disso, em meio ao jogo de hierarquizações e dicotomias, o encontro das mulheres foi cooptado por uma esquerda que defendia a centralização da luta contra o sistema ditatorial, com base aparentemente na “luta de classes” e, por outro lado, exercendo o poder androcêntrico ou fálico, tentando diminuir a importância ou silenciando as pautas feministas.

Trevisan, nessa análise sobre o evento, afirma que mulheres das periferias foram impulsionadas a culpar as mulheres ricas pela opressão que elas sofrem:

Vocês pagam 100 cruzeiros por dia de faxina e só dão um cafezinho pra gente. E como mulher pobre não tem dinheiro, além do mais tem que agüentar marido bêbado e briguento. Não é como vocês que podem fazer a trouxa quando querem. Como a gente não tem dinheiro, não pode ir embora quando apanha do marido<sup>361</sup>.

Nesse sentido, podemos perceber que a forte presença de um grupo que se considerava de esquerda fez com que eles impusessem as pautas a serem debatidas,

---

<sup>357</sup>TREVISAN, João Silvério. Congresso das Genis: esquerda joga bosta nas feministas. Lâmpião da Esquina, nº 23, abril de 1980, p. 6.

<sup>358</sup>Idem, ibidem, p. 6.

<sup>359</sup>Idem, ibidem, p. 6.

<sup>360</sup>CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Procura-se “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. 418 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 86.

<sup>361</sup>TREVISAN, João Silvério. Congresso das Genis: esquerda joga bosta nas feministas. Lâmpião da Esquina, nº 23, abril de 1980, p. 6.

além de conseguirem impedir o avanço de pautas discutidas no primeiro evento, como o aborto. Seria importante buscar entender quem seriam essas pessoas de esquerda e que esquerda era essa. Trevisan, afirma que um grupo de católicas “apoiadas pela esquerda patriarcal”<sup>362</sup> colocaram em debate o “assassinato de inocentes X direito da mulher ao seu corpo”<sup>363</sup>, tendo falas de mulheres afirmando que as feministas, ao defenderem o aborto, queriam matar as crianças antes de nascerem, sendo essas falas “calorosamente aplaudidas pela esquerda”<sup>364</sup>. Sobre a homossexualidade feminina, “acho que o diálogo foi difícil e até as fotos do seu painel “AMOR ENTRE MULHERES” foram retiradas”<sup>365</sup>. E, ao proporem o debate nos grupos, “uma senhora católica da periferia estava em estado de choque, balbuciando horrorizada sem conseguir encarar as lésbicas: “Deus do Céu, vocês são ainda tão mocinhas e não pensam em outra coisa que não seja sexo”<sup>366</sup>.

Esse questionamento permite refletir sobre a importância de um posicionamento político que parecia polarizado, e ainda como se localizam as noções de homossexualidade no imaginário de algumas pessoas, e a partir daí talvez tentar entender efeitos ou a produção/reprodução do preconceito. Ao afirmar que as lésbicas só conseguem pensar em sexo, a senhora estaria ligando homossexualidade apenas como um ato sexual libidinoso condenado por sua religião. Para tal senhora, a representação do “ser lésbica” construído e constituído em seu imaginário, é da lesbianidade relacionada exclusivamente à relação sexual entre duas mulheres. As representações sociais são, segundo Jodelet, construídas apoiadas “em valores variáveis – segundo os grupos sociais de onde tiram suas significações – e em saberes anteriores, reavivados por uma situação social particular”<sup>367</sup> e é por meio das significações que “as representações expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representado”<sup>368</sup>. Nesse sentido, a fala da senhora revela um imaginário que não se constituiu ali, entretanto demonstra a construção

---

<sup>362</sup>TREVISAN, João Silvério. Congresso das Genis: esquerda joga bosta nas feministas. *Lampião da Esquina*, nº 23, abril de 1980, p. 6.

<sup>363</sup>Idem, *ibidem*, p. 6.

<sup>364</sup>Idem, *ibidem*, p. 6.

<sup>365</sup>Idem, *ibidem*, p. 7.

<sup>366</sup>Idem, *ibidem*, p. 6.

<sup>367</sup> JODELET, Denise. Representações sociais: Um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001, p. 21

<sup>368</sup> Idem, *ibidem*, p. 21.

histórica de um imaginário sobre as lésbicas pertencentes a um determinado grupo e lugar social

Ainda sobre o evento, Trevisan faz uma importante reflexão ao afirmar sobre essa cooptação das feministas que “depois de toda dedicação em mobilizar as mulheres, precisaram abrir mão de suas propostas mais caras, sob o pretexto de que constituem minoria”<sup>369</sup>. Esse era o argumento utilizado pela esquerda daquele período, de que as mulheres deveriam “lutar como simples cidadãos nos Departamentos femininos”<sup>370</sup>, constituindo a “grande frente contra a ditadura”<sup>371</sup>.

Lamentavelmente, as (poucas) feministas brasileiras sempre tiveram que baixar a cabeça e bater no peito, antes de pronunciarem esse palavrão para as esquerdas: “somos feministas”. São acusadas do pecado de serem pequeno burguesas que falam uma linguagem elitista e apresentam propostas pouco interessantes ao povo e a revolução<sup>372</sup>.

Segundo Trevisan, os movimentos de esquerda representados no evento afirmavam buscar unidade e diziam ser “politicamente incorreto encaminhar um movimento específico de mulheres, porque o problema não é de homens contra mulheres, mas da ditadura contra o povo”<sup>373</sup>, reiterando a preponderância da leitura econômica em relação a outras dimensões da história e da vida social e cultural. É, ainda, importante dizer que diversos grupos ligados à esquerda participaram do evento, sendo o maior deles o ligado ao PMDB.

Por todos esses discursos de que se pode acerrar sobre o evento, que Trevisan conclui que “o I Congresso apresenta temário e conclusões muito mais avançadas”<sup>374</sup>.

Nesse sentido, podemos afirmar que o problema de ligar os movimentos a partidos políticos já constituídos, é que muitos deles fazem diversas alianças com objetivos exclusivos de ganhar votos, o objetivo dos grupos ali presentes, segundo Trevisan, “era evitar que se aprovasse uma campanha pela legalização do aborto, durante o II Congresso, evidentemente; para não abalar sua aliança (momentaneamente

---

<sup>369</sup>TREVISAN, João Silvério. Congresso das Genis: esquerda joga bosta nas feministas. Lâmpião da Esquina, nº 23, abril de 1980, p. 6.

<sup>370</sup>Idem, ibidem, p. 6.

<sup>371</sup>Idem, ibidem, p. 6.

<sup>372</sup>Idem, ibidem, p. 6.

<sup>373</sup> Idem, ibidem, p. 7.

<sup>374</sup>TREVISAN, op.cit., p. 6.

necessária) com a Igreja Católica<sup>375</sup>. Com isso, os problemas das mulheres negras, lésbicas, das prostitutas, mães solteiras e prisioneiras foram boicotados. Uma integrante do encontro chegou a apontar aquelas questões outras que preocupavam as mulheres, para além da classe social, e ousou dizer:

Ao contrário do que muitas esquerdas pensam, nossas contradições não se esgotam na promessa de que “a classe operária vai ao paraíso”, com este ou aquele sistema; de repente, os oprimidos também oprimem – e tem sempre alguém, mais abaixo<sup>376</sup>.

Os movimentos de esquerda ali representados defendiam que, muito além de lutar por direitos específicos, as mulheres deviam lutar contra o regime ditatorial, formando uma frente ampla de luta pela democracia sem atrapalhar a luta maior, a derrubada da ditadura.

Trata-se de um modelo que, segundo Weeks, pretende deter um domínio, ao definir que os “padrões de sexualidade feminina são, inescapavelmente, um produto de poder dos homens para definir o que é necessário e desejável”<sup>377</sup>. Tais atitudes revelam uma reprodução de representações e modelos do patriarcado, em que o referente masculino ainda é central e define o que as mulheres devem fazer ou como devem agir naquele momento. Trata-se de um discurso que contém prescrições, que pretende pautar condutas, e, se por um lado, pretendem dar visibilidade às mulheres, por outro, não possibilitam o avanço de suas pautas, contribuindo, assim, para a manutenção desse sistema hierarquizante.

Visando arrebanhar apoio desse grupo organizado, nesse caso, as mulheres, Trevisan alerta que

À medida que dermos mais IBOPE, nós feministas, negros e homossexuais seremos cada vez mais disputados pelos Partidos organizados – porque trazemos promessas de rendimento político razoável. Tendemos a ser os novos filés ideológicos que serão devorados pelos oportunistas de todas as cores<sup>378</sup>.

Com isso, como forma de conquista desses movimentos, segundo Trevisan, “dizer-se feminista e anti racista já está se incorporando às cartilhas do bom-mocismo

---

<sup>375</sup>TREVISAN, João Silvério. Congresso das Genis: esquerda joga bosta nas feministas. *Lampião da Esquina*, nº 23, abril de 1980, p. 7.

<sup>376</sup>Idem, *ibidem*, p. 7.

<sup>377</sup>WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 56.

<sup>378</sup>TREVISAN, *op.cit.*, p. 7.

nacional”<sup>379</sup>. Mas, em que pesem as formas de reconhecimento de lutas e perspectivas políticas diferentes, o que se percebe, a partir da análise das práticas, são as velhas atitudes reprodutoras dos padrões normativos sobre o sexo, aqueles que inferiorizam, excluem ou subjagam identidades ou grupos com base na diferença sexual.

Como identifica Cynthia Sarti na edição 23, de abril de 1980, em relação à apropriação de setores organizados no sentido de engrossar as lutas contra o regime,

A interferência de grupos externos (organizações e partidos políticos) foi a causa de todo o tumulto. É quase impossível convencer os militantes desses grupos da imperiosa necessidade de autonomia do movimento de mulheres. Eles estarão sempre ali, obstinados, tentando conquistar espaço, falando fora de hora. Quanto mais crescer o movimento de mulheres, mais correrá o risco de infiltrações. O jeito é nos defendermos<sup>380</sup>.

Dentro dessas questões, é importante salientar, como destaca Trevisan, que mesmo nas margens sociais encontramos novamente hierarquias, isto é: “bichas que odeiam mulheres que não suportam negras que têm pavor de índio”<sup>381</sup>, isso, porque, “não existe oprimido que não oprima, porque carrasco e vítima se revezam dentro de nós, porque não podemos mais acreditar que o mundo está dividido em mocinhos e bandidos”<sup>382</sup>. Só assim, ao perceber essas questões, ao deixar de binarizar não só o sexo, mas tudo a nossa volta, rompendo com o ideal de opressor e oprimido, bom e mal, que será possível entender que as relações são múltiplas. Perceber isso, nessa pluralidade das relações, fazendo reflexões constantes e aceitando a condição de opressor em alguns momentos, é a questão chave para problematizar e mudar esse sistema que produz hierarquias.

Como define Louro, essas “identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade”<sup>383</sup>, as quais delimitam o sujeito e o/a identifica, criando escalonamentos. E perceber essa rede em sua historicidade, e os jogos binários em operação é condição para a desconstrução do mecanismo político em operação.

---

<sup>379</sup>TREVISAN, João Silvério. Congresso das Genis: esquerda joga bosta nas feministas. *Lampião da Esquina*, nº 23, abril de 1980, p. 7.

<sup>380</sup>SARTI, Cynthia. Não sou mais aquela. *Lampião da Esquina*. nº 23, abril de 1980, p. 7.

<sup>381</sup>TREVISAN, op.cit., p. 7.

<sup>382</sup>Idem, ibidem, p. 7.

<sup>383</sup>LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 11.

Cynthia Sarti, na mesma matéria, tem uma impressão negativa do que representou o evento no âmbito dos movimentos feministas do período. Em seu balanço sobre o II Congresso da Mulher Paulista, ela infere que:

Para mim, o que esse congresso ensinou? Sou militante feminista há pelo menos 4 anos e desde então, quase nada mudou, na prática. Se o temário do congresso era avançado, sua discussão foi uma regressão. Pontos que fazem parte do programa de vários grupos feministas, como a luta pela legalização do aborto, a questão da sexualidade, simplesmente foram jogados para segundo plano<sup>384</sup>.

Novamente vejo a questão da sexualidade e do direito sobre o próprio corpo, colocado como centrais nas críticas publicadas pelo jornal sobre encontros de mulheres, sendo estes, reiterados como cruciais para o avanço nas conquistas de direitos.

Nesse sentido, Sarti explicita uma leitura feminista e termina desabafando sobre a militância, sobre os percalços que uma feminista enfrenta, acreditando que a militância deve pautar-se por

[...] uma revolta contra o império da ordem fálica, que me obriga a ser masculina, agressiva e viril se eu quiser me impor em qualquer nível, se eu quiser ser escutada, simplesmente porque nessa ordem é esse modelos bem sucedido e eu não tenho outros parâmetros. Espero que a próxima geração de feministas não precise reproduzir o modelo opressor, vivê-lo até o fim, para conseguir dar a volta por cima. A maior brutalidade é perceber que para descobrir minha feminilidade livre, eu tenha que passar por uma mulher fálica, dominadora, autoritária em luta pelo poder [...] enfim, a reprodução daquilo que precisamente eu quero combater<sup>385</sup>.

Sarti analisa que naquele momento, para ser uma mulher livre, ela tinha que incorporar estereótipos designados ao masculino, como força, agressividade, etc. Sendo essa uma condição para ser respeitada e deixar de ser vista como dócil e inferior. Ao empregar o termo mulher fálica, é possível perceber nesse contexto o sentido de uma mulher que teve que incorporar as representações do masculino para se sentir empoderada e enfrentar o discurso que a inferiorizava. Não por acaso, do trecho de Sarti, é possível pensar como as identidades binárias e a reprodução de suas características estão ligadas à “instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que

---

<sup>384</sup>SARTI, Cynthia. Não sou mais aquela. *Lampião da Esquina*. nº 23, abril de 1980, p. 7.

<sup>385</sup>Idem, *ibidem*, p. 8.

circulam numa sociedade”<sup>386</sup>. A revolução a ser feita pelos movimentos feministas seria, como afirma Gontijo Muniz, “libertá-las dos “quadros de ferro” dessa lógica que deixa de lado todos aqueles e aquelas que escapam de seu modelo de referência, que homogeneíza a pluralidade com suas concepções totalizadoras, sexistas e hierarquizadoras”<sup>387</sup>.

Na mesma edição, o grupo SOMOS/SP declara apoio ao movimento das mulheres, frisando ser importante avançar na luta contra “a discriminação sexual, contra a dupla jornada de trabalho, por equiparação salarial e melhores salários, por creches, pelo direito do aborto gratuito e direito à utilização do próprio corpo”<sup>388</sup>, mas também repudiam a interferência dos partidos políticos, que silenciaram as mulheres “escamoteando a discussão de temas como o machismo como forma de repressão à mulher, a questão das lésbicas, das negras, das prostitutas”<sup>389</sup>. E, reiterando o discurso defendido por alguns editores do *Lampião da Esquina*, defenderam a “necessidade da legalização do aborto e a sexualidade feminina de um modo geral”<sup>390</sup> sendo estas colocadas como questões essenciais a serem debatidas.

Na mesma edição, um grupo de mulheres não identificado na matéria pontua três concepções de movimentos feministas: a primeira tendência considera essencial discutir “a repressão e a violência sexual, as condições em que o aborto é feito, as desigualdades no trabalho, na família e na sociedade como um todo”<sup>391</sup>, outra defende a participação da mulher “nos movimentos sociais gerais – nas lutas do povo por água, esgoto, saúde, eleições diretas, constituintes, etc. O movimento das mulheres seria então um canal para a participação das mulheres”<sup>392</sup> nesses outros movimentos, e a terceira tendência “pretende negar as mulheres seu direito de organizar-se e expressar-se num movimento independente”<sup>393</sup>. Por meio dessas concepções, na matéria parece central unir as duas primeiras formas de se pensar as lutas feministas, reivindicando direitos essenciais para a luta das mulheres, mas também avançando nas lutas sociais no conjunto da sociedade,

---

<sup>386</sup> LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 15.

<sup>387</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre gênero, sexualidade e o Segredo de Brokeback Mountain. In: STEVENS, Cristina M. T. e SWAIN, Tânia N. (org) *A construção dos Corpos. Perspectivas Feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008, p. 120.

<sup>388</sup> O APOIO das bichas. *Lampião da Esquina*, nº 23, abril de 1980, p. 8.

<sup>389</sup> Idem, *ibidem*, p. 8.

<sup>390</sup> Idem, *ibidem*, p. 8.

<sup>391</sup> CONTRA o autoritarismo. *Lampião da Esquina*, nº 23, abril de 1980, p. 8.

<sup>392</sup> Idem, *ibidem*, p. 8.

<sup>393</sup> Idem, *ibidem*, p. 8.

ou seja, lutar por questões que melhorem a vida da mulher em específico, e também avançar em questões que permitem a transformação da sociedade.

Na edição 24, é possível encontrar outro conjunto de fontes relevantes para esta análise. Trevisan entrevista mulheres de movimentos feministas diversos pontuando sobre o II Congresso da Mulher Paulista. Uma entrevista com “Ana Matilde Mota, da Associação das Mulheres; Maria Moraes, do Grupo Nós Mulheres; Teresa Caldeira, feminista independente; Cynthia Sarti, também do grupo Nós Mulheres”<sup>394</sup>. Nessa parte, Trevisan inicia perguntando sobre as perspectivas do movimento feminista em face do último encontro, que teve forte presença de militantes partidários. As entrevistadas de modo geral relatam que essa questão é problemática, afirmando que apesar de uma participação massiva de mulheres, fazendo “um congresso de quatro mil mulheres”,<sup>395</sup> nenhuma pauta prevista foi aprovada. Nesse sentido, afirmam preferirem reunir um número menor, mas debater questões específicas a elas. Nessa entrevista, a questão de classe é recolocada, ao que elas rebatem que o “feminismo tem uma base que é bem urbana e de classe média”<sup>396</sup> e que é justamente “nessa base que está a raiz da problemática”<sup>397</sup>. A questão de classe, segundo elas, pode sim dividir o movimento, afinal as pautas podem não se conciliar, não chegar a uma unidade, mas é importante que o movimento pense que ele deve ser plural, as pautas podem ser várias, e não uma, mais do que isso, elas não devem lutar somente pelas questões específicas que as atingem naquele momento, são pautas importantes, mas, central a ser discutido é pensar que toda essa opressão que elas sofrem, de diferentes maneiras e formas, que se destacam quando pensamos nas questões de classe, são causadas por um sistema produtor de formas de agir e pensar, um sistema em que o homem é referente central, e que esses valores perpassam classes sociais e atingem as mulheres das formas mais variadas possíveis, gerando as opressões que as deslegitimam e silenciam. E é “uma disposição para o questionamento e a inquietude, um estranhamento de tudo ou de qualquer sujeito ou prática que se represente como normal, natural e incontestável, como adverte Louro, que deverá ser visto como a possibilidade de desestruturas do sistema androcêntrico, nesse processo.

---

<sup>394</sup>ENTREVISTA. Feministas viram a mesa. *Lampião da Esquina*, nº 24, maio de 1980, p. 12.

<sup>395</sup>Idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>396</sup>Idem, *ibidem*, p. 13.

<sup>397</sup>Idem, *ibidem*, p. 13.

Ainda sobre o evento, havia mulheres católicas que pediam para não ser mencionado o tema do aborto, e em decorrência disso, Maria, na entrevista, vai afirmar que “mulheres estão abortando não sei quantos milênios. Todo ano três milhões de mulheres morrem por causa disso”<sup>398</sup>. Ao perceber que são esses aparelhos produtores de formas de agir e pensar que contribuem para a manutenção das desigualdades, nesse caso a igreja, que se poderá superar diversas pautas, frutos de divergências e, também, romper com os arautos desse sistema. Aqui a tecnologia de poder pode ser observada nos discursos da religião ou da igreja, que é “uma tecnologia social construtora de gênero, produtora dos efeitos de sentido nos corpos, comportamentos e relações sociais”<sup>399</sup>. Ao se mencionar o tema da maternidade, uma entrevistada afirma que ser mãe direciona para o “papel mais tradicional da mulher. Deus me livre! Eu não sou mãe, não tenho nada a ver com isso, Deus me livre de ser a eterna doadora...”<sup>400</sup>, principalmente ser mãe conforme “concebe a Igreja: sem prazer”<sup>401</sup>, ao afirmar isso, ela não percebe que a negação do prazer não é somente às mulheres mães, que ao não ter filhos ela não se exime da exigência social de reprodução, que ao negar essa função social, ela será novamente estigmatizada e inferiorizada. A negação do prazer feminino perpassa tanto pela mulher-mãe, quanto pela que optou por não ser. Nesse processo de construção das identidades, ainda segundo Louro,

Treinamos nossos sentidos para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam pelas várias formas que se expressam<sup>402</sup>.

Nesse sentido, é importante que essas mulheres que se colocam como livres das imposições identitárias, se percebam como inseridas nesse sistema, sendo este, quiçá, uma forma de romper com as normatizações sobre os corpos.

Juntamente aos encontros de mulheres de que foram tratados no 1<sup>a</sup> Congresso da Mulher Fluminense, também contribui para refletir sobre as abordagens feitas pelo

---

<sup>398</sup>ENTREVISTA. Feministas viram a mesa. *Lampião da Esquina*. n° 24, maio de 1980, p. 13.

<sup>399</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre gênero, sexualidade e o Segredo de Brokeback Mountain. In: STEVENS, Cristina M. T. e SWAIN, Tânia N. (org) *A construção dos Corpos. Perspectivas Feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008, p. 130.

<sup>400</sup>ENTREVISTA. *Op.cit.*, p. 12.

<sup>401</sup>Idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>402</sup> LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 15.

jornal sobre os movimentos feministas durante a existência do *Lampião da Esquina*, e sobre esse evento, Leila Miccolis.

Com cerca de trezentos participantes ocorreu esse encontro, as temáticas “mulher, família e sexualidade”<sup>403</sup> não foram bem aceitas. “A maioria das turmas preferiu discutir carestia, à revelia do temário estabelecido, como se os problemas específicos da mulher fossem apenas resolvidos aí”<sup>404</sup>. Apenas duas turmas decidiram discutir as questões da sexualidade, mas ao decidirem por esse tema, logo a coordenadora “retirou-se indignada, deturpando dados e informações: segundo o seu relatório, tínhamos perdido três horas discutindo clitóris e dando depoimentos pessoais íntimos de pouca valia”<sup>405</sup>, nesse grupo “uma das participantes que nunca gozara com o marido e ficara aliviada ao ouvir pela TV – Mulher a preciosa informação de que o gozo só era necessário ao homem”<sup>406</sup>. Nesse depoimento, revela mais uma vez como o jornal vai introduzindo sua forma de pensar como modelo para a militância feminista, junto a isso, nota-se como as tecnologias de poder, nesse caso a televisão, produz e reproduz representações sociais que sugerem modelos a serem seguidos, e contribui para a manutenção de um determinado discurso. Como define Swain:

A incongruência é tão enorme que necessita desta constante iteração discursiva e imagética, desta pedagogia social que institui e naturaliza os comportamentos e as identidades de sexo. Envoltas e criadas em dicotomias e polaridades, em instituições e práticas que nos delimitam possibilidade e ações, somos prisioneiras de corpos sexados, desejando sê-lo talvez, reivindicando prazeres efêmeros e insatisfatórios<sup>407</sup>.

Quando as instituições reguladoras do sexo, neste caso a mídia, diz ser norma a mulher não sentir prazer nas relações sexuais, a frustração inicial da mulher se esvai, já que a reiteração da negação do prazer feminino foi feita, e assim ela aceita e se sente confortada. São por meio dessas instituições que saberes e práticas se constituem e sua manutenção se concretiza justamente por essa constante reiteração, essenciais para o cumprimento da norma.

---

<sup>403</sup>MICCOLIS, Leila. Mulheres encontram mulheres. *Lampião da Esquina*. nº 26, julho de 1980, p. 12.

<sup>404</sup>Idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>405</sup>Idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>406</sup>Idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>407</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo. In: STEVEN, Cristina Maria & SWAIN, Tânia Navarro (org.). *A construção dos corpos: Perspectivas feministas*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres. 2008, p. 288.

Na mesma matéria, fala-se do Encontro de Grupos Feministas de SP, que aconteceu na cidade de Valinhos – São Paulo, contando com a participação de grupos variados “Grupos de Ação Lésbica – Feminista, Somos/SP, Sociedade Brasil Mulher, Grupo Nós Mulheres, Grupo 8 de Março, Centro da Mulher Brasileira, Grupo Feminista de Campinas, de Brasília, Coletivo de Mulheres, e Auê/Rio”<sup>408</sup>, em que o ponto central do evento foi pensar em “como negar uma forma de organização patriarcal, machista e hierárquica, substituindo-a por uma maneira de atuação feminista”<sup>409</sup>, essa questão se faz importante para pensar em como romper com as velhas estruturas e começar a pensar novas formas de agir e pensar sem ligação com representações do patriarcado, afinal, muitas vezes percebemos que estamos “reproduzindo os papéis que nos são impostos por esta mesma estrutura que combatemos”<sup>410</sup>. Assim, para deslocar-se da norma, podemos fazer uso das análises fílmicas propostas por Diva Muniz, quando analisa o filme o Segredo de Brokeback Mountain, afirma que

[...]algumas ovelhas quando se desgarram do rebanho ficaram sem proteção e a vigilância dos pastores. Isso significou a morte para algumas e a indefinição para umas demais. Estas foram confundidas como integrantes de um rebanho alhures, já que ingressaram no espaço da insegurança, imprecisão e indeterminação<sup>411</sup>.

Ousar sair desse sistema, ultrapassando as barreiras das identidades construídas, é como desgarrar-se das ovelhas, é perder o sentimento de pertencimento no sentido monolítico, mas é também uma possibilidade de viver fora alternativamente e desconstruir o sistema definidor de identidades binárias. Esses sujeitos que ousam ultrapassar essas grades, romper os limites do pensável, seriam, segundo Louro,

[...] aqueles que não se conformam às normas de inteligibilidade cultural pelas quais deveriam ser definidos, nos fazem pensar para além de suas práticas e identidades sexuais. Descontinuidade e incoerência não são, necessariamente, um mal que deve ser evitado a qualquer custo. Em vez disso, podem se expressar como uma disposição para pensar além do que usualmente se é capaz de pensar; podem nos levar a questionar e romper os limites do pensável em muitos espaços, em múltiplos domínios<sup>412</sup>.

---

<sup>408</sup>MICCOLIS, Leila. Mulheres encontram mulheres. *Lampião da Esquina*, nº 26, julho de 1980, p. 12.

<sup>409</sup>Idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>410</sup>Idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>411</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre gênero, sexualidade e o Segredo de Brokeback Mountain. In: STEVENS, Cristina M. T. e SWAIN, Tânia N. (org) *A construção dos Corpos. Perspectivas Feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008, p. 135.

<sup>412</sup>LOURO, Guacira Lopes. O “estranhamento” queer. In: *ANAIS do Seminário do Fazendo Gênero VII*. Florianópolis, 2006, p. 147.

São essas subversões importantes para tal desconstrução. Nessa perspectiva, será que editores do *Lampião da Esquina*, ao trazerem, predominantemente, essas reportagens que enfocam a questão da sexualidade, do direito ao prazer e ao corpo, não estaria reproduzindo os valores do inimigo que eles tentam combater? Segundo Miccolis, isso ocorre por faltar uma “identidade feminista que se oporia a identidade machista que tem marcado nossa maneira de atuar”<sup>413</sup>. E o que seria essa identidade feminista? Uma cristalização de modos e concepções sobre o pensamento e as práticas das mulheres, como as mulheres devem agir de acordo com as próprias mulheres? Uma padronização ou uma liberação do “ser mulher”, ou do sujeito feminino, tecido pelas próprias mulheres?

Reiterando os pontos essenciais para esse grupo de feministas, Miccolis afirmou que deve ser tratado como questão central, a sexualidade, que ela entende como o “direito irrestrito ao uso do próprio corpo”<sup>414</sup>. Para ela,

Nisso consiste o feminismo: numa atitude política nova (no sentido de tentar não reproduzir papéis, símbolos e comportamentos da sociedade patriarcal), nela se incluindo também a discussão do privado, como forma de mudança do comportamento cotidiano. O descondicionamento de padrões estabelecidos e impostos só pode ser feito quando comparamos nossos próprios valores, quando há identificação de conflitos, quando nos aproximamos dos outros enquanto pessoas. E, a meu ver, é a verbalização do seu emocional uma das maiores armas das mulheres, já que elas sempre foram silenciadas e silenciosas<sup>415</sup>.

Romper com os padrões do patriarcado é uma importante atitude para desestabilizar as estruturas desse sistema que silencia mulheres, mas se faz importante salientar que as novas atitudes devem passar constantemente por reflexões e críticas, para que não sejam reproduzidas as velhas estruturas normativas por meio de novas roupagens. Não por acaso, ela ainda adverte:

Talvez seja produtivo desconfiar do estabelecido, do pensamento muito bem arranjado e absolutamente coerente, talvez se deva

---

<sup>413</sup>MICCOLIS, Leila. Mulheres encontram mulheres. *Lampião da Esquina*, nº 26, julho de 1980, p. 12.

<sup>414</sup>Idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>415</sup>Idem, *ibidem*, p. 12.

suspeitar das coisas e dos sujeitos demasiadamente respeitáveis e intocáveis. Talvez se deva estranhar, sempre<sup>416</sup>.

O encontro também produziu o “Hino das Femenistas”<sup>417</sup>, em que diz “a rainha do lar já morreu/ agora quem manda sou eu/, já posso ser mãe solteira/ lésbica ou engenheira”<sup>418</sup>. O avanço da mulher sobre postos de trabalho, que antes eram tidos como masculinos, é uma importante maneira de romper com ideais sexistas, afirmar que a mulher pode ser o que ela quiser, engenheira, lésbica, ou o que desejar, isso é uma maneira de mostrar também às mulheres que elas podem galgar espaços antes negados a elas. Não obstante, os espaços por elas já ocupados, não devem ser hostilizados, a mulher dona de casa, a mulher casada, ou a que tem filhos, não pode ser considerada uma inferior. Partindo-se de princípios feministas, é importante que se garanta às mulheres toda essa liberdade que elas reivindicam por anos, que seja garantido o acesso a diversos postos de trabalho, mas a mulher que deseje ser dona de casa, não deve ser inferiorizada. A naturalização do discurso é um dos caminhos que constituem as identidades, e elas são estas grades aprisionadoras do sujeito, ou seja, para ocorrer uma efetiva desconstrução dos estigmas, deve-se pensar como propõe Swain que “mudar um regime de verdade não significa apenas mudar de lugar, mas inverter os paradigmas para melhor dissolvê-los”<sup>419</sup>.

Nesse sentido, o importante da luta é que todas tenham consciência do sistema que integram e que tenham plena capacidade de criticar e fazer livremente suas escolhas ou de mudá-las quando acharem necessário, desconstruindo as imagens/identidades cristalizadas e introjetadas sobre seus corpos.

Na edição 27, há um texto sobre a ida de Lélia Gonzalez para a Conferência Mundial da Década do Ano Internacional da Mulher, momento em que elas redigem um documento fazendo reflexões sobre o feminismo. Nessa matéria, assinada por Miccolis, no início do documento afirma-se que a luta é de todas as mulheres, homossexuais ou heterossexuais, e que devido à situação em que se encontra o país, de “enorme miséria

---

<sup>416</sup>LOURO, Guacira Lopes. O “estranhamento” queer. In: ANAIS do Seminário do Fazendo Gênero VII. Florianópolis, 2006, p.147.

<sup>417</sup>MICCOLIS, op.cit., p. 13.

<sup>418</sup>Idem, ibidem, p. 13.

<sup>419</sup>SWAIN, Tânia Navarro (org.). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: Textos de História, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 Feminismos: Teorias e Perspectivas, pp. 47-85, 2000, p.79.

sofrida pela maioria da população”<sup>420</sup>, coloca-se a necessidade de duas frentes de lutas como imprescindíveis para o movimento: “dentro da atual realidade brasileira, acreditamos que, a par de uma transformação político-econômica, é indispensável uma mudança ideológica que permita cada mulher ter direito ao seu prazer”<sup>421</sup>, junto a isso, que ela tenha direito de viver “seu tipo de sexualidade”<sup>422</sup> como garantia de direitos sociais.

Por meio da publicação de tal matéria, assinada por Miccolis, sobre um documento a ser levado à conferência mundial, os editores do *Lampião da Esquina* demonstram novamente seu posicionamento frente aos feminismos, aliando-se às pautas referentes à sexualidade como princípio para uma ação revolucionária, acreditando assim ser possível mudar as estruturas de uma sociedade criada em bases sexistas.

No fim do documento, afirma-se que enquanto movimento, “não nos interessa, portanto, a mera aceitação e adaptação nesta sociedade injusta e anti-democrática: queremos, exatamente, é a mudança dela, tanto em sua estrutura quanto no seu arcabouço ideológico”<sup>423</sup>. Em aparente contradição, apesar da anterior proposição em romper com o arcabouço ideológico ou normativo, o texto sugere: “as mulheres de todo mundo tem de estar unidas na busca da sua identidade”<sup>424</sup>. Novamente, a questão da busca pela identidade é trazida nos debates feministas, novamente faz-se necessário colocar questionamentos: que identidade é esta que as mulheres devem buscar? Qual a concepção de identidade defendida por estas feministas? Monolítica? Baseada na busca pelo prazer e na sexualidade livre como padrão a ser seguido pelas mulheres para se alcançar a liberdade das “garras” do sexismo? Não seria essa identidade aprisionadora das diversas formas de ser mulher?

A busca por uma afirmação da identidade, naquele momento, deve ser vista em suas condições históricas de possibilidade. E era importante afirmar uma identidade – feminina, homossexual, ainda que o conceito levasse a pensar a problemática de tantas outras, com base em interseções do gênero, raça, classe... - por que lutar. Como afirma Weeks,

---

<sup>420</sup>MICCOLIS, Leila. Mulheres encontram mulheres. *Lampião da Esquina*, nº 26, julho de 1980, p. 12.

<sup>421</sup>Idem, ibidem, p. 12.

<sup>422</sup>Idem, ibidem, p. 12.

<sup>423</sup>Idem, ibidem, p. 12.

<sup>424</sup>Idem, ibidem, p. 12.

A ideia de identidade sexual é ambígua. Para muitos, no modelo moderno, é um conceito absolutamente fundamental, oferecendo um sentimento de unidade pessoal, de localização social e até mesmo de comprometimento político<sup>425</sup>.

Mas, a proposição de uma identidade única pode ser a constituição de uma nova identidade cristalizada e enraizada naquilo que ela propõe desconstruir. Ao criar um padrão a ser atingido pelas mulheres como busca de liberdade, baseado exclusivamente no reconhecimento do próprio corpo e na descoberta da sua sexualidade, como meio de romper com as estruturas do machismo, do falocentrismo e do patriarcado, não estariam elas constituindo mais um referente fixo e uma normatização, relegando assim a um enquadramento das identidades femininas? Como questiona Swain:

Se a teoria é capaz de analisar a construção de identidades, que se tornam pedra fundadora do humano, a prática social da desconstrução revela-se muito mais complicada. Como tornar-se nômade face ao mundo povoado de identidades “naturais”?<sup>426</sup>

Essas representações da identidade defendidas por Miccolis, publicadas nas páginas do *Lampião da Esquina*, são evidências de uma certa problemática que tem uma historicidade. Ou seja, revelam essa complexidade de que fala Swain e, se por um lado, sugerem um centralizar das maneiras de se romper com as velhas estruturas, buscando unificação de identidades, por outro, insinuam a necessidade de formulação de uma luta política, e por isso apontam para certas maneiras de ser e agir, produzindo assim uma nova normatização entre as mulheres, o que eu conceituaria de “feminormatividade”.

Nesse sentido, a saída para desalojar-se da cabeceira das velhas estruturas, “não significa negar a existência de estruturas identitárias, ao contrário, significa conhecê-las em suas condições de produção, em suas formas históricas de representação e auto-representação. Significa atuar, a partir destas, no sentido de desestabilizá-las”<sup>427</sup>, rompendo com arautos já estabelecidos e muito bem conhecidos, é permitindo que as mulheres tracem seus caminhos tendo como objetivos não as concepções dadas e ensinadas como modelos, mas sim, as que ela acredita no seu interior.

---

<sup>425</sup>WEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 69.

<sup>426</sup>SWAIN, Tânia Navarro (org.). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 Feminismos: Teorias e Perspectivas, pp. 47-85, 2000, p. 72

<sup>427</sup>Idem, *ibidem*, p. 75.

Na Edição 35, de abril de 1980, já próximo ao final do período em que Lampião de Esquina conseguiu ganhar as ruas, em uma matéria não assinada, é possível ler a notícia sobre o 3º Congresso da Mulher Paulista. De acordo com o texto, “para nós do Lampião, que estamos preocupados com o crescimento de um real e autônomo Movimento de Mulheres, esse Congresso resultou bastante decepcionante por sua inexpressividade”<sup>428</sup>. Em avaliação, ainda se afirma que, apesar dos avanços do movimento de mulheres, seria grande a cooptação e manipulação desses segmentos políticos.

Acima de tudo, a intensidade das disputas nos deu uma idéia clara da importância política que o Movimento de Mulheres Adquiriu para as agremiações partidárias de esquerda. Do antigo papel de secretária militante, a mulher passou para o de militante de primeira linha, teoricamente. Só que, na prática, em nenhum dos dois casos ela deixou de ser instrumento de manipulação. Nessa tentativa de capitalizar energias, poderíamos dizer sem exagero que o 3º CMP resultou num mal disfarçado rito de caça a mulher. Evidentemente os lobos voltaram a aparecer sob o disfarce de mulher<sup>429</sup>.

Um fato a ser destacado do movimento foi o “racha inevitável entre a Coordenação e o grupo do jornal Hora do Povo –HP, com a consequência da realização de dois Atos Públicos”<sup>430</sup>. No evento do jornal HP, ocorrido no Estádio Municipal do Pacaembu, foram distribuídas camisetas com propagandas do óleo de cozinha, fato que remete mais uma vez a mulher como “rainha do lar”, responsável pelos afazeres domésticos. O evento da coordenação do Congresso da Mulher Paulista – CMP, ocorreu na praça da Sé, contando com 5 mil participantes, as palavras de ordem eram “abaixo a ditadura que as mulheres estão na rua”<sup>431</sup> e também “abaixo a carestia que a panela está vazia”<sup>432</sup>, juntamente, a faixa pedindo a legalização do aborto. Pelas chamadas, podemos observar a preocupação política, econômica, social e cultural, na pauta de lutas em relação ao fim do regime militar, ao fim da carestia e em relação à liberdade do corpo.

Sobre esse evento, é possível perceber o quão insidiosas são as práticas reiterativas da tentativa de consolidação da identidade feminina. Ao entregar óleo às

---

<sup>428</sup> A HORA da porrada. Lampião da Esquina, nº 35, abril de 1981, p. 12.

<sup>429</sup> Idem, ibidem, p. 12.

<sup>430</sup> Idem, ibidem, p. 12.

<sup>431</sup> Idem, ibidem, p. 12.

<sup>432</sup> Idem, ibidem, p. 12.

mulheres, reitera-se o discurso da mulher como responsável pelas tarefas do lar. Nesse sentido, se faz necessário, como propõe Muniz, um “investimento na desnaturalização das identidades sociais e sexuais e na atenção à dimensão relacional do movimento configurador das diferenças sexuais”<sup>433</sup>. Segundo Louro, é por meio da compreensão da “normalização – no seu sentido mais amplo – como lugar da violência social”<sup>434</sup> que pode se desestabilizar o fluxo de inferiorizações, e essa reiteração dos papéis identitários.

Em uma entrevista, onde o assunto são os bastidores do 3<sup>a</sup> Congresso da Mulher Paulista, João Silvério Trevisan tenta entender o porque do grupo Nós Mulheres ter enfrentado problemas dentro das reuniões de organização do evento. Nesse sentido, a entrevistada Teca revela o preconceito sofrido pelas lésbicas dentro desse evento, quando foram feitas falas preconceituosas de mulheres que questionaram o “porque se tratava de um Congresso de Mulher, mas tinha gente ali que não era “nem mulher, nem homem”, e que devia estar noutro lugar”<sup>435</sup>. Em vista disso, vários grupos de mulheres defenderam a participação das lésbicas, o grupo do jornal HP defendeu a participação delas, “mas não aceita que nossa questão faça parte de discussão”<sup>436</sup>. Após muitos debates, “disseram que poderiam até rever sua posição em relação ao homossexualismo, mas que não a reveriam frente ao SOS – Mulheres”<sup>437</sup>. Isso, porque, segundo o jornal HP, o SOS - Mulheres<sup>438</sup> levaria os casos de violência familiar para a polícia, culpando “o operário que chega em casa cansado e bate na mulher”<sup>439</sup>. Como aponta Puga, essa defesa dos operários em relação à violência contra a mulher por parte de alguns grupos ocorre “pois existe uma construção cultural da posse do corpo feminino pelo masculino, o poder do patriarca sobre a casa, os bens imóveis, os filhos e filhas, a esposa ou companheira”<sup>440</sup>.

Nesse sentido, podemos afirmar que o SOS - Mulheres é um importante meio de mostrar para a sociedade de que a violência contra mulher é real, concreta, e a partir

---

<sup>433</sup>MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre gênero, sexualidade e o Segredo de Brokecack Mountain. In: STEVENS, Cristina M. T. e SWAIN, Tânia N. (org) A construção dos Corpos. Perspectivas Feministas. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008, p. 135.120.

<sup>434</sup>LOURO, Guacira Lopes. O “estranhamento” queer. In: ANAIS do Seminário do Fazendo Gênero VII. Florianópolis, 2006, p. 146.

<sup>435</sup> ENTREVISTA: Um congresso bem – pensante ? Lampião da Esquina, nº 35, abril de 1981, p. 13.

<sup>436</sup> Idem, ibidem, p. 13.

<sup>437</sup> Idem, ibidem, p. 13.

<sup>438</sup> SOS – Mulheres eram grupos de recebimento de denúncias de violência contra as mulheres.

<sup>439</sup> ENTREVISTA: Um congresso bem – pensante? Lampião da Esquina, nº 35, abril de 1981, p. 13.

<sup>440</sup> PUGA, Vera Lúcia. Autonomia feminina como porta de saída da violência. In: ANAIS XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013, p. 1.

dessas ações ela passa a ser contabilizado e se torna estatística, mostra que existe como afirma Teca “uma opressão específica dos homens contra as mulheres”<sup>441</sup>. É por meio desses dados que grupos feministas começaram a construir e legitimar suas reivindicações por ações sociais de assistência às mulheres, por meio disso conseguiram denunciar com maior veemência as opressões que recaem sobre elas.

Sobre o racha no CMP, Teca afirma que se deu pela tentativa de unificar o movimento, “o discurso que propõe juntar tudo isso, juntar tudo no mesmo balaio, é uma forma furada”<sup>442</sup>. Esse processo repressivo, de tentativa de aglutinação, ocorre independente do nível social, por um sistema falocêntrico que tenta construir homens e mulheres baseados em padrões normativos, consolidados em identidades fixas, que na verdade são ilusórias, fazendo “parecer difícil entendê-la como tendo propriedades de fluidez e inconstância”<sup>443</sup>.

Nesse sentido, é importante levar em consideração as diferenças e perceber que o movimento é difuso, plural, por isso era difícil criar uma pauta única, em meio a diversas reivindicações dos distintos movimentos feministas existentes, tais como a Associação das Donas de Casa, o movimento Lésbico Feminista, o Nós Mulheres e o HP. Movimentos que já deviam ter suas características próprias, particularidades que talvez não os permitisse chegar a consensos.

### **3.3 O direito ao corpo: tornando visíveis outros discursos, outros corpos e outras identidades sociais/ sexuais**

Na Edição 25, de junho de 1980, as páginas do *Lampião da Esquina* veiculam duas reportagens sobre o aborto: a primeira, de Pier Paolo Pasolini, ou melhor, um resumo feito por João Carlos Rodrigues, do artigo publicado no *Corriere della Sera*, em janeiro de 1975. Pasolini questiona o aborto, afirmando que considera “como muitos,

---

<sup>441</sup> ENTREVISTA: Um congresso bem – pensante? *Lampião da Esquina*, nº 35, abril de 1981, p. 13.

<sup>442</sup> Idem, *ibidem*, p. 13.

<sup>443</sup> LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p.13.

uma legislação de homicídio”<sup>444</sup>, indo além, questiona se esse não seria outra imposição do mercado.

Dando voz a um movimento feminista, em uma matéria não assinada, publicada na edição 25, de junho de 1980, no mesmo jornal vimos o contraponto:

O feminismo postula o direito da mulher de decidir sobre o processo de reprodução, [...]. O feminismo é contra o poder das instituições do Estado, da Igreja, do saber constituído, isto é, da medicina, sobre nosso corpo, nossa sexualidade e reprodução. Sendo o feminismo um movimento que visa a transformação social, ele tem uma série de reivindicações imediatas, como a legalização do aborto, que são constituintes do movimento e que não se esgotam aí. Defende-se o direito ao aborto dentro de uma linha de conscientização e pelo exercício de outros direitos: ao prazer, ao questionamento do papel da mulher nas sociedades de cunho patriarcalista, contra o caráter classista das leis e dos poderes.[...] Para terminar, frisamos que nós, mulheres feministas, somos a favor da legalização do aborto, do acesso a contracepção, do direito de termos os filhos que desejarmos, na perspectiva não da realização de metas político-econômicas, de defesa de determinados interesses de grupos no poder, ou de um bem-estar de uma população em abstrato, mas tendo como princípio que, a cada mulher deve ser dado o direito de decidir sobre sua vida<sup>445</sup>.

A questão econômica é apresentada nas duas matérias, ressaltando as imposições do mercado e dos poderes que incidem sobre o corpo da mulher, servindo nada mais do que para manutenção de um ciclo mercadológico de exploração do corpo feminino. Quando as mulheres falam sobre o aborto, elas além da problemática questão político – econômica, defendem o aborto como uma forma de garantir à mulher o direito ao próprio corpo, de “decidir sobre sua vida”<sup>446</sup>. É importante existirem programas de prevenção à gravidez, o acesso deveria ser amplo e irrestrito, mas pensar no corpo feminino apenas como produto de uma sociedade capitalista, é ignorar a existência de um discurso dominante que as inferioriza para manutenção do poder, assim, ao invés de dar voz monoliticamente ao discurso econômico como único determinante, como seria natural ou naturalizado nos anos 70 ou 80, talvez fosse mais importante pensar criticamente, como o faz Swain vinte anos depois. Segundo ela, sobre isso, o que se deve perceber é que

A regulamentação da fecundidade, as leis que decidem sobre o aborto e gerem os corpos femininos, a normalização dos comportamentos, a

---

<sup>444</sup>PASOLINI, Pier Paolo. O Aborto segundo Pasolini. Lâmpião da Esquina. Edição 25, junho de 1980, p. 2.

<sup>445</sup>A PALAVRA das mulheres. Lâmpião da Esquina, nº 25, junho de 1980, p. 2.

<sup>446</sup>Idem, ibidem, p. 2.

noção de “instinto materno”, tão cara ao senso comum, a ênfase e a importância dadas à célula familiar, são também mecanismos de construção dos corpos<sup>447</sup>.

Uma construção onde um poder normativo define “os corpos “femininos” e os marcos de inferioridade”<sup>448</sup>. Em outra matéria publicada em outubro de 1980, Janice Caiafa discute o caráter político do aborto:

[...] Nessa questão, a vida de que se tem certeza é a da mulher que, sentada sozinha na sala, espera que a junta de legisladores, amantes, curiosos, médicos, juízes decida o que vai se passar no corpo dela. [...] Proibir a mulher de abortar por uma preocupação com a saúde dela? E liberar a pílula, que interfere na economia dos hormônios e transforma a mulher na cobaia da medicina oficial que lamenta os efeitos talvez nem colaterais, uma vez que aceitos tão facilmente<sup>449</sup>.

Durante anos, a discussão sobre o corpo feminino é feita por homens, ou em um discurso que tem o masculino branco como referente, em que criaram mecanismos de manutenção desse discurso e impuseram o natural como forma de justificar o papel construído da mulher na sociedade. Como define Caiafa, já nos anos 80, “tudo isso parece talvez irracional. Fruto de uma ação desregrada, de um erro, um lapso, um absurdo”<sup>450</sup>, mas na verdade não é, toda essa questão da tomada de decisões sobre o corpo da mulher por instituições “trata-se do efeito de uma economia de forças bastante lógica, bastante razoável, dotada de uma ordem interna em que vigora uma regra”<sup>451</sup>, pautada no ideal de submissão e inferiorização, em que “o corpo da mulher tem sido muito mais vulnerável ao controle minucioso da sociedade disciplinar”<sup>452</sup>, pois seu corpo é visto como propriedade mundial, universal, responsável pelo “equilíbrio das populações, a harmonia mundial e pelo controle demográfico”<sup>453</sup>. As mulheres carregam essa carga de uma representação construída no/pelo discurso androcêntrico, em que sua individualidade é negada, seu direito a decidir sobre seu corpo é esvaziado, a mulher “dotada de vontade, desejos, pressão arterial, idéias e expectativas”<sup>454</sup> é negada como se seu corpo fosse propriedade desse sistema.

---

<sup>447</sup>SWAIN, Tânia Navarro (org.). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 Feminismos: Teorias e Perspectivas, pp. 47-85, 2000, p. 61.

<sup>448</sup>Idem, ibidem, p. 60.

<sup>449</sup>CAIAFA, Janice. Aborto corpo livre. *Lampião da Esquina*, nº 29, outubro de 1980, p. 10.

<sup>450</sup>Idem, ibidem, p. 10.

<sup>451</sup>Idem, ibidem, p. 10.

<sup>452</sup>Idem, ibidem, p. 10.

<sup>453</sup>Idem, ibidem, p. 10.

<sup>454</sup>Idem, ibidem, p. 10.

Segundo Swain:

É assim que por um lado, o discurso da “natureza” faz da procriação a essência da mulher e subtrai-lhe ao mesmo tempo do papel de sujeito e a posse de seu corpo; por outro, a instituição do casamento em particular e a heterossexualidade compulsória, em geral, fazem com que as mulheres possam ser apropriadas em sua sexualidade e sua força de trabalho de modo individual e coletivo pelos homens<sup>455</sup>.

Nesse sentido, percebe-se que os diversos aparatos norteadores sobre os padrões da sexualidade, os dispositivos de que fala Foucault, constroem e/ou apropriam da verdade sobre o sexo e também a estabelecem, reiteram ou corrigem, na medida em que admite uma superposição fora da norma entre o corpo e a mente dos sujeitos sociais. Guacira Lopes Louro também discute a representação binária da identidade e a naturalização dos corpos, propondo pensar no sexo como algo construído política e socialmente. A partir desse pressuposto teórico

[...] podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade<sup>456</sup>.

Isso ocorre, segundo Caiafa, porque “mecanismos do poder que estão à nossa volta e nos níveis mais pequenos e imediatos de controles, são muito mais sutis e insidiosos”<sup>457</sup>. Esse controle, “não se trata de uma proibição pura e simples que nos é imposta”<sup>458</sup>, mas, “trata-se de uma economia mais complicada em que permitem em

---

<sup>455</sup>SWAIN, Tânia Navarro (org.). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 Feminismos: Teorias e Perspectivas, pp. 47-85, 2000, p. 56.

<sup>456</sup>LOURO, Guacira Lopes. O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte, Autêntica, 2000, p. 6.

<sup>457</sup>CAIAFA, Janice. Aborto corpo livre. *Lampião da Esquina*, nº 29, outubro de 1980, p. 10

<sup>458</sup>Idem, *ibidem*, p. 10

alguns momentos certas coisas e se proíbem outras em certo grau ou de um certo jeito”<sup>459</sup>.

Não por acaso, é possível perceber que esse controle da sexualidade e do corpo feminino e suas determinações não cessam o aparato regulatório, ou o sexo, de que fala Butler, exige e impõe normas em todas as instâncias e nesse discurso, as justificativas para a manutenção desse poder são infundáveis.

Caiafa questiona essas imposições,

Em que medida somos ainda mulheres livres, ou já consideradas putas, ou até que ponto gozar, por que caminho, ou a partir de que carícia, quando parir, quando se dar, quando se guardar. Essa administração não é nem um pouco irracional; está a serviço da lógica do poder. Calar as mulheres por seu sangue bárbaro, calar os homossexuais e as confianças. Porque só os pequenos são capazes de desfazer o que as instâncias oficiais preparam e fazer uma coisa, produzir outro acontecimento<sup>460</sup>.

As imposições sobre o corpo feminino são inúmeras, o padrão a ser seguido está posto e imposto, o ideal de “verdadeira mulher” é constantemente reiterado, numa sociedade de representações sociais, de modelos ideais de ser ou de sujeito, a lista dos grupos ditos minoritários se torna infinda. “O termo inicial é compreendido sempre como superior, enquanto o outro é o seu derivado, inferior<sup>461</sup>.”

Caiafa segue com as denúncias, questionando as imposições sobre os corpos femininos,

A mãe natural, em harmonia com as árvores e as coelhas – mito para um corpo dócil e submisso. [...] Inventam nosso corpo como uma estrutura labiríntica, complicadíssima. Cremos que morreríamos de fazer aborto, ou que doeria se nos tocássemos. [...] É claro que a noção de natureza está no centro de toda essa situação de invasão do corpo feminino. Invenção de nossa época, esse conceito organiza regras de alimentação, de comportamento, de práticas sexuais, de vestuário. É um operador social brilhante, e sua eficácia baseia na resistência ao novo e à mudança. Porque o que é natural está inscrito em nossa alma, é inerente e constitucional, o que inviabiliza a possibilidade de fazer diferente<sup>462</sup>.

---

<sup>459</sup>CAIAFA, Janice. Aborto corpo livre. Lampião da Esquina, nº 29, outubro de 1980, p. 10.

<sup>460</sup>Idem, ibidem, p. 10.

<sup>461</sup>LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 43.

<sup>462</sup>CAIAFA, op.cit., p. 10.

O natural é construído e reiterado, e ela mostra como funciona este operador social, colocado como fator principal de negação da mudança ou da abertura a novas possibilidades. Sendo assim, é possível perceber que, como propõe Vasconcelos, as imposições do discurso normativo, que nos apresenta a “construção da maternidade como um desejo natural a todas às mulheres, e não como resultado de todo um apelo discursivo que insiste em colocar as significações do “ser mulher” sob a égide de um corpo biológico”<sup>463</sup>.

Quando o natural é imposto sob o signo de verdade, pensar em outras perspectivas se torna uma tarefa difícil. Romper com essa ordem historicamente construída apesar de dada como “natural”, é assumir-se como “desviante”, podendo ser pautada pelo mesmo aparato normatizador, regulador da sexualidade, mas, nesse momento, na trincheira da subversão.

No que tange às naturalizações, segundo Caiafa, “se as relações genitais são naturais, é impossível gozar na ponta da orelha”<sup>464</sup>, afinal todo o aparato norteador do gozo foi traçado, imposto e reiterado; não por acaso, desvencilhar-se disso é cair na pecha de anormal.

Sob a luz das reflexões de Louro:

Essa lógica poderia ser abalada através de um processo desconstrutivo que estrategicamente revertesse, desestabilizasse e desordenasse esses pares. Deconstruir um discurso implicaria minar, escavar, perturbar e subverter os termos que afirma e sobre os quais o próprio discurso se afirma<sup>465</sup>.

Dessa forma, efetivar a proposição supracitada, ou seja, interrogar as representações sociais, a construção e reiteração das identidades, duvidar das certezas sobre corpos e a sexualidade sejam mulheres, homossexuais, homens, ou outros, questionando toda essa força coerciva de cristalização das identidades sociais, sua positividade no sentido de acionar e fazer operar desigualdades na leitura do mundo social, e seu poder de criar assimetrias e inferioridades, é também uma forma de

---

<sup>463</sup>VASCONCELOS, Talita Rafaela Araújo. “*Da mulher para a mulher*”: representações do feminino, a reiteração da norma e a denúncia dos “desvios” na revista *O Cruzeiro* (1940-1963). 2014. 209 f. Monografia (Curso de História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014, p. 13 – 14.

<sup>464</sup>CAIAFA, Janice. Aborto corpo livre. *Lampião da Esquina*, nº 29, outubro de 1980, p. 10.

<sup>465</sup>LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 43.

produzir uma alteração no discurso dominante, pois é por meio do antinatural, que se pode buscar novas possibilidades, uma vez que o antinatural rompe com o padrão.

Segundo Caiafa, “é o incontrolável, é o que explode e se subtrai às regras da manipulação. São duas mulheres se amando, é a relação sexual com uma fruta ou uma pluma, é gozar na exata curvatura da nuca”<sup>466</sup>, essas atitudes, colocadas a margem, que desestabilizam o “normal”, o aceito.

Tânia Navarro Swain contribui para o questionamento dessas naturalizações e/ou verdades, e aponta para o conceito de “regime de verdade” de que fala Foucault.

Em uma formação social, assim, nada pode ser verdade absoluta, legítima, universal, nada é um dado natural e inquestionável e a ciência, crítica de seus próprios instrumentos conceituais, o afirma hoje em todos os domínios. Entretanto, representações e imagens circulam com valor de verdade e de evidência, constituindo verdadeiros “regimes de verdade”[...]<sup>467</sup>.

Nessa perspectiva, pode-se inferir que as relações sociais são construídas socialmente, e portadoras de representações, imagens, valores, formas de agir e pensar, os quais ditam regras também sobre os corpos e sobre o prazer, sobre estes, são traçadas formas e especificadas regiões corpóreas para que se possa alcançá-lo, sendo outras possibilidades, como a citada pela autora, negadas, ou não postas como possíveis, são atitudes renegadas, consideradas antinaturais, ou subversivas.

Retomando o direito ao aborto, ele é negado não simplesmente pelo discurso de que se intervém sobre o processo de gerar uma vida, mas principalmente porque nesse momento “a mulher é completamente soberana, aí ela decide o curso dos acontecimentos do próprio corpo”<sup>468</sup>. Nesse sentido, infere-se que o discurso sobre o aborto pode ser aprofundado, pensando-se que o ato de impedir a soberania da mulher sobre o próprio corpo revela uma construção social por meio de discursos impregnados de valores religiosos e/ou sexistas que evidenciam uma sociedade patriarcal ou falocêntrica. Sendo assim, a autora da matéria convoca as mulheres a transformar o aborto em instrumento de luta, “ferramenta política, é o nosso instrumento de ação, é

---

<sup>466</sup>CAIAFA, Janice. Aborto corpo livre. *Lampião da Esquina*, nº 29, outubro de 1980, p. 10.

<sup>467</sup>SWAIN, Tânia Navarro. Heterogênero: “Uma categoria útil de análise”. In. *Educar*, nº 35 Curitiba, 2009, p. 23.

<sup>468</sup>CAIAFA, op.cit., p. 10.

um dos meios de proclamar que queremos decidir o que nos diz respeito”<sup>469</sup>. O aborto, o toque (masturbação), os inúmeros questionamentos colocados sobre temas tabu e representações da “anormalidade” também são consideradas práticas condenáveis, referentes a uma dimensão antinatural, sendo este último revolucionário, forma inicial de se discutir o que foi imposto sobre os corpos.

Nesse sentido segundo Swain,

A mulher torna-se corpo inteligível enquanto mãe, pois as significações atribuídas ao feminino conferem-lhe um sentido unívoco: mulher – mãe, da qual a maternidade revele seu ser profundo, sua própria razão de ser. Fora da maternidade, o caminho do negativo, do vício, da sedução<sup>470</sup>.

Ainda sobre o aborto, na edição número 30 do *Lampião da Esquina*, de novembro de 1980, em uma matéria de canto de página, assinada por Antônio Carlos Moreira em que ele discute sobre uma entrevista com Dercy Gonçalves em 05 de outubro daquele ano, pelo Canal Livre, no qual ele afirma que ela segue “dando um banho de vivência e de experiência, no seu melhor e mais “escrachado estilo”<sup>471</sup>. Quando perguntado a Dercy Gonçalves sobre a legalização do aborto, ela responde;

[...] “legalizar o que, se o corpo é meu? E conclui a primeira resposta dizendo que o governo não tem nada que se meter nos problemas e com o corpo da mulher; e apontando pra vagina diz: “Aqui quem manda sou eu, porra!”. O entrevistador insiste e pergunta se com a legalização a prática não seria menos perigosa. Dercy mais uma vez responde debochadamente, não precisa de legalização nenhuma e que já tinha feito oito abortos e estava ali inteirinha, pronta pra outra, isso se não fosse a idade<sup>472</sup>.

Em uma matéria não assinada, na edição 35, de abril de 1981, verifica-se a organização de um grupo de apoio às mulheres que reivindicam junto a governos o direito ao aborto.

A gente discute isso, porque se trata de um problema muito delicado. Há normas de segurança quanto a fornecer endereços de médicos para aborto, por exemplo, só uma organização voltada para uma luta específica em cima do aborto, que seria o Grupo de Planejamento

---

<sup>469</sup> CAIAFA, Janice. Aborto corpo livre. *Lampião da Esquina*, nº 29, outubro de 1980, p. 10.

<sup>470</sup>SWAIN, Tania Navarro (org.). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 Feminismos: Teorias e Perspectivas, pp. 47-85, 2000, p. 58.

<sup>471</sup> MOREIRA, op.cit., p. 12.

<sup>472</sup> Idem, ibidem, p. 12.

Família, poderia assumir publicamente, que dá endereços. Mas acho que todas nós, lá, somos a favor do aborto.<sup>473</sup>

Dercy Gonçalves talvez tenha conseguido viver esse direito ao próprio corpo, apesar das proibições sociais e dos constrangimentos que isso representava. Mas percebe-se, pelas reportagens apresentadas no jornal, aqui trazidas, que esse direito não era e não é universal, ao contrário. Tal relato de Gonçalves, na realidade, revela justamente as diferenças entre as próprias mulheres. Será que tal depoimento não é assim dado porque Dercy possuía condições sociais específicas, psicológicas, artísticas e financeiras que permitiram a ela a prática e a exposição para tais ações?

Nessa matéria supracitada, encontra-se o primeiro indício de que possam ter existido grupos de mulheres que tenham vivido subversivamente em relação aos padrões impostos sobre os corpos, ainda que na marginalidade. Nessa entrevista, ainda é questionado se o governo, com a legalização do aborto, não poderia dar assistência às mulheres que desejassem abortar. Dercy responde e questiona novamente “E o governo dá porra alguma a alguém?”<sup>474</sup>. Essa matéria permite pensar sobre o direito ao aborto, mais que isso, sobre a luta feminista, e sobre as pautas trazidas pelos mais diversos movimentos. Antônio Carlos Moreira<sup>475</sup> indaga se não seriam, então, os posicionamentos de Dercy inquietações importantes aos movimentos feministas para se pensar para além do aborto, o direito ao corpo por inteiro

[...] ao invés de se lutar por uma duvidosa legalização do aborto, via processos criados pelo macho, o mais coerente seria brigar para uma completa libertação do corpo, em sua totalidade, pois como elas mesmo dizem “Nossos Corpos Nos Pertencem” e eu apenas concluo: Seja Pro que for<sup>476</sup>.

Dercy provocou reflexões profundas na sociedade da época e também nos movimentos feministas, ao exigir o direito de abortar por vias institucionais, nesse caso o estado, não estaria novamente o movimento feminista pedindo permissão ao aparato repressor para decidir sobre seu corpo? Apesar disso, segundo Moreira, não lutar por esse direito via “processos criados pelo macho”<sup>477</sup>, quiçá nunca esse direito seja conquistado, afinal seria uma mudança mais profunda do que específica, uma mudança

---

<sup>473</sup> ENTREVISTA: Um congresso bem – pensante ? Lampião da Esquina, nº 35, abril de 1981, p. 13.

<sup>474</sup> MOREIRA, Antônio Carlos. A experiência de Dercy chega afinal à TV. Lampião da esquina, nº 30, novembro de 1980, p. 12.

<sup>475</sup> Idem, ibidem, p. 12.

<sup>476</sup> MOREIRA, op.cit., p. 12.

<sup>477</sup> Idem, ibidem, p. 12.

nos ideais patriarcais e falocêntricos. Ou talvez, somente, essa desestabilização das raízes das velhas estruturas poderiam trazer verdadeiramente o tão almejado direito ao próprio corpo, e sua tomada de decisões. Essas e outras questões revelam a inquietude dos movimentos existentes, e é nítido que essa pluralidade de pensamentos busca de certa forma desarranjar esse contínuo ciclo de opressão.

Além disso, a matéria publicada por Moreira revela uma tentativa, por meio da fala de Dercy Gonçalves, de reiterar um discurso de luta pelo corpo, pela sexualidade feminina, reforçando talvez um posicionamento do jornal frente aos movimentos femininas.

Nesses textos apresentados sobre o aborto, percebe-se que o *Lampião da Esquina* procura dar voz às personalidades excêntricas, que querem posicionar-se, mostrando que o direito ao aborto está profundamente ligado a um discurso normativo que permeia a sociedade brasileira e, particularmente, a vida das mulheres, e as impede de decidirem sobre o seu próprio corpo. O espaço de reflexões publicadas revela que aquele é um discurso reiterado constantemente de diferentes formas, e mais do que lutar pelo direito ao aborto, é importante lutar contra esse sistema gerador de formas de agir em relação ao próprio corpo. Mas como pensar em formas de subversão desse sistema sem reproduzi-lo ou contribuir para sua manutenção? Tânia Navarro-Swain nos permite pensar como quebrar esse aparato,

No mundo das representações, como mudar a imagem do corpo, a imagem do outro, referente de minha própria imagem, como quebrar a norma que cristaliza o comportamento? Como iniciar um contraimaginário que abre os horizontes das relações humanas, além dos papéis pré-estabelecidos, do poder maciço que investe as polarizações de gênero, como criar o novo nas redes de sentido atravessadas de tradições, de marcas, de escansões que acompanham nossas vidas? Uma percepção do corpo como um todo de sensibilidade e sensualidade, uma desestabilização da sexualidade centrada nos órgãos genitais, uma abertura para a emoção que atravessa os olhares, seria uma nova erótica social? Subjetivação, sem limites e sem definições. A âncora está partida, o apelo do largo nos traz o gosto da descoberta<sup>478</sup>.

Nesse sentido, acompanho Swain para pensar que o desafio é mais que deslocar-se da grade binária imposta pela heteronormatividade, é também desviar-se, pela contestação e a crítica, que possibilitariam uma “subjetivação sem limites e sem

---

<sup>478</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Heterogênero: “Uma categoria útil de análise”. In. Educar, n° 35 Curitiba, 2009, p. 35.

definições”, do aparato discursivo criado por ela para designar os desiguais. Um caminho para esse deslocamento e transitoriedade no discurso hegemônico estão nas suas entrelinhas. Sendo assim, como percebe Louro,

Numa ótica desconstrutiva, seria demonstrada a mútua implicação/constituição dos opostos e se passaria a questionar os processos pelos quais uma forma de sexualidade (a heterossexualidade) acabou por se tornar a norma, ou, mais do que isso, passou a ser concebida como “natural”<sup>479</sup>.

Louro, assim como Swain, indicam possibilidades de se pensar a militância e maneiras de romper com o discurso de cunho androcêntrico. Nas páginas do *Lampião da Esquina* a questão do direito ao corpo, do padrão imposto e formas de se pensar a militância também já aparecem semeadas e são constantemente discutidas, talvez podendo-se afirmar que essa seja uma das questões centrais colocadas na linha editorial do jornal estudado. Ainda que se dê voz a pessoas de diferentes organizações feministas, como nesses textos trazidos, há predominância, nos editoriais e reportagens ao longo do jornal em discutir sobre o direito ao próprio corpo assim como ao prazer, inclusive o feminino.

### **3.4 “Genitalização” do prazer feminino, ou efeitos em corpos de uma sociedade falocêntrica.**

Ao longo dessa dissertação inúmeras questões foram apresentadas sobre o prazer, o sexo e o direito ao próprio corpo, questões que aparecem de forma central nos textos do jornal *Lampião de Esquina* e que foram recortados para análise.

Um aspecto interessante dessa questão se coloca no texto traduzido por João Silvério Trevisan de Anne Koedt, do “movimento feminista de cunho socialista, em Nova Iorque”<sup>480</sup>. Na essência do texto, está a discussão acerca do prazer feminino, assim apresentado:

---

<sup>479</sup>LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 47.

<sup>480</sup>TREVISAN, João Silvério. Mulheres: o mito do prazer. *Lampião da Esquina*, nº 4, agosto de 1978, p. 12.

Os homens, em geral, definem a frigidez feminina como uma dificuldade de se chegar ao orgasmo vaginal. A verdade, entretanto, é que a vagina não possui um alto grau de sensibilidade nem se destina fundamentalmente à obtenção do orgasmo. O centro da sensibilidade sexual feminina é o clitóris, que desempenha papel equivalente ao do pênis no homem<sup>481</sup>.

Anne Koedt subestima o potencial do prazer feminino, e não percebe as representações construídas e reproduzidas nos corpos e nos órgãos femininos com significados específicos, naturalizados no imaginário conforme a tradicional grade normatizadora. Nesse sentido, Koedt afirma que “o clitóris é a única área do corpo feminino que leva ao orgasmo”<sup>482</sup>. Tal afirmação revela uma não percepção de que mesmo o prazer por meio do clitóris, pode ser uma construção falocêntrica. Não por acaso, ao notar que há uma construção discursiva em torno dos prazeres, que se poderá perceber que partindo de estímulos e processos mentais, é possível chegar ao orgasmo por outros meios que não, os já estabelecidos, vagina e /ou clitóris.

Koedt questiona que,

Como as mulheres sempre são sexualmente definidas em função daquilo que dá prazer aos homens, as distorções chegam até o ponto de se associar a liberação da mulher com sua capacidade de atingir o orgasmo vaginal – orgasmo esse que simplesmente não existe<sup>483</sup>.

Dizer que o prazer vaginal não existe é generalizar, atribuindo a todas as mulheres a frigidez, e, dessa forma, é nítida a construção do prazer a partir da relação pênis – vagina, mas dizer que ali não existe prazer é negar o prazer de tantas mulheres que se satisfazem por essa relação. Vê-se que as construções sociais e os modelos são fortes aparatos modeladores da sociedade e dos sujeitos sociais, introjetados de tal forma, que o prazer naquela região proporciona uma percepção e uma sensibilidade de realidade socialmente construída. Cabe pensar que esse tipo de prazer foi criado em um sistema cultural que Lauretis denomina de sistema sexo-gênero e que opera no sentido de “reproduzir as estruturas socioeconômicas e o domínio masculino da ordem social dominante”<sup>484</sup>, cujo objetivo, neste caso, seria a reprodução e o orgasmo masculino. Ou como afirma Weeks, “a sexualidade feminina tem sido historicamente definida em

---

<sup>481</sup>TREVISAN, João Silvério. Mulheres: o mito do prazer. *Lampião da Esquina*, n° 4, agosto de 1978, p. 12.

<sup>482</sup>Idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>483</sup>Idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>484</sup>LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque. *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 216.

relação à masculina”<sup>485</sup>, sendo válida as ponderações de Koedt, que, nesse sentido do uso do corpo feminino para o gozo masculino, afirma: “ora, nós mulheres devemos redefinir nossa sexualidade, desvencilhando-nos dos conceitos de sexo “normal” e criando novas diretrizes que exijam nosso quinhão no gozo sexual”<sup>486</sup>. Em vista disso, o orgasmo feminino deveria ser considerado em outros termos, mas desestabilizando os ideais postos sobre o prazer, permitindo ir além do “sexo normal”, estabelecido, permitido e aceito socialmente.

Ainda na matéria, questiona-se sobre as construções discursivas apoiadas no discurso da ciência.

Freud tem importância como o pai do orgasmo vaginal. Asseverou que o orgasmo clitoral seria um estágio adolescente da sexualidade e que as mulheres, após passarem a puberdade e começarem a relacionar-se com homens, deveria transferir o centro do orgasmo para a vagina como sistema de maturidade.<sup>487</sup>

Essa questão mostra como diferentes discursos vão ser utilizados para a construção de um padrão, de representações sociais reiteradas. Sobre isso, deve-se pensar na proposição de Koedt que afirma ser o prazer vaginal reducionista, e limitado ao orgasmo ao masculino, mas cabe questionar que o prazer clitoral, visto como possibilidade única, também restringe outras possibilidades do prazer. Não por acaso, a matéria vai sendo construído como se a solução para o gozo feminino fosse modificar o lugar de prazer da mulher, mas a autora não percebe que está reproduzindo o ideal normativo do sexo e do prazer. Devendo assim, desarranjar esses padrões, para se permitir ocupar espaços antes destinados ao “anormal”, senão, o que será feito são novos parâmetros e modelos para se atingir o gozo, os quais ainda seguirão com resquícios de normatividades e padrões.

Ainda na matéria, são criadas definições sobre algumas partes do corpo da mulher, re-citando e reinventando corpos biológicos, órgãos e sentidos.

Clitóris. Trata-se de um equivalente menor do pênis, com a diferença que não tem uretra. Sua ereção assemelha-se à ereção masculina e sua cabeça tem o mesmo tipo de textura e função que a glândula do pênis.

---

<sup>485</sup>WEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 42.

<sup>486</sup>TREVISAN, João Silvério. Mulheres: o mito do prazer. *Lampião da Esquina*, nº 4, agosto de 1978, p. 12.

<sup>487</sup>Idem, *ibidem*, p. 12.

[...] Vagina. Suas funções relacionam-se com a reprodução, principalmente na menstruação, recepção do pênis, retenção do sêmen e saída para o nascimento<sup>488</sup>.

Nessas definições, os órgãos femininos são tratados sob a perspectiva do corpo masculino, como nos primórdios do discurso da biologia, até mesmo para se descrever a mulher, faz-se uso de uma linguagem falocêntrica. Na definição do clitóris, ela conclui: “isso quer dizer que o clitóris não tem outra função além do prazer sexual”<sup>489</sup>, novamente ela centra sua proposta de prazer no clitóris como redenção da mulher oprimida pelo poder fálico masculino. Em que ao pensar o prazer da mulher a partir do clitóris todo o histórico de opressão sexual se tornará solucionado. Koedt reitera sua proposição negando a possibilidade de existirem mulheres que chegam ao gozo pelas relações vaginais, “algumas mulheres acreditam que o orgasmo sentido nas relações “papai – mamãe” provenha da vagina”<sup>490</sup>, nesse ponto, ela revela algo mais profundo, primeiro nega a possibilidade da mulher ter prazer conforme os padrões estabelecidos pelo homem, mas talvez inconscientemente permite questionar o prazer como algo natural, e específico a ser sentido exclusivamente em determinado órgão, ao afirmar que algumas mulheres “acreditam” ter chegado ao prazer pela vagina, significa que por trás de um órgão estabelecido, há todo um aparato ideológico e cultural condicionando a satisfação.

Na conclusão da matéria, observa-se um questionamento inquietante:

A verdade é que o reconhecimento do orgasmo clitoral ameaça toda a instituição heterossexual: ele evidencia que o prazer sexual feminino pode ser obtido com os homens quanto com as mulheres entre si. Assim, a heterossexualidade deixa de ser um dado absoluto, para tornar-se apenas uma opção. A questão da sexualidade fica em aberto, extravasando os limites do atual sistema baseado na dicotomia macho-fêmea<sup>491</sup>.

A verdade? A contestação de uma verdade? Ou outro regime de verdade? O sexo, ideal regulatório, mais uma vez no centro do discurso? Como afirma Foucault,

---

<sup>488</sup>TREVISAN, João Silvério. Mulheres: o mito do prazer. *Lampião da Esquina*, nº 4, agosto de 1978, p. 12.

<sup>489</sup>Idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>490</sup>Idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>491</sup>TREVISAN, João Silvério. Mulheres: o mito do prazer. *Lampião da Esquina*, nº 4, agosto de 1978, p. 12

“com essas verdades confessadas estamos muito longe das sábias iniciações ao prazer, com sua técnica e sua mística”<sup>492</sup>.

Ao longo do texto, percebemos como um discurso vai sendo construído e reconstruído ao longo das páginas do jornal *Lampião da Esquina*. Aqui, novamente se vê uma publicação em que o prazer, o direito ao corpo vai ser colocado em questão, endossando mais uma vez o discurso do editorial do jornal, o que se pode perceber é a utilização de diferentes questões para justificar-se a necessidade da mulher lutar por aquelas questões que parecem ser centrais aos editores do jornal. Não por acaso, publicar traduções de matérias internacionais, como esta, mostram o que a crítica feminista e os movimentos vêm construindo no exterior e, por outro lado, contribuem para a tentativa de dizer às mulheres o melhor caminho a ser seguido, mostrando assim a reprodução de ideias falocêntricas, calcadas nos princípios de que o homem, ainda que gay, como detentor do conhecimento.

Pode-se inferir que os argumentos apresentados para justificar a necessidade do prazer a partir do clitóris são inúmeros, na verdade a discussão sobre o prazer pelo clitóris revela uma discussão mais profunda da importância em se discutir o prazer, o gozo, o direito ao próprio corpo dentro dos movimentos feministas. Não por acaso, há uma maçante justificação dessa necessidade, acreditando os editores do jornal, este ser a porta para as outras possibilidades de prazer e a desestabilização dos velhos paradigmas, mas, todo esse discurso, ainda que com caráter de contestação, revela, a meu ver, a reprodução de representações de sexo-gênero e, particularmente, uma cultura de ideais falocêntricos, ao tentar dizer às mulheres o que elas devem fazer e como devem fazer.

---

<sup>492</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2011, p. 72.

## Considerações Finais

O Jornal *Lampião da Esquina*, criado nos anos finais da década de 1970, constitui um território de discursos em que diferentes vozes podem ser distinguidas, bem como relidas algumas representações sociais disseminadas no período. O periódico veicula um discurso histórico, polifônico, com nuances e contradições, por isso é um importante meio para análise de questões referentes a um “imaginário social” e imagens identitárias que coabitam aquela sociedade, em um ambiente tensionado e controverso. Nele, é possível acompanhar enunciados que controem, reconstroem e que contornam as identidades gendradas, entre elas as representações da sexualidade em geral, da homossexualidade, e também do feminino. Nessa pesquisa, buscou-se perceber a configuração histórica e política de um jornal que se volta para um público homossexual, composto por editores gays, em um período de ditadura civil-militar. Tentando pensar no surgimento do jornal, por meio da análise de algumas reportagens, procurou-se perceber aspectos de sua veiculação, direcionamento e proposições, e particularmente de que forma reportagens sobre movimentos feministas ocuparam as páginas do jornal, inclusive, buscando analisar tópicos da agenda dos feminismos no período, e também a relação entre os editores do *Lampião da Esquina*, com outros movimentos, especificamente o das mulheres.

O *Lampião da Esquina* é criado em abril de 1978, anos finais de ditadura civil - militar no Brasil, período em que as lutas contra o regime se intensificavam. O jornal, fonte privilegiada nessa pesquisa, surge no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, é distribuído nacionalmente, com tiragem mensal de 25 mil exemplares. Para uma melhor reflexão, buscou-se recortar, em uma primeira parte, matérias que pretenderam explicar os motivos do seu surgimento, como na edição de número zero que expõem sobre a necessidade de um jornal gay, (assim denominado pelos próprios editores apesar de abranger diversos assuntos). Nesse editorial, afirmam que a criação do jornal se deu pela necessidade de romper com a imagem padrão e estigmatizada do homossexual, um sujeito “inferiorizado” e marcado pela “negatividade da sua condição”. Não por acaso, propõem desconstruir a representação do homossexual estabelecida pela sociedade daquele período: sujeitos marginalizados, que são identificados com um lugar de abjeção. Além disso, foi possível perceber como os editores defendiam e apontavam

para a necessidade de dar voz a outros grupos também marginalizados/ discriminados como mulheres, negros e índios.

Nesse sentido, na primeira parte desse trabalho, a análise foi pautada sobre discursos sobre a trajetória, o surgimento e as ligações com outros movimentos nacionais e internacionais, na intenção de buscar eixos que permitissem perceber a emergência de outros grupos discursivos. Nesse desenho, foi possível observar como outros movimentos se conectavam e foram dando base para avanços das lutas naquele momento denominadas de “gueis”, como a de Nova Iorque, Stonewall Inn, ou os jornais que vieram antes do *Lampião da Esquina*, como o *Snob*, *Le Femme* e *Gay News*. Podemos afirmar que tais acontecimentos foram importantes para o empoderamento de grupos considerados marginais, e para o surgimento e sobrevivência, ainda que por poucos anos, do periódico, em meio a um período de censura à livre expressão e medidas de suspensão das instituições democráticas. Nesse sentido, após localizar debate sobre a construção de um jornal que propõe problematizar e romper com as velhas estruturas identitárias de uma sociedade que cria desiguais, com base na diferença sexual, buscou-se problematizar as representações do feminino em suas páginas, tentando entender de que forma os editores do jornal dão visibilidade aos movimentos feministas daquele período, ou seja, como aparecem representações do feminino e como os movimentos de mulheres vão ser retratados nas páginas do *Lampião da Esquina*, inclusive que tipo de matérias/temas referentes as mulheres vão sendo veiculados e/ou privilegiadas nessas páginas.

Essas observações só foram possíveis após discussões do conceito de gênero e leituras de autores e autoras como Joan Scott, Tânia Navarro Swain, Judith Butler, Michel Foucault, Teresa de Lauretis, Guacira Lopes Louro, Margareth Rago, Jeffrey Weeks entre outros, que possibilitaram ler o *Lampião* com uso de lentes das teorias da representação social, e também teorias feministas, ou seja, pensando nas construções de representações, dos discursos sobre as identidades sexuadas.

Não por acaso, a escolha inicial ocorreu por perceber publicado nas páginas do jornal notas justificando a ausência de reportagens assinadas por mulheres, ou sobre elas. Nessa análise, nota-se que elas vinham acompanhadas de justificativas, afirmando que o jornal estaria aberto a essas publicações. Como apresentado ao longo do texto, são inúmeras as publicações que apresentam de reclamações de mulheres reivindicando

reportagens que tratassem da questão específica delas. Algo a ser enunciado, é que nessas notas de contestação, em que se problematiza a ausência de matérias sobre mulheres e/ou assinadas por elas, algumas delas estão acompanhadas de pequenas inserções defendendo a necessidade de se discutir o direito ao próprio corpo e ao prazer com maior visibilidade, além de ser notado elogios em relação à existência do jornal. Nesse sentido, por meio de discursos espalhados por diversas seções e edições, entre elas a seção “cartas na mesa”, designada aos leitores para diálogo com o jornal, foi possível recortar enunciados de interesse para a análise e perseguir algumas representações do feminino, também veiculadas em discursos dos editores do *Lampião da Esquina*.

Tais representações nas páginas de um jornal composto por editores gays, vão sendo aprofundadas de acordo com a análise das publicações do jornal. Nesse sentido, também foram priorizadas para análise matérias reflexivas, em que se percebia indícios de contestação ao sistema heteronormativo, ou evidências da construção discursiva e normativa sobre o corpo feminino. Nessa análise, a discussão sobre a naturalização da violência contra a mulher ganhou destaque, oportunidade para se questionar discursos que configuram justificativas de uma sociedade machista que se apropria da natureza e da biologia como discursos construídos para apoiar a localização assimétrica e inferior do feminino.

Nessa busca por matérias reflexivas, questionadoras de posições sociais e hierarquizações culturais construídas, foi necessário dialogar com os estudos de gênero, por perceber, aqui, um alinhamento maior referente a questionamentos de padrões e hierarquias historicamente estabelecidas. Não por acaso, ao possibilitar a publicação dessas matérias, que são assinadas por mulheres ou tratam da opressão específica sofrida por elas, revela-se uma tentativa dos editores do jornal em discutir o conjunto discursivo que trata da inferiorização da mulher construída na linguagem.

Nessas matérias, por exemplo, percebe como são questionadas a naturalização da violência feminina, o estabelecimento de papéis sexuais, a inferiorização da mulher, assim como a negação da sexualidade feminina. Esses questionamentos constituem um conjunto de discursos em que se observam experiências sofridas pelas mulheres, como efeitos de uma sociedade falocêntrica, em que o masculino é demarcado no centro e reiterado como referente em um lugar de superioridade. A abordagem dos textos, com

base nos estudos e teorias, possibilita observar tecnologias de sexo-gênero em funcionamento (Lauretis) e os efeitos do ideal regulatório do sexo em operação (Butler).

Seguindo nessa percepção, foram analisados os movimentos feministas que estavam se organizando no período, por meio dos seus encontros publicados nas páginas do jornal estudado. Sobre esses encontros, editores do jornal emitem por meio de matérias suas percepções sobre os eventos dos quais eles participaram. Nessas matérias, as reivindicações referentes a berçários, creches, salários iguais, são postas como segundo plano na leitura dos editores. Todavia, as reivindicações referentes à luta pelo corpo e ao prazer feminino são colocadas em destaque e incentivadas como modelo de luta a ser seguido pelas mulheres. Aqui, com maior veemência, é possível observar como os discursos dos editores exercem um poder – paternalista e falocêntrico - ao tentar dizer às mulheres o que elas deveriam fazer. A partir dessa abordagem, foi possível constatar a reiteração de um discurso dominante em que o referente masculino reaparece no centro das relações, isto é, o discurso dos editores, ainda que em defesa das mulheres e da homossexualidade, aparece no lugar de detentor de um conhecimento, e da verdade.

Por outro lado, seguindo o discurso observado como proposição dos editores do jornal, são publicadas matérias defendendo o direito da mulher ao aborto, em que são colocadas importantes reflexões sobre a normatização e a normalização do corpo feminino, sobre os processos de assujeitamento e as modelações, calcadas em construções sociais que estabelecem formas de agir e pensar.

Essas reportagens, que vão sendo costuradas ao longo do texto, por fim, permitem perceber como um movimento social marginalizado pelos discursos do governo e também da oposição, ou da esquerda, isto é, por todo um discurso heteronormativo, reproduz entre identidades politicamente aliadas – gays e mulheres - os “pares”, tais ideias, dificultando, talvez, uma maior compreensão das lutas feministas. Todas essas publicações, vincadas por um momento histórico de muitas lutas e controvérsias, revelam construções discursivas calcadas em bases falocêntricas, onde o referente masculino está presente. Ainda que o veículo seja produzido por sujeitos gays e pareça disposto a desconstruir as amarras de um sistema cultural e normativo, é possível perceber como acaba reproduzindo ideais sexistas, isto é, como seria preciso, talvez, avançar em relação à prática de uma autorreflexão para formular

uma crítica aos aparatos norteadores de formas de agir e pensar. Não obstante, essas análises buscam perceber justamente a presença minuciosa de manifestações de um discurso dominante mesmo em vozes consideradas mais “esclarecidas”, e essa percepção visa a contribuir para uma reflexão em relação aos atuais movimentos sociais, no sentido da autocrítica, particularmente pensando enquanto militante do movimento LGBT e parceiros de tantos outros.

Sendo assim, é possível perceber ao longo das publicações nas páginas do jornal *Lampião da Esquina*, uma tentativa por parte dos editores desse jornal em dizer as mulheres a melhor forma de luta. Tais opiniões, ou reflexões são compreensíveis e importantes para ampliação de horizontes de luta, entretanto, a reiteração de um determinado discurso, e desqualificação de outro, soa como apoio disfarçado de tentativa de padronização e imposição. Em análise sobre as pautas feministas nesse período, por meio das matérias publicadas no jornal, percebe-se que muitas reivindicações ainda são atuais, mesmo depois de trinta e cinco anos. Ainda hoje, reivindica-se o direito pelo corpo, pelo prazer, pelo direito ao gozo, ao aborto, assim como por salários iguais. Os índices de violência contra as mulheres ainda são alarmantes.

Nesse sentido, percebe-se que tivemos importantes avanços governamentais, referentes a políticas públicas, frutos desses diversos movimentos que não deixaram de pressionar governantes. Entretanto, é nítido o avanço de grupos conservadores fundamentalistas em nosso congresso, em discursos e movimentos que impõem formas de agir e pensar sobre nossos corpos, negando direitos há tantos anos requeridos pelos movimentos. Para citar alguns retrocessos, em 2015 enfrentamos a retirada do termo “gênero” de quase todos os Planos Municipais de Educação, assim como a aprovação de um estatuto da família calcado no ideal heteronormativo de relação exclusiva entre homem e mulher. Sendo assim, essa pesquisa visa construir e estimular uma reflexão sobre as formas como lidamos com outros discursos de movimentos sociais, às vezes marginalizando-os, tentando impor nossas crenças e valores sobre os outros, e/ou respeitando e garantindo o empoderamento de cada grupo.

**Fontes:**

ABC do Lula. Lampião da Esquina, nº 14, julho de 1979, p. 10.

A HORA da porrada. Lampião da Esquina. Edição 35, abril de 1981, p. 12.

A PALAVRA das mulheres. Lampião da Esquina. Edição 25, junho de 1980, p. 2.

BAPTISTA, Marta. A barra das jornalistas. Lampião da Esquina, nº 20, janeiro de 1980, p. 2.

BESSE, Susan. Nova mensagem para a mulher: “conforme-se”. Lampião da Esquina, nº 14, julho de 1979, p. 5.

BITTENCOURT, Francisco. Ao Pasquim, com carinho. Lampião da Esquina, nº 14, julho de 1979, p.5.

\_\_\_\_\_. No Rio e São Paulo, mulheres em assembléia Contra o mito do sexo frágil, em busca do próprio caminho. Lampião da Esquina, nº 11, abril de 1979, p. 9.

\_\_\_\_\_. Perfil de uma feminista brasileira. Lampião da Esquina, nº 11, abril de 1979, p. 10.

\_\_\_\_\_. Maria Brasileira, a Casadoira. Lampião da Esquina, nº 14, julho de 1979, p. 2.

BRITO, Ana Aparecida de. Duas Anas da mesma Paulicéia. Lampião da Esquina, nº 9, fevereiro de 1979, p.15.

CAIAFA, Janice. Mulher, discurso minoritário e atuação revolucionária. Lampião da Esquina, nº 22, março de 1980, p. 8.

\_\_\_\_\_. Aborto corpo livre. Lampião da Esquina. Edição 29, outubro de 1980, p. 10

CASTILHO, Inês. Paulistas elegem os objetivos da luta. Lampião da Esquina, nº 11, abril de 1979, p. 13.

COMO aprender com os índios. Lampião da Esquina, nº 8, janeiro de 1979, p. 5.

CONFETE, Rubem. Quanto Vale o Negro brasileiro. Lampião da Esquina, nº 19, setembro de 1979, p.10.

CONSELHO EDITORIAL. Saindo do Gueto. Lampião da Esquina, nº 0, abril de 1978, p. 2.

CONTRA o autoritarismo. Lampião da Esquina, nº 23, abril de 1980, p. 8.

CHRYSÓSTOMO, Antônio. As meninas frenéticas. Lampião da Esquina, nº 1, maio de 1978, p.11.

COPACABANA, Jane de Tal. Carta de “Marias Bonitas”. Lampião da Esquina, nº 2, junho de 1978, p.14.

DICA: o “Pasquim” nuslê. Lampião da Esquina, nº 2, junho – julho de 1978, p. 4.

DANTAS, Frederico Jorge. Qual é a nossa imprensa? Lampião da Esquina, nº 0, abril de 1978, p. 5.

EDITORIAL. Duas Anas da mesma Paulicéia. Lampião da Esquina, nº 9, fevereiro de 1979, p.15.

Editorial responde. A voz da mulher. Lampião da Esquina, nº 11, abril de 1979, p.18.

ENTREVISTA. Feministas viram a mesa. Lampião da Esquina, nº 24, maio de 1980, p. 12.

ENTREVISTA: Um congresso bem – pensante? Lampião da Esquina, nº 35, abril de 1981, p. 13.

FERNANDO Gabeira fala, aqui e agora, diretamente dos anos 80. Lampião da Esquina, nº 18, novembro de 1979, p. 5.

FERNANDO Morais apóia LAMPIÃO. Lampião da Esquina, nº 10, março de 1979, p. 2.

GRUPO de Mulheres de Porto Alegre. Feminismo em Porto Alegre. Lampião da Esquina, nº 17, outubro de 1979, p. 2.

GRUPO SOMOS. Só queremos ser entendidas. Lampião da Esquina, nº 12, maio de 1979, p. 11.

HECTOR E RICARDO. Louca e muito da baratinada. Lampião da Esquina, nº 8, janeiro de 1979, p. 4.

HEILBORN, Maria Luiza. Nós mulheres e nosso corpo. Lampião da Esquina, nº 11, abril de 1979, p.11.

MARIZA. Nossas gaiolas comuns. Lampião da Esquina, nº1, maio - junho de 1978, p. 2.

MARQUES, Clóvis. Com o tímido apoio da Anistia. . Lampião da Esquina, nº 0, abril de 1978, p. 5.

MICCOLIS, Leila. Em vez de praia, discussão. Lampião da Esquina, nº 11, abril de 1979, p. 10.

\_\_\_\_\_ “Snob, Le Femme” Os bons tempos da imprensa Guei. Lampião da Esquina, nº 28, setembro de 1980, p. 6.

\_\_\_\_\_ Mulheres encontram mulheres. Lampião da Esquina, nº 26, julho de 1980, p. 12.

MOREIRA, Antônio Carlos. A experiência de Dercy chega afinal à TV. Lampião da Esquina, nº 30, novembro de 1980, p. 12.

NÃO somos anormais. Lampião da Esquina, nº12, maio de 1979, p. 8.

NAS bancas o “Gay News”. Lampião da Esquina, nº 9, fevereiro de 1979, p. 4.

NÓS também estamos aí. Lampião da Esquina, nº 12, maio de 1979, p. 7.

O APOIO das bichas. Lampião da Esquina, nº 23, abril de 1980, p. 8.

TREVISAN, João Silvério. Minorias e a política. Lampião da Esquina, nº 5, outubro de 1978, p. 6.

\_\_\_\_\_ Quando o machismo fica no porão. Lampião da Esquina, nº 11, abril de 1979, p. 11.

\_\_\_\_\_ Congresso das Genis: esquerda joga bosta nas feministas. Lampião da Esquina, nº 23, abril de 1980, p. 7.

\_\_\_\_\_ Mulheres: o mito do prazer. Lampião da Esquina, nº 4, agosto de 1978, p. 12.

OS QUE estão conosco. Lampião da Esquina, nº 19, setembro de 1979, p. 2.

PASOLINI, Pier Paolo. O Aborto segundo Pasolini. Lampião da Esquina, nº 25, junho de 1980, p. 2.

PENTEADO, Darcy. Bichinhas sonhando com o poder. Lampião da Esquina, nº 26, julho de 1980, p. 2.

RADICEZ, Telma. A voz da mulher. Lampião da Esquina, nº 11, abril de 1979, p.18.

SAFFIOTI, Heleieth. Feministas com a palavra. Lampião da Esquina, nº 1, maio de 1978, p. 8.

SARTI, Cynthia. Não sou mais aquela. Lampião da Esquina, nº 23, abril de 1980, p. 7.

SCHWARTZ, Jorge. E se Gilberto Freyre também fosse negro? Lampião da Esquina, nº 13, junho de 1979, p. 2.

SENHORES do Conselho. Lampião da Esquina, nº 0, abril de 1978. p. 2.

SILVA, Aguinaldo. Para o Brasil do ano 2000, os “bons costumes” do século XIX. Lampião da Esquina, nº 09, fevereiro de 1979, p. 5.

\_\_\_\_\_ Mulheres do mundo inteiro. Lampião da Esquina, nº 0, abril de 1978, p. 5.

TERESA, Ana. Duas Anas da mesma Paulicéia. Lampião da Esquina, nº 9, fevereiro de 1979, p.15.

VIEIRA, ZsuZsu. A doença infantil do machismo. *Lampião da Esquina*, nº 3, julho de 1978, p.2.

ZEZÉ Motta, negra e mulher-bicha. *Lampião da Esquina*, nº 19, setembro de 1979, p. 11.

### Referência bibliográfica:

BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: Jorge Ferreira (org.) Lucilia de Almeida Neves Delgado (org.) *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'*. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARDEAL ARNS, D. Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Procura-se “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. 418 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FICO, Carlos. Prefácio. In: GREEN, James. QUINALHA, Renan. (org.) *Ditadura e Homossexualidades. Repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUfSCar, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

\_\_\_\_\_. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GREEN, James. QUINALHA, Renan. (org.) *Ditadura e Homossexualidades. Repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUfSCar, 2014.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. [S.I.]: Lamparina, 2014.

JODELET, Denise. *As representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed Uerj, 2001.

KINZO, Maria D'Alva G. *A Democratização Brasileira um balanço do processo político desde a transição*. EDUSP. São Paulo, p. 5. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10367.pdf>

LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque. Tendências e Impasses. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. Um corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

\_\_\_\_\_. Currículo, gênero e sexualidade: refletindo sobre o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: *Labrys. Estudos Feministas*, 1-2:7, jul./dez., 2002. [www.unb.br/ih/his/gefem/labrys](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys)

\_\_\_\_\_. O “estranhamento” queer. In: ANAIS do Seminário do Fazendo Gênero VII. Florianópolis, 2006. ISBN: 85-50158-1, p. 145-146.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. Da invisibilidade ao Mercado: movimento LGBTTT e consumo no Brasil Contemporâneo. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Turismo) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2013.

\_\_\_\_\_. Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981). Uberlândia - MG, 2015, 209fls. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

MOREIRA, Julia. Dzi Croquettes A história do polêmico grupo é lembrada e eternizada em documentário premiado. *Revista de História*, 12 de agosto de 2010. Disponível em: <[revistadehistoria.com.br/seção/reportagem/dzicroquettes](http://revistadehistoria.com.br/seção/reportagem/dzicroquettes)> Acesso em: 07 de fevereiro de 2015.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre gênero, sexualidade e o Segredo de Brokeback Mountain. In: STEVENS, Cristina M. T. e SWAIN, Tânia N. (org.) *A construção dos Corpos. Perspectivas Feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008.

PUGA, Vera Lucia. Útero e Loucura: medicina e moralidade. Anos 1942-1959. In: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco e MACHADO, Maria Clara Tomaz (orgs.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia, EDUFU, 2005.

\_\_\_\_\_. Autonomia feminina como porta de saída da violência. In: ANAIS XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.

RODRIGUES, Jorge Caê. Um Lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James. QUINALHA, Renan. (org.) *Ditadura e Homossexualidades. Repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUfSCar, 2014.

SILVA, Carlos Teixeira Da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política. In: Jorge Ferreira (org.) Lucilia de Almeida Neves Delgado (org.) *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Cláudio Roberto Da. Reinventando o Sonho: Historia Oral de Vida Política e Homossexualidade no Brasil Contemporâneo. 1998. 674 f. Dissertação (Mestrado em História Social), FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVEIRA, Clara Maria Holanda. OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. A mulher é Eva, o homem é Adão? In: Caderno Espaço Feminino, Volume 27, nº 1, Edufu, 2014.

SIMÕES JUNIOR, Almerindo Cardoso. “... E havia um lampião na esquina” – Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura. (1978 – 1980). 2006. 184f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de pós-graduação em Memória Social. . Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2006.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo. Revista *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, 2007.

SOUSA NETO, Miguel Rodrigues. Homoerotismo no Brasil contemporâneo: representações, ambigüidades e paradoxos. 2011. 187f. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SWAIN, Tânia Navarro (org.). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 *Feminismos: Teorias e Perspectivas*, pp. 47-85, 2000.

\_\_\_\_\_ Que corpo é este que me escapa, esta identidade que me persegue. In: Caderno Espaço Feminino, Uberlândia: Edufu, v. 23, n. 1/2 , pp. 11-18, 2010.

\_\_\_\_\_ Entre a vida e a morte, o sexo. In: STEVEN, Cristina Maria & SWAINS, Tânia Navarro (org.). *A construção dos corpos: Perspectivas feministas*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres. 2008.

\_\_\_\_\_ Heterogênero: “Uma categoria útil de análise”. In. *Educar*, nº 35 Curitiba, 2009.

VANNUCHI, Maria Lúcia. A construção das identidades de gênero. In: Caderno Espaço Feminino, Volume 26, nº 1, EDUFU, 2013.

VASCONCELOS, Talita Rafaela Araújo. “Da mulher para a mulher”: representações do feminino, a reiteração da norma e a denúncia dos “desvios” na revista *O Cruzeiro* (1940-1963). 2014. 209 f. Monografia (Curso de História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

VILELA, Lucila. “A força do macho e a graça da fêmea”: *DziCroquettes*. Interartive. Disponível em: <[interartive.org/2011/02/dzi-croquettes/](http://interartive.org/2011/02/dzi-croquettes/)> Acesso em: 07 de fevereiro de 2015.

WEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.